Programa de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantir o Direito de Aprender no Estado do Pará (BR-L1548)

Avaliação Ambiental e Social: Análise Sociocultural (CSA)

Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Povo Tembé Tenetehar - aldeia Cajueiro

Terra Indígena Alto Rio Guamá (TI ARG)

Município de referência – Paragominas (PA)

Janeiro de 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 4
1.1 Equipe técnica 6
2. POLÍTICA OPERACIONAL BID - Marco da Política Ambiental e Social (MPAS) 7
3. OBJETIVO DO ESTUDO 10
3.1 Metodologia 11
3.2 Resultados e Limitações do Estudo 12
4. MARCO LEGAL E DISPOSITIVOS JURÍDICOS 14
4.1 Leis e diretrizes internacionais relacionadas aos povos indígenas 14
4.1.1 Convenção da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes nº 169 14
4.1.2 Declaração da ONU dos Direitos dos Povos Indígenas (2007) 16
4.2 Leis e diretrizes nacionais relacionadas aos povos indígenas 18
4.2.1 Constituição Federal de 1988 (CF – 88) 18
4.2.2 Ministério dos Povos Indígenas e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) - Política de Infraestrutura Comunitária 19
4.2.3 Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 22
4.3 Leis e diretrizes nacionais de educação escolar indígena 23
4.3.1 A Educação Escolar Indígena 23
4.3.2 Os avanços sobre a concepção arquitetônica de escolas indígenas 23
4.3.3 Perfil atual da infraestrutura nacional das escolas indígenas 26
5. LINHA DE BASE SOCIOCULTURAL 27
5.1 Introdução geral à Terra Indígena Alto Rio Guamá 28
5.2 Os Tembé da região do Gurupi 32
5.3 Os meios de subsistência sustentáveis 33
5.3.1 Capital Humano 33
5.3.2 Capital Social 43
5.3.3 Capital Físico 53
5.3.4 Capital Natural 71
5.3.5 Capital Financeiro 90
6. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE E EXPECTATIVAS POPULACIONAIS 92
6.1 Vulnerabilidade Capital Humano 92

6.2 Vulnerabilidade Capital Social 93
6.3 Vulnerabilidade Capital Físico 94
6.4 Vulnerabilidade Capital Natural 96
6.5 Vulnerabilidade Capital Financeiro 97
7. RISCOS RELACIONADOS AO PROGRAMA_COMPONENTE 1 98
7.1 Metodologia de Avaliação 100
7.2 Avaliação dos Riscos Potenciais 101
7.2.1 Risco de interferência em rituais e festas tradicionais 103
7.2.2 Potencializar o grau de participação e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada 103
7.2.3 Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico 104
7.2.4 Risco de introdução de doenças 105
7.2.5 Risco de acidentes no canteiro de obra e vias de acesso 106
7.2.6 Risco de conflitos na governança interna entre aldeias 107
7.2.7 Risco de conflitos na governança externa com instituições parceiras 108
7.2.8 Risco de assédio a mulheres e crianças 108
7.2.9 Risco de assédio aos jovens por introdução de álcool e drogas 110
7.2.10 Risco de assédio para venda de caça e peixe 110
7.2.11 Risco de assédio para venda de madeira 111
7.2.12 Risco de desabastecimento de água da aldeia 111
7.2.13 Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos 112
7.2.14 Risco de desabastecimento de energia elétrica da aldeia 113
7.2.15 Risco do uso do capital natural na obra (madeira, areia, cascalho) 114
8. PLANO DE AÇÃO SOCIOCULTURAL 115
8.1 Medidas de Mitigação e Monitoramento 115
9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 122
10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS 123

ANEXOS

I - Plano de Consulta 126

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Pará através da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) está buscando um empréstimo a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o objetivo de ampliar e modernizar a infraestrutura e oferta educacional da rede estadual de ensino do Pará, de forma a contribuir com a garantia do direito de aprender e valorizar os profissionais da rede.

Os objetivos específicos do Programa são:

- Melhorar a infraestrutura física de 120 escolas com o propósito de atender ao redimensionamento da rede e à necessidade de recuperação de estruturas inapropriadas, garantindo a oferta de matrículas e ambiente adequado, impactando na permanência dos alunos na escola e na qualidade da aprendizagem;
- Modernizar o processo de monitoramento da aprendizagem em todas as etapas de ensino, garantindo a evolução do sistema e obtenção de resultados melhores em índices como IDEB e SAEB;
- Revisar a oferta pedagógica para ensino médio e educação de jovens e adultos, assegurando aos estudantes o desenvolvimento das aprendizagens necessárias para a conclusão de cada uma das etapas de ensino;
- Implementar a cultura de garantia de aprendizagem na rede;
- Expandir a formação dos docentes da rede estadual;
- Aprimorar o planejamento, monitoramento e a execução das políticas e ações educacionais.

O Programa será estruturado nos seguintes componentes:

Componente 1: Cobertura e Qualidade da Infraestrutura, visa ampliar a cobertura e melhorar a qualidade da infraestrutura, envolvendo: (i) serviços de consultoria de engenharia para planejamento e elaboração de obras de construção de infraestrutura escolar; (ii) serviços de reforma e ampliação de 120 escolas; e (iii) aquisição de móveis e equipamentos. As obras de construção de infraestrutura serão projetadas de acordo com os princípios de sustentabilidade climática e resiliência.

Componente 2: Práticas de Ensino, divididas em três subcomponentes:

Subcomponente 2.1: Recuperação de aprendizagem e conclusão de Ensino Médio, envolvendo as seguintes atividades: (i) expansão e melhoria das políticas de recuperação e aceleração de aprendizagem; (ii) ferramentas digitais para aprendizagem individualizada; (iii) iniciativa de tutoria e de estímulo comportamental para aumentar a conclusão da escola; (iv) piloto para avaliação de práticas de ensino;

e (v) piloto de um Programa de transferência de dinheiro para trazer de volta alunos fora da escola.

Subcomponente 2.2: Provisão educacional adequada para comunidades remotas, envolvendo: (i) atualizações socioculturais em currículos e materiais pedagógicos para maximizar a aprendizagem e diminuir as lacunas de gênero e raça; (ii) reestruturação das políticas de ensino existentes para comunidades remotas; e (iiii)formação de professores para alunos diversos e rurais.

Subcomponente 2.3: Modernização dos espaços pedagógicos nas escolas e no CEFOR, envolvendo: (i) expansão da conectividade à internet; e (ii) equipamentos para laboratórios.

Componente 3: Práticas de Gestão, que visa fortalecer a capacidade institucional da Seduc, apoiará todos os objetivos específicos e finanças, e englobando as seguintes atividades: (i) a instalação e os equipamentos de uma Unidade de Avaliação Educacional; (ii) atualização e transferência de tecnologia de teste de avaliação em larga escala; (iii) melhoria da estrutura organizacional e da gestão de processos; (iv) atualização dos sistemas de TI; e (v) serviços de consultoria para a concepção de políticas voltadas à Seduc, apoiando os municípios na melhoria de seus resultados educacionais.

Componente 4: Administração do Programa, apoiando a execução das ações do Programa, contribuindo para atingir todos os objetivos específicos. Engloba o financiamento de equipamentos, serviços e consultores para a Unidade de Gerenciamento de Projetos (PMU), incluindo serviços de auditoria.

Este documento, relacionado a elaboração da análise sociocultural (CSA em inglês), se refere especificamente a avaliação para o Componente 1 do Programa, ainda que caiba evidenciar o imprescindível processo de consulta sistemático à ser desenvolvido junto aos povos indígenas para a perspectiva pedagógica do Programa (Componente 2 – Subcomponente 2.2), haja visto os direitos estabelecidos e o crescente protagonismo dos povos indígenas acerca de suas reivindicações em relação ao necessário comprometimento do Estado com suas especificidades culturais, no diálogo e integração com os processos informais e formais de educação dentro de seus territórios.

As comunidades previstas para receber o Programa foram indicadas pela Seduc do Pará e enviadas a esta consultoria num total de sete (7) comunidades com prerrogativas de direitos específicos que devem ser avaliadas conforme os requisitos estabelecidos no Marco da Política Ambiental e Social (MPAS) do BID, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social (PDAS) 7, bem como em consonância com a legislação nacional e convenções internacionais que o país é signatário.

Após análise da demanda para a avaliação em tela, em especial avaliando tempo de deslocamento, tempo mínimo para o trabalho de campo, atendimento do Termo de Referência e prazos internos do BID, esta consultoria, em diálogo com o BID, definiu por uma amostra representativa com três comunidades.

Sem perda do exposto, este estudo tem o objetivo de preparar os instrumentos de identificação e gestão de potenciais riscos socioambientais negativos e positivos que possam surgir da construção de infraestrutura do Programa nas comunidades.

Este documento se refere a uma das comunidades da amostra, especificamente a aldeia Cajueiro, localizada na parte sul da Terra Indígena Alto Rio Guamá habitada e de usufruto exclusivo do Povo Tembé Tenetehar.

1.1 Equipe técnica

Profissional	Formação	Função
Mirella Poccia Costa	Antropóloga	Especialista - Antropóloga Coordenação e meio social
Natália L. S. Oliveira	Bióloga	Especialista Meio Social Meio biótico e revisão geral
Rafael Poccia Costa	Biólogo e Técnico em geoprocessamento	Meio Social e Geoprocessamento

2. POLÍTICA OPERACIONAL BID - MARCO DA POLÍTICA AMBIENTAL E SOCIAL (MPAS)

Em 2020 foi aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) o novo Marco da Política Ambiental e Social (MPAS), que substitui as políticas de salvaguardas e norteia as operações na proteção das pessoas e do meio ambiente. O novo marco reafirma o compromisso de parceria na gestão dos riscos ambientais e sociais nas operações apoiadas, além de estabelecer novos e ambiciosos padrões em diversas áreas. O BID está elevando a importância do respeito aos direitos humanos, que deixa de ser apenas uma aspiração para posicionar-se no centro da gestão dos riscos ambientais e sociais.

O MPAS estabelece proteções mais rigorosas para pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade aos potenciais riscos e impactos de projetos apoiados. Especifica onde é necessário obter o consentimento livre, prévio e informado de povos indígenas, determina a proteção de afrodescendentes e pessoas com deficiência e exige a consideração de fatores como raça e etnia, idade e condição social, estando alinhados com as versões mais recentes das convenções e instrumentos internacionais centrais da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O novo MPAS, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) reconhece que Povos Indígenas e povos tradicionais reconhecidos nas leis nacionais, como povos sociais e culturais distintos, estão frequentemente entre os segmentos mais marginalizados e vulneráveis da população. Em muitos casos, seu status econômico, social e jurídico limita sua capacidade de defender seus direitos e interesses em terras e recursos naturais e culturais e pode restringir sua capacidade de participar e se beneficiar de um desenvolvimento que esteja de acordo com sua visão de mundo. Estas comunidades são particularmente vulneráveis se seus territórios e recursos são impactados, invadidos ou degradados. Essa vulnerabilidade pode incluir impactos na sua organização social, nos aspectos culturais e meios de subsistência baseados em recursos naturais, além de exposição a empobrecimento e doença.

De acordo com o PDAS 7 do BID, o termo “Povos Indígenas” é usado em um sentido genérico para se referir a um grupo social e cultural distinto, que possui as seguintes características em vários graus: (i) Autoidentificação como membros de um grupo cultural distinto e reconhecimento dessa identidade por outros; (ii) Apego e dependência coletiva a habitats geograficamente distintos ou territórios ancestrais na área do projeto e aos recursos naturais desses habitats e territórios; (iii) Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas costumeiras separadas daquelas da sociedade ou cultura dominante; (iv) Um idioma ou dialeto distinto, geralmente diferente do idioma ou idiomas oficiais do país ou região em que residem.

O Povo Tembé Tenetehar, habitante da Terra Indígena Alto Rio Guamá (em especial habitantes da aldeia Cajueiro, parte sul do território, onde será executado o Programa) com parte de seu território localizado no município de Paragominas/PA se enquadra nessa categoria. A aplicabilidade deste PDAS 7 deve ser estabelecida durante o processo de

identificação de riscos e impactos ambientais e sociais das obras previstas no Programa. A implementação das ações necessárias para atender aos requisitos deste PDAS é gerenciada por meio do Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do mutuário e deverá seguir as orientações e diretrizes do Anexo I deste documento.

Para as atividades e operações não especificamente voltadas para os povos indígenas e comunidades tradicionais, mas de potencial risco e ou benefício para eles, o Banco aderiu às seguintes políticas:

Objetivos principais do Padrão de Desempenho 7 (PDAS-7)

- Garantir que o processo de desenvolvimento promova o respeito total pelos direitos humanos, direitos coletivos, dignidade, aspirações, cultura e meios de subsistência dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais baseados em recursos naturais;
- Antecipar e evitar impactos adversos de projetos nas comunidades de Povos Indígenas e tradicionais, ou quando não for possível evitar, minimizar e/ou compensar tais impactos;
- Promover benefícios e oportunidades de desenvolvimento sustentável de uma maneira culturalmente apropriada;
- Estabelecer e manter um relacionamento contínuo com base na Consulta e Participação Informada (CPI) de uma maneira culturalmente apropriada com os Povos Indígenas e comunidades tradicionais afetados por um projeto ao longo do ciclo de vida dele;
- Garantir o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) das comunidades de Povos Indígenas e tradicionais afetadas pelo projeto quando as circunstâncias descritas neste PDAS 7 estão presentes;
- Respeitar e preservar a cultura, o conhecimento e as práticas das Populações Indígenas e comunidades tradicionais.

As diretrizes exigidas aos mutuários devem cumprir com este PDAS em específico e outros relacionados abaixo, e com os marcos regulatórios nacionais relevantes ao Programa, incluindo princípios dispostos em tratados que fazem parte da lei nacional e são aplicáveis em virtude de sua ratificação. Essas políticas nortearão este estudo:

- PADRÃO 1 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais

- PADRÃO 7 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

Povos Indígenas

- PADRÃO 9 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Igualdade de gêneros

- PADRÃO 10 DE DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

  Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

3. OBJETIVO DO ESTUDO

O objetivo do estudo em tela é auxiliar o mutuário na preparação do Programa BR-L1548_Componente 1, considerando sua execução em Terras Indígenas e em territórios de comunidades tradicionais, por meio da elaboração de análises e documentos que devem ser inseridos ao Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) bem como os instrumentos de gestão apropriados para o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Marco de Políticas Ambientais e Sociais (MPAS) do BID, em especifico o PDAS 7 em atendimento as comunidades indígenas e tradicionais.

Os consultores independentes responsáveis por este relatório, juntamente com o BID, consideraram para esta etapa do processo uma amostra representativa com três comunidades indicadas pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, que guardadas suas especificidades socioculturais e de direitos adquiridos, espera-se que esta avaliação contribua para salvaguarda de seus direitos durante a elaboração do Programa, como também possam servir de referência para elaboração de documentos e análises que devem ser executadas pelo mutuário nas outras comunidades indígenas e tradicionais a serem contempladas pelo Componente 1 do Programa BR-L1548.

O conteúdo da avaliação sociocultural em tela, direcionado ao SGAS, compreenderá, entre outros, uma Análise Ambiental e Social (AAS), especificamente: marcos legais e políticas de salvaguarda que guardam interação com as comunidades e com o perfil do Programa_Componente 1; diagnóstico comunitário, análise de vulnerabilidades e identificação e avaliação de impactos; diretrizes de medidas de mitigação/compensação e plano de monitoramentos para o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). Todas as avaliações foram elaboradas com foco em analisar a vulnerabilidade a que estão sujeitas as comunidades quando da construção de infraestrutura escolar e orientar e dar diretrizes para tratar tais vulnerabilidades em diálogo com as comunidades no processo de consulta prévia, livre e informada.

Desta forma, também é parte desta avaliação sociocultural a elaboração de diretrizes relevantes dos Planos de Consulta, Matriz e Diretrizes do Engajamento das Partes Interessadas para os projetos da amostra representativa para posterior implementação do mutuário e um quadro orientador de engajamento para as comunidades indígenas e tradicionais não presentes na amostra, mas que serão atendidas pelo Componente 1 do Programa, a ser executado pelo mutuário.

3.1 Metodologia

Este estudo utilizou, para a coleta de dados primários, metodologias participativas como o mapeamento social[1], oficinas temáticas, entrevistas semiestruturadas, diálogos coletivos em plenária e visitas a lugares relevantes na Terra Indígena, em específico na aldeia Cajueiro e arredores (*Figura 1*); e dados secundários, consultados em plataformas científicas e sites de instituições governamentais e não governamentais, cujas fontes são citadas quando utilizadas.O uso de fotos e informações foram dialogados e obtido consentimento para uso exclusivo no relatório em tela. Em gabinete, os dados foram sistematizados a partir da metodologia da Abordagem de Meios de Subsistência Sustentáveis (MSS), conforme Scoones (1998) e Ellis (1999), que permitiu analisar o contexto de vulnerabilidade do Povo Tembé Tenetehar, em especial as famílias e aldeias presentes na região do Gurupi, evidenciando com maior detalhamento a realidade da aldeia Cajueiro, local previsto para implementação do Componente 1 do Programa a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A metodologia de Meios de Subsistência Sustentáveis propõe uma abordagem de levantamentos de dados e avaliações que vincula estratégias de redução de pobreza, sustentabilidade das intervenções e processos de empoderamento.

A abordagem se vale de um quadro conceitual para analisar as estratégias de subsistência adotadas pelos indivíduos quando se defrontam com políticas, instituições e processos que afetam suas vidas, integrado ao contexto mais amplo da vulnerabilidade que estão sujeitos. A abordagem tem como objetivo mapear os cinco principais ativos da comunidade: natural, físico, social, humano e financeiro e compreender cada um em termos de disponibilidade, acesso e uso diferenciado.

Esta abordagem parte do princípio que as comunidades recorrem a estes ativos materiais e imateriais para adotar múltiplas estratégias que lhes garantam o bem-estar individual, familiar e comunitário. Em muitos casos, essas comunidades são forçadas a gastar e/ou perder seus ativos para sobreviver a um determinado evento; em outros casos, podem usá-los de forma estratégica para manter e mesmo melhorar seus meios de subsistência quando mudanças ocorrem.

Esses eventos expressam-se habitualmente como choques (um evento isolado, tal como uma ação localizada Programada ou um desastre natural); tendências (mudanças de longo prazo, tais como processos migratórios), ou ciclos (como padrões climáticos sazonais ou períodos eleitorais), e podem impactar as comunidades de diferentes formas, seja no

[1] Mapeamento social é a construção de mapas com uso de desenho livre que tem o objetivo de espacializar os locais importantes do território, o seu uso cultural, a distribuição espacial dos recursos naturais, infraestrutura, identificação de impactos ambientais e ameaças, demografia e outras informações relevantes, salvaguardando o interesse, o olhar e a compreensão da comunidade, que guia sua construção. Quando da elaboração do mapa busca-se a compreensão das percepções da comunidade acerca dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, governança e das normas, valores e regras instituídas. Para maiores informações sobre a metodologia e referências acessar http://web.worldbank.org/archive/website01031/WEB/0__C-169.HTM

nível micro (indivíduo e família), intermediário (gênero específico, comunidade, região habitada) e macro (regional e nacional).

Figura 1 - Metodologias utilizadas em campo para levantamento de dados primários.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

3.2 Resultados e Limitações do Estudo

Este estudo foi realizado durante a fase de preconcepção do Programa, no momento de preparação dos documentos que subsidiarão a assinatura do contrato com o mutuário. Atualmente, o detalhamento sobre o Programa, em especial as especificidades da obra que compõe o Componente 1 na aldeia Cajueiro ainda estão sendo definidas. Desta forma, apenas com a indicação da comunidade pela Seduc do Pará como elegível ao componente de infraestrutura do Programa, foram feitos os levantamentos de campo. Esta questão é relevante haja visto que na localidade existe uma obra abandonada pela Seduc em 2014 e o último relatório de engenharia data de 2018, não sendo possível para esta consultoria avaliar os danos relacionados a estrutura existente na perspectiva de evidenciar se a obra deve ser demolida e/ou reformada. Esta questão será evidenciada no Capítulo 7.

Outra limitação deste estudo é que ele foi conduzido em pouco tempo de campo e apesar de abordar diversos temas do contexto sociocultural e socioambiental da Terra Indígena e da aldeia Cajueiro, eles não foram levantados de forma exaustiva. Entretanto, os levantamentos conduzidos contribuirão para apontar diretrizes e questões relevantes para o processo sistemático que deverá ser conduzido pelo mutuário, com mais tempo e dedicação. Desta forma, o estudo em tela traz uma compreensão geral do contexto vivido pelo Povo Tembé, em específico sobre as famílias que moram e circulam na aldeia Cajueiro

e o resultado do diálogo transparente, reflexões e considerações específicas sobre a possível construção de infraestrutura escolar na comunidade em tela.

Importante evidenciar que a oportunidade de cursar o ensino médio na parte sul da Terra Indígena, região do Gurupi, é dada pelo Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME, que hoje fisicamente funciona na escola municipal da aldeia Cajueiro no período noturno e atende os alunos desta aldeia e das outras 12 que se localizam no entorno, como veremos neste documento.

Desta forma, para os Tembé do Gurupi, como se identificam, abordar o assunto educação, seja seu conteúdo pedagógico, gestão e/ou infraestrutura, é considerar o diálogo aberto e a participação de lideranças e famílias de todas as aldeias envolvidas de alguma forma neste processo. Uma das limitações impostas pelo pouco tempo deste levantamento em tela e o pouco recurso disponível para subsidiar o deslocamento destas famílias, permitiu que somente algumas lideranças das outras aldeias estivessem presentes, o que é um importante fato a ser considerado quando do processo de consulta a ser realizado pelo mutuário, como será apontado no Plano de Consulta (Anexo I).

Sem perda do exposto, o tempo disponível na comunidade foi de muita qualidade, e devido a ajuda imprescindível e dedicação dos professores, lideranças, em especial o cacique da aldeia Cajueiro Reginaldo Tembé, mulheres, homens e crianças da aldeia Cajueiro e de outras aldeias, foi possível construir um processo de reflexão conjunta e levantar informações relevantes para esta avaliação. Cabe ainda destacar o apoio dos profissionais da Seduc do Pará, em especial às técnicas da Coordenadoria de Educação Escolar Indígena (CEIND), que auxiliaram na articulação com as comunidades e na legitimidade do trabalho.

4. MARCO LEGAL E DISPOSITIVOS JURÍDICOS

O reconhecimento jurídico-formal brasileiro dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais no texto constitucional de outubro de 1988 incrementou as ações de mobilização destas comunidades que ainda lutam por fortalecer medidas implementadoras dos dispositivos constitucionais ao longo das décadas. Acrescente-se aos efeitos destes dispositivos o esforço constante de instrumentos elaborados por agências multilaterais, tais como: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e A Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Declarações e Convenções Internacionais tem ocupado um papel importante no sistema jurídico brasileiro na perspectiva das recorrentes ameaças e retrocessos ao direito dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais. Enquanto as Declarações servem como "princípios jurídicos" que orientam instrumentos e ações, as Convenções, por serem Tratados ratificados, geram obrigações, vinculando os países na ordem internacional e impondo sanções em caso de descumprimento das normas acordadas.

Desde que os grupos sociais reconhecidos pelo arcabouço legal brasileiro e autodesignados como Povos Indígenas e comunidades tradicionais se definam enquanto tal devem ser "amparados" pela legislação nacional, em especial as direcionadas a proteção de seus direitos nas diversas dimensões que ele alcança e pelas Convenções, Tratados, e Declarações internacionais. Todo este arcabouço está em consonância com as políticas exigidas pelo BID ao mutuário, em especial pelo Padrão de Desempenho Ambiental e Social (PDAS) 7 que trata este documento.

4.1 Leis e diretrizes internacionais relacionadas aos povos indígenas

4.1.1 Convenção da OIT sobre povos indígenas e tribais em países independentes nº 169[2]

A convenção nº 169 da OIT regulamenta diferentes aspectos relativos aos direitos dos povos indígenas no âmbito internacional, da política, condições de emprego, saúde, educação e comunicação e o direito ao território. Em junho de 2002, o governo brasileiro ratificou a Convenção, por meio do Decreto Legislativo n.º 143 e em 2019 consolidou sua ratificação através do Decreto nº 10.088, de 5 de novembro na forma de seus anexos, que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil e em vigor.

Esta Convenção reconhece Povos indígenas e tribais como sujeitos de direitos tendo como critério fundamental de definição deste sujeito os elementos de autoidentificação. A ratificação da Convenção 169 não apenas reforça instrumentos de redefinição da política

[2] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5

agrária, mas também favorece a aplicação da política ambiental e de políticas étnicas no Brasil.

Sendo este o único tratado no sistema multilateral que aborda de forma específica e abrangente os direitos dos povos indígenas e tribais, um de seus eixos principais é o compromisso firmado pelos países aderentes de garantir o direito à consulta prévia, livre e informada de povos indígenas e comunidades tradicionais na tomada de decisões administrativas e legislativas que impactem diretamente seu modo de vida. Neste sentido, o tratado é um importante instrumento que ganha força normativa ao ser internalizado pela Constituição Federal, estando acima de decretos legislativos.

A Convenção dispõe de forma geral no Artigo 4° "1) Medidas especiais, necessárias à salvaguarda de pessoas, instituições, bens, culturas e meio ambiente desses povos deverão ser adotadas. 2) Essas medidas especiais não deverão contrariar a vontade livremente expressa desses povos. 3) O gozo, sem discriminação, dos direitos gerais de cidadania não será, de nenhum modo, prejudicado por essas medidas especiais."

No que diz respeito ao tema educação a OIT 169 dá diretrizes mais concretas, inclusive dedicando uma seção especifica ao assunto, evidenciando o direito de acesso pleno a educação formal em todos os níveis, pelo menos em condições de igualdade com o restante da comunidade nacional.

Orienta a gestão pública sobre "o procedimento de estabelecer o diálogo com representantes das comunidades indígenas para as decisões concernentes ao modelo de estrutura física para as escolas indígenas" e regulamenta a necessária aplicação, e melhoria no acesso a educação formal e informal dos Povos indígenas evidenciando a participação e cooperação, determinando sua prioridade em planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde habitam e outros conforme as seguintes disposições:

PARTE I- POLÍTICA GERAL / Artigo 7º

> I. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e Programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-Ios diretamente.
>
> 2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões também deverão ser elaborados de forma a promoverem essa melhoria.

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

PARTE VI - EDUCAÇÃO E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Artigo 27°

1. Os Programas e os serviços de educação destinados aos povos interessados deverão ser desenvolvidos e aplicados em cooperação com eles a fim de responder às suas necessidades particulares, e deverão abranger a sua história, seus conhecimentos e técnicas, seus sistemas de valores e todas suas demais aspirações sociais, econômicas e culturais.
2. A autoridade competente deverá assegurar a formação de membros destes povos e a sua participação na formulação e execução de Programas de educação, com vistas a transferir progressivamente para esses povos a responsabilidade de realização desses Programas, quando for adequado.
3. Além disso, os governos deverão reconhecer o direito desses povos de criarem suas próprias instituições e meios de educação, desde que tais instituições satisfaçam as normas mínimas estabelecidas pela autoridade competente em consulta com esses povos. Deverão ser facilitados para eles recursos apropriados para essa finalidade.

Artigo 30°

1. Os governos deverão adotar medidas de acordo com as tradições e culturas dos povos interessados, a fim de lhes dar a conhecer seus direitos e obrigações especialmente no referente ao trabalho e às possibilidades econômicas, às questões de educação e saúde, aos serviços sociais e aos direitos derivados da presente Convenção.

2. Para esse fim, dever-se-á recorrer, se for necessário, a traduções escritas e à utilização dos meios de comunicação de massa nas línguas desses povos.

4.1.2 Declaração da ONU dos Direitos dos Povos Indígenas (2007)[3]

A intenção do Brasil, como um dos signatários da Declaração da ONU (2007), é reconhecer os povos indígenas como um grupo diferente do resto de sua população e criar um marco legal

[3] https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf

para proteger os direitos desse grupo. A base deste tratado concentra-se em quatro áreas interrelacionadas:

I. Os povos indígenas são claramente um grupo separado do que a sociedade dominante com seus próprios costumes e convicções. Isso inclui direitos coletivos e individuais.

II. Os indígenas são reconhecidos como tendo um direito mais antigo de terra do que outros por causa dos tratados feitos por seus antepassados.

III. O direito à autodeterminação: os povos indígenas têm o direito de determinar livremente seu status político e buscar livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

IV. Consentimento livre, prévio e informado gratuito (CLPI). Permite que os povos indígenas deem ou retenham o consentimento de um projeto que possa afetá-los ou seus territórios. Uma vez que eles tenham dado o seu consentimento, eles podem retirá-lo em qualquer estágio. Além disso, o CLPI permite negociar as condições sob as quais o projeto será projetado, implementado, monitorado e avaliado.

A Declaração é fundamental na proteção dos sistemas de ensino formal e informal e do bem-estar dos grupos indígenas para o Programa proposto, nas seguintes disposições gerais e especificas:

Artigo 14° (1) Todos os povos indígenas têm o direito em estabelecer e controlar seus sistemas e instituições docentes que compartilham educação em seus próprios idiomas, em consonância com seus métodos culturais de ensino aprendizagem. (2) As pessoas indígenas em particular as crianças, têm direito a todos os níveis e formas de educação do Estado sem discriminação. (3) Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que as pessoas indígenas, em particular as crianças, inclusive os que vivem fora de suas comunidades tenham acesso, quando seja possível, a educação em sua própria cultura e no próprio idioma.

Artigo 18°. Os povos indígenas têm direitos, a participar na adoção de decisões em questões que afetem seus direitos, vidas e destinos, através de representantes eleitos por eles, em conformidade com seus próprios procedimentos, assim como manter e desenvolver suas próprias instituições de adoção de decisões.

Artigo 19°. Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa-fé, com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas para obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem.

Artigo 21°. (1) Os povos indígenas têm direito, sem discriminação alguma, ao melhoramento de suas condições econômicas e sociais, entre outras esferas, na educação, o emprego, a capacitação e o aperfeiçoamento profissionais, a habitação, ao saneamento, a saúde e a seguridade social. (2) Os Estados adotarão medidas eficazes e, na execução, medidas

especiais para assegurar o melhoramento contínuo de suas condições econômicas e sociais. Prestar-se-á particular atenção aos direitos e necessidades especiais dos anciões, das mulheres, dos jovens, das crianças e das pessoas indígenas com deficiências.

Artigo 29°. (1) Os povos indígenas têm direito à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras, territórios e recursos. Os Estados deverão estabelecer e executar Programas de assistência aos povos indígenas, para assegurar essa conservação e proteção, sem discriminação alguma. (2) Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir que não se armazenem nem eliminem materiais perigosos em suas terras ou territórios dos povos indígenas, sem seu consentimento livre, prévio e informado. (3) Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir, segundo seja necessário, que se apliquem devidamente Programa de controle, manutenção e restabelecimento da saúde dos povos indígenas, afetados por esses materiais; Programas serão elaborados e executados por esses povos.

Artigo 32°. (2) Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados na condução de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado, antes de aprovar qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação com o desenvolvimento, a utilização ou a exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo. (3) Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a reparação justa e equitativa por essas atividades, e se adotarão medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas de ordem ambiental, econômica, social, cultural ou espiritual.

4.2 Leis e diretrizes nacionais relacionadas aos povos indígenas

4.2.1 Constituição Federal de 1988 (CF – 88)

Considerada um marco na conquista e garantia de direitos dos povos indígenas no Brasil, a Constituição de 1988 estabeleceu novos marcos para as relações entre o Estado e os povos indígenas.

Expressos em um capítulo específico da Carta (título VIII, “Da Ordem Social”, capítulo VIII, “Dos Índios”), os direitos constitucionais dos povos indígenas são marcados por pelo menos duas inovações conceituais importantes em relação a Constituições anteriores e ao chamado Estatuto do Índio, lei 6.001 de 1973.

A primeira inovação é o abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entendia os indígenas como categoria social transitória, fadada ao desaparecimento. A segunda é que os direitos dos povos indígenas sobre suas terras são definidos enquanto direitos originários. Isto é, anteriores à criação do próprio Estado brasileiro.

O texto em vigor eleva também à categoria constitucional o próprio conceito de Terras Indígenas, que assim se define, no parágrafo 1º. de seu artigo 231:

"São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições."

Os preceitos constitucionais também asseguram aos povos indígenas o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. É firmado, no caput do artigo 231 da Constituição, aos indígenas no Brasil, o direito à diferença, ou seja, de serem índios e de permanecerem como tal indefinidamente.

Assim sendo, a Constituição de 1988 reconheceu o direito à diferença cultural, fundamento de um Estado pluriétnico, e o caráter multicultural da nação brasileira, bases para uma sociedade mais justa e de um efetivo Estado democrático de direito. Ao fazê-lo, viabilizou as condições para transformações nas políticas de Estado que devem hoje assegurar a superação da desigualdade de direitos também à saúde, à educação, à segurança alimentar, que só podem ser agora remetidos a este quadro de diferença cultural contemplado constitucionalmente. Todos eles mantêm relações intrínsecas com a demarcação e garantia das terras tradicionalmente ocupadas.

4.2.2 Ministério dos Povos Indígenas e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) - Política de Infraestrutura Comunitária

De 2019 a 2021 o Governo de Jair Bolsonaro representou o maior retrocesso e violação de direitos dos Povos Indígenas pós constituição de 88. As diretrizes adotadas pelo governo buscaram desafiar os direitos originários garantidos pela Constituição e a Funai, como único órgão indigenista, foi debilitado em suas capacidades e competências.

O volume de conflitos motivados pelas iniciativas sem consulta que avançavam no Legislativo com o objetivo de retirada de direitos, assim como no Poder Judiciário, onde a discussão da tese do marco temporal se prolonga, gerou instabilidades jurídicas e violência no interior do Brasil. No cenário infralegal, a Funai editou medidas que promovem a deslegitimação da identidade dos povos indígenas como a definição de novos critérios de heteroidentificação que fragilizam a tradicionalidade e a cultura dos povos. Na gestão territorial, foi aberta a possibilidade para a Funai atuar na certificação de imóveis irregulares em Terras Indígenas não homologadas.

Em 2023, após o presidente Luis Inácio Lula da Silva ganhar as eleições, o Decreto Nº 11.355, DE 1º DE JANEIRO DE 2023 criou o Ministério dos Povos Indígenas, promovendo uma postura de Estado oposta ao governo anterior e uma resposta histórica e política às reivindicações do movimento indígena nacional. A deputada federal Sônia Guajajara foi nomeada como ministra do Ministério dos Povos Indígenas e assumiu o cargo em 1° de janeiro de 2023.

Em razão de ser uma instituição inédita, o Ministério dos Povos Indígenas se encontra em processo de implantação devendo seguir a estrutura organizacional dos demais ministérios brasileiros. Segundo informações do Decreto Nº 11.355, o Ministério terá por função

reconhecer, garantir e promover os direitos dos povos indígenas; proteger os povos isolados e de recente contato; demarcar, defender e gerir territórios e Terras Indígenas; monitorar, fiscalizar e prevenir conflitos em Terras Indígenas e promover ações de retirada de invasores dessas terras.

Também passam a integrar a pasta dois importantes órgãos que até então estavam vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Social: a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), o único órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado pela lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967 e o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), criado em 2015 pela então Presidente Dilma Rousseff para garantir a participação de representantes dos povos indígenas na formulação de políticas públicas, que foi extinto pelo governo Jair Bolsonaro.

O Ministério criado será formado por três secretarias, além da Secretaria Executiva e sete departamentos, sendo eles:

- Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas, formada pelos departamentos de Demarcação Territorial e de Proteção Territorial e de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato;
- Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, formada pelos departamentos de Justiça Climática e o de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena;
- Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas, formada pelos departamentos de Promoção da Política Indigenista e de Línguas e Memórias Indígenas;
- Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas, que não está vinculado a nenhuma secretaria

Em entrevistas concedidas a mídia, Sonia Guajajara aponta que o Ministério dos Povos Indígenas deverá atuar de maneira interseccional com outros ministérios e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Um dos exemplos da expectativa de atuação interseccional é a competência que o Ministério dos Povos Indígenas terá nos acordos e tratados internacionais relacionados aos povos indígenas, cabendo à ministra trabalhar em articulação com o Ministério das Relações Exteriores.

No que diz respeito ao Programa aqui avaliado, entre as competências da Funai está a de estabelecer a articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania aos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas voltadas à seguridade social e **educação escolar indígena**, bem como promover o fomento e apoio aos processos educativos comunitários tradicionais e de participação e controle social.

A política de infraestrutura comunitária se refere ao conjunto de políticas, Programas, projetos, ações e atividades que servem de base para o desenvolvimento socioeconômico das populações indígenas brasileiras, dentro do rigor da garantia dos seus direitos constitucionais. Estas políticas, Programas, projetos, ações e atividades de infraestrutura ofertadas pelo Poder Executivo Federal, Estadual e/ou Municipal devem ser devidamente apresentadas, discutidas e esclarecidas junto aos povos indígenas, resguardando-lhes o direito de acesso e o respeito às diversidades sociais e culturais.

A Portaria nº 666/PRES, de 17 de julho de 2017 que aprovou o Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio e evidencia suas atribuições regimentais:

VI - monitorar as ações e os serviços de educação diferenciada para os povos indígenas;

A Unidade Coordenadora da política de infraestrutura é a Coordenação Infraestrutura Comunitária -COIC, subunidade da Coordenação Geral de Promoção dos Diretos Sociais (CGPDS) parte da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS Funai

Segundo a Portaria em seu Art. 163 à Coordenação de Infraestrutura Comunitária – COIC compete:

I – coordenar, orientar e apoiar as unidades descentralizadas e instituições parceiras nos processos de valorização e fortalecimento do uso tradicional de técnicas, tecnologias e matérias-primas para edificação de infraestruturas comunitárias indígenas;

II – acompanhar, orientar, subsidiar e qualificar as políticas, Programas e ações de infraestrutura comunitária, em articulação intersetorial e interinstitucional, com vistas à ampliação do acesso diferenciado para povos indígenas;

III – articular, em cooperação com instituições competentes, o acesso dos povos indígenas às tecnologias adequadas de saneamento ambiental, no que se refere à captação, armazenamento, distribuição de água para consumo humano e esgotamento sanitário;

IV – promover, articular e executar, em conjunto com a CGEtno, as políticas de acesso à água para consumo e produção, no âmbito de suas competências; e

V – articular, em cooperação com instituições competentes, o acesso dos povos indígenas às tecnologias e projetos alternativos de energia elétrica, comunicação, habitação e mobilidade.

No DECRETO Nº 11.226, DE 7 DE OUTUBRO DE 2022 a revisão do Estatuto em relação aos órgãos específicos singulares reforçou as atribuições da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável e na sua Seção III; item VI reforça o seu papel de monitorar as ações de educação escolar indígena realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em articulação com o Ministério da Educação.

De igual modo, em especial quando o assunto é a educação, a colaboração e a obrigação concorrente dos entes da federação é regimental para garantir o exercício desse direito,

tanto no que se refere à promoção, manutenção e desenvolvimento do ensino, quanto ao custeio da educação, não afronta, ao contrário, reforça o pacto federativo.

A tempo, a vinculação da Funai ao Ministério dos Povos Indígenas pode alterar normativas e a estrutura de atendimento a diversas políticas públicas direcionadas aos povos indígenas. Caberá ao mutuário, quando do início do Plano de Consulta, compreender se a Coordenação de Infraestrutura Comunitária -COIC da Funai ainda será a interlocutora neste processo de diálogo sobre construção de infraestrutura escolar nas Terras Indígenas. Esta informação constará no Plano de Consulta anexo.

4.2.3 Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. [4]

A PNPCT tem por objetivo específico promover o citado "desenvolvimento sustentável" com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Preconiza também o respeito e valorização da identidade de povos e comunidades tradicionais, bem como de suas formas de organização e de suas diferentes instituições. A referida Política está estruturada a partir de quatro eixos estratégicos: 1) Acesso aos Territórios Tradicionais e aos Recursos Naturais, 2) Infraestrutura, 3) Inclusão Social e 4) Fomento e Produção Sustentável.

Em específico **sobre o eixo infraestrutura** e outros correlacionados determina no Art. 3º :

> III - implantar infraestrutura adequada às realidades socioculturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;
>
> IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;
>
> V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;
>
> X - garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social;
>
> XI - garantir nos Programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;
>
> XII - implementar e fortalecer Programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social;

[4] http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

4.3 Leis e diretrizes nacionais de educação escolar indígena

4.3.1 A Educação Escolar Indígena

Educação Escolar Indígena consiste na modalidade da Educação Básica ofertada pelos sistemas de ensino às comunidades indígenas, que contempla os conhecimentos da cultura e identidade e os conteúdos não indígenas. A Educação Escolar Indígena surgiu para atender as necessidades educacionais desses povos e respeitar sua identidade, ou seja, não precisam deixar de lado sua cultura para receber uma formação escolar.

4.3.1.1 Portaria Interministerial MJ/MEC nº 559, de 16 de abril de 1991

Assegurou o direito aos povos indígenas a uma educação de qualidade, laica, diferenciada, bilíngue, o funcionamento das escolas indígenas no interior das áreas indígenas, com conteúdos curriculares e materiais didáticos adequados. Retirou da Funai a atribuição de coordenar a educação indígena no país e transferiu ao Ministério da Educação, ressaltando o direito à educação laica. Atualmente, as ações direcionadas à educação escolar indígena estão vinculadas à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

4.3.1.2 Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Atestou como norma legal o direito indígena à educação escolar bilíngue e diferenciada. E a Resolução nº 3, de 10 de dezembro de 1999, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, instituiu a categoria de escola indígena, iterada pelo Decreto nº 6.861, que outorgou o direito da escola indígena ter normas e diretrizes curriculares específicas, estar localizada em terras habitadas por comunidades indígenas, com exclusividade de atendimento a comunidades indígenas, com ensino ministrado nas línguas maternas e organização escolar própria.

4.3.2 Os avanços sobre a concepção arquitetônica de escolas indígenas

A partir da CF-88, foram gradativamente sendo viabilizados mecanismos para a maior atuação dos indígenas na condução de suas escolas. Nesse processo, também foi sendo explicitada a necessidade de aprimorar o espaço físico das escolas, para atender às especificidades de cada comunidade, reconhecendo que a “responsabilidade do MEC

fomentar o diálogo intercultural propositivo entre as comunidades e as instituições executoras para que as propostas de infraestrutura escolar sejam condizentes com as perspectivas indígenas e suas realidades ecológicas, garantindo com isso resultados efetivos na aplicação dos recursos públicos" (BRASIL, 2007).

4.3.2.1 Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução n° 3 de 1999

Aponta elementos necessários para a organização, a estrutura e o funcionamento das escolas indígenas, reconhecendo suas formas próprias de organizar a escola. O Art. 3° da Resolução busca contemplar a participação da comunidade na definição do modelo de organização e gestão da escola, considerando que edificação escolar deve atender aos interesses da comunidade indígena.

4.3.2.3 Decreto 5.159/2004

Na busca pela educação diferenciada, esse decreto cria a **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)**, como fruto da pressão dos movimentos sociais, que buscavam influenciar a política educacional, buscando que ela reconhecesse as discriminações, desigualdades, racismos, sexismos, que sempre foram bastante silenciados na política educacional e no debate sobre qualidade educacional. Entre os objetivos específicos voltados aos povos indígenas apontava:

- Reduzir o déficit de prédios escolares nas comunidades indígenas aportando recursos técnicos e financeiros para Secretarias de Educação executarem ações de construção, ampliação, reforma e aquisição de equipamentos para as escolas indígenas.
- Estruturar a rede das escolas indígenas levando em consideração as concepções de edificação, ocupação espacial e condições socioambientais próprias de cada povo indígena.
- Assessorar tecnicamente as Secretarias de Educação para garantir a participação das comunidades na definição dos padrões arquitetônicos adequados às suas realidades socioculturais e ambientais.
- Fomentar a flexibilização das estruturas destinadas a prédios escolares de modo a atender as especificidades culturais e ecológicas de cada povo indígena. (BRASIL, 2007).

O documento apresenta as ações e recursos financeiros previstos e disponibilizados para a construção de escolas indígenas e reforça a necessidade de que as novas escolas "propiciem o emprego de conhecimentos e manejo de materiais de sua realidade ecológica e possibilitem a discussão sobre preferências quanto a padrões arquitetônicos diferentes" (BRASIL, 2007).

Entre as principais ações articuladas pelo SECADI cabe evidenciar Conferências Nacionais de Educação Escolar Indígena (CONEEI) e o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), destinado à formação de professoras(es) para escolas indígenas. Como resultados do SECADI, além da criação de canais de participação efetiva dos povos indígenas nas pautas de educação, notou-se o aumento expressivo de recursos repassados pelo governo federal aos estados em Programas de formação de professores indígenas, em nível médio e superior, e publicação de materiais didáticos, como também percebeu-se um investimento importante na reestruturação da rede física das escolas indígenas, com recursos para construção, reforma e ampliação desses estabelecimentos.

Em 2019 o governo de Jair Bolsonaro extingue a SECADI com o Decreto 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Para o movimento indígena este decreto violou direitos conquistados pois a SECADI era um dos poucos espaços de interlocução dos povos indígenas para implementar políticas públicas nas áreas de educação escolar indígena. Após quatro anos de enorme descaso em relação a educação escolar indígena, com as eleições de 2022 e a volta do governo do PT, dia 1° de janeiro de 2023 o presidente Lula autorizou a reestruturação do Ministério da Educação (MEC) com um novo decreto, de nº 11.342. A medida se refere, entre outras coisas, à recriação da Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino (SASE) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

4.3.2.4 Plano Nacional de Educação

A lei n° 10172 aprovou o primeiro Plano Nacional de Educação (2001-2010) e já apresentava na época críticas às ações dos estados e municípios com relação às escolas indígenas, por não estarem sendo tradadas com a especificidade devida. No documento são apresentadas metas relacionadas à participação da comunidade e à infraestrutura, buscando "(...) padrões mínimos mais flexíveis de infraestrutura escolar para esses estabelecimentos, que garantam a adaptação às condições climáticas da região e, sempre que possível, as técnicas de edificação próprias do grupo, de acordo com o uso social e concepções do espaço próprias de cada comunidade indígena, além de condições sanitárias e de higiene". (UNESCO, 2001, p.139)

O último Plano Nacional em vigência (2014-2024) apresenta as metas ainda a serem alcançadas até 2024 e apresenta como estratégias para melhorar a qualidade da educação básica que considera os territórios indígenas:

> "consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas

socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos" (BRASIL, 2014, p.65)

4.3.3 Perfil atual da infraestrutura nacional das escolas indígenas

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica de 2020 (INEP, 2021), das 273.928 matrículas registradas em escolas que oferecem educação indígena no país, a maioria se concentra no Ensino Fundamental: 166.546. No Ensino Médio, há apenas 26.358 alunos matriculados em escolas indígenas. Com a falta de vagas nesses níveis de ensino nas escolas nas aldeias, os indígenas que querem continuar os estudos acabam tendo que se deslocar para as cidades, enfrentando dificuldades de transporte, discriminação e inadequação das propostas das escolas urbanas para sua realidade.

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2021[5], existem no Brasil 3.363 escolas indígenas – um terço das quais fica no estado do Amazonas –, que contam com 20.373 professores e 1.884 gestores. Somente 1.214 das escolas utilizam materiais pedagógicos voltados para a Educação Indígena.

Quase metade das escolas indígenas (50,2%) não possuem esgoto sanitário, sendo que metade não tem banheiro, cerca de 67,6% contam com energia elétrica, 39,2% não tem acesso a água potável e 75% não têm acesso à internet; banda larga é uma realidade em apenas 14% das unidades. Além disso, praticamente não há estruturas de suporte ao aprendizado de ciências e tecnologia nas escolas indígenas: apenas 8% dispõem de algum tipo de laboratório em suas instalações.

Assim como outros grupos em situação de vulnerabilidade, os povos indígenas também foram fortemente impactados pela pandemia de Covid-19. Além de serem um dos grupos com maiores índices de mortalidade ocasionada pela doença, especialmente os que vivem em condições isoladas, esses povos também tiveram seu direito à educação comprometido com a interrupção das atividades presenciais das escolas e diante da falta de acesso à internet nas aldeias.

[5] Fonte https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/index.html

5. LINHA DE BASE SOCIOCULTURAL

Neste capítulo é evidenciado o contexto geral do Povo Tembé da região do Gurupi, tendo como ênfase informações mais detalhadas da aldeia Cajueiro, local previsto para construção da infraestrutura escolar.

Este estudo utiliza a metodologia Quadro de subsistência sustentável para analisar o contexto de vulnerabilidade a que pode estar exposto o Povo Tembé da aldeia Cajueiro com uma edificação a ser construída na aldeia. O Quadro de subsistência sustentável tem a capacidade de sistematizar de forma objetiva, mas não exaustiva, como uma comunidade usa e depende de seus ativos específicos de subsistência. O meio de subsistência é um conceito amplo que abrange praticamente todos os aspectos da vida cotidiana. Os povos indígenas, de forma geral, formam consistentemente seu sustento com base nestes ativos, aqui nomeados de capital humano, social, físico, natural e financeiro, como será descrito, e tais ativos refletem o arcabouço socioambiental, sociocultural e institucional que regram seu modo de vida, como cultura, regras internas, instituições específicas internas e externas e estruturas de governança própria.

O objetivo desta sistematização é estabelecer em termos gerais a natureza dos mecanismos da comunidade e evidenciar suas vulnerabilidades para reduzir possíveis impactos no seu modo de vida, seja no momento de planejamento da obra, na fase de construção e operação, bem como no cumprimento de todas as prerrogativas de direito associadas ao processo de consulta.

Cabe evidenciar que esta abordagem aqui adotada está em acordo com as premissas constitucionais que garantem às comunidades indígenas seus territórios, na medida em que o território e todas as intrincadas relações estabelecidas a partir dele são imprescindíveis não só para subsistência das comunidades, mas para manutenção e reprodução do seu modo de vida, tendo em vista que áreas utilizadas e formas de utilizar e dar significado aos recursos naturais guardam uma relação direta com sua organização social, suas referências culturais, religiosas e espaciais, apreendidas pelo seu uso imemorial e geracional.

Importa entender que a compreensão de que avaliar corretamente uma possível alteração ambiental que impacta este território utilizado, ou de forma mais restrita uma aldeia, só é possível quando são consideradas as formas específicas através das quais a comunidade imprime sua lógica a ele, pois contrário disto seria reduzir a abrangência das relações territoriais à moradia e às atividades de produção (GALLOIS, 2004) o que seria um equívoco na perspectiva de compreensão dos recursos (materiais e imateriais) que fazem uso para reprodução do seu modo de vida, ou seja, sua reprodução física e cultural.

O Povo Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TI ARG), apesar das particularidades vivenciadas no seu território, resultado dos processos de ocupação da região e de contato interétnico ocorrido nos últimos 60 anos, habita atualmente duas regiões, a região do rio Gurupi, no sul do território, e a região do Guamá, no norte do território. Hoje, apesar de reivindicarem seus direitos territoriais e sociais apoiados em territorialidades específicas,

estas são coletivamente pautadas pela ocupação tradicional de todo o território pelo Povo Tembé de ambas as regiões. O aspecto da territorialidade específica reforça as distinções de cada região ao seu contexto fisiográfico, ambiental, histórico e social e reforça identidades socioambientais que as diferenciam e ao mesmo tempo as unificam a partir deste contexto de apropriação imemorial.

Desta forma é relevante apontar que esta pesquisa teve como objetivo o diálogo com o Povo Tembé que habita a região do Gurupi, especificamente com as famílias da aldeia Cajueiro na maior parte do tempo, e algumas famílias e lideranças das aldeias próximas que utilizam a infraestrutura escolar e de saúde desta aldeia. Este recorte da área de pesquisa e diálogo foi definido pela Comissão Tembé da aldeia Cajueiro devido ao Componente 1 do Programa ter como objetivo a construção de infraestrutura escolar na aldeia Cajueiro, local indicado pela Seduc do Pará como uma das localidades que receberá o Programa financiado pelo BID.

5.1 Introdução geral à Terra Indígena Alto Rio Guamá

De acordo com os estudos de Wagley e Galvão (1961), os índios Tembé são autodenominados Tenetehar. Aqueles que habitavam o Estado do Maranhão foram chamados, pelos viajantes, de Guajajara e os que migraram para o Guamá, no Pará, originários do Pindaré, foram chamados de Tembé. Atualmente, os Tenetehar-Guajajara, do ramo oriental, vivem, de um modo geral, no Maranhão, enquanto os Tenetehar-Tembé, do ramo ocidental, no Estado do Pará e habitam três áreas ao longo dos rios Acará, Guamá e Gurupi. Os Tembé que vivem na região do rio Acará vivem na Terra Indígena Turé-Mariquita e Terra Indígena Tembé e os Tembé que vivem na região dos rios Gurupi e Guamá estão na Terra Indígena Alto Rio Guamá (TI ARG), esta última onde se encontra a aldeia Cajueiro. Segundo os estudos de Gomes (2002) os Tembé partilham a mesma língua, a tupi-guarani, a mesma tradição cultural e se consideram um só povo, de denominação étnica Tenetehar.

A Terra Indígena Alto Rio Guamá (TI ARG) foi reconhecida e homologada[6] em 1993 (Decreto S/No de 04.10.1993 - Diário Oficial da União, 05/10/1993), portanto trata-se de um território garantido oficialmente para o usufruto exclusivo dos índios, e possui aproximadamente 279.000 hectares. Está localizada no nordeste do estado do Pará, entre a margem direita do rio Guamá e a margem esquerda do rio Gurupi, no limite do estado do Pará com o Maranhão,

[6] As terras indígenas no Brasil, considerando seu aspecto jurídico são assim classificadas: (a) Em identificação: Um Grupo Técnico (GT) criado pela Funai realiza estudos para proceder a identificação; (b) Identificadas e aprovadas: são aquelas aprovadas pelo presidente da Funai, após analisar os estudos de identificação elaborados pelo GT e determinar sua publicação no Diário Oficial da União. Podem ser contestadas; (c) Terras Declaradas: têm portaria do Ministro da Justiça declarando-as de posse permanente indígena e determinando que a Funai realize a demarcação administrativa; e (d) Terras homologadas e/ou registradas: são as terras garantidas oficialmente para o usufruto exclusivo do povo indígena, porque já tiveram decretos presidenciais homologando a demarcação ou já foram registradas em Cartórios de Registro de Imóveis (CRI) /ou no Serviço de Patrimônio da União (SPU). Também fazem parte deste grupo as Reservadas, que são terras garantidas por decretos estaduais na época do Serviço de Proteção ao Índios (SPI), ou porque foram adquiridas pela Funai ou outros órgãos para assentarem comunidades indígenas atingidas por empreendimentos de interesse nacional. Os procedimentos descritos podem ser alterados diante da recente criação do Ministério dos Povos Indígenas, que tem como um dos desafios rever e tornar mais célere o processo de homologação dos territórios.

e abrange os municípios de Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas. Ao sul, região do Gurupi, a TI ARG faz fronteira com a Terra Indígena Alto Turiaçu, localizada no estado do Maranhão.

A última informação oficial sobre a população da TI ARG é do IBGE (2010) referendadas também no Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Guamá (ECAM, 2018). Em 2010 viviam aproximadamente no território 4.168 pessoas, das quais 2.546 se consideravam indígenas. Na época eram 33 aldeias, 17 na região do rio Gurupi, no sul do território, e 16 na região do Guamá, no norte do território.

Segundo informações do Instituto Socioambiental[7], a partir de informações dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e das Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais da Funai, a população da TI ARG era em 2014 de 1.727 pessoas.[8]

Os Tembé da TI ARG sofrem pressão no seu território tradicional desde o século XIX, sendo alvo das políticas que concentravam os indígenas em áreas restritas e os sujeitavam a política assimilacionista de interesse do Estado. Esta situação ao longo das décadas ocasionou a propagação de diversas doenças, impactando na redução da população Tembé, como também acarretou um longo processo de conflito para salvaguarda da sua unidade sociopolítica e domínio do seu território.

Na década de 70 tem início a maior invasão do território Tembé, com a criação da Fazenda de Mejer Kabacznik, que abriu uma estrada de 24 km de extensão dentro da área, para ligar sua fazenda a vila do Livramento, no município de Nova Esperança do Piriá. Com a construção da estrada, algumas áreas ficaram restritas aos Tembé, cortando parte do Terra Indígena ao meio. Dessa forma, os indígenas precisavam pedir autorização para os posseiros que armados impediam o trânsito dos Tembé no território, o que resultou na separação espacial dos Tembé, que se organizavam a partir do Rio Gurupi, ao sul, e os Tembé situados nas margens do rio Guamá, ao norte.

Os nove mil hectares ocupados pelo fazendeiro e os mais de 83 mil hectares ocupados por invasores, colonos e posseiros, espalhados em dezenas de vilas dentro da Terra Indígena ainda geram diversos conflitos com os Tembé e apesar da dificuldade do deslocamento dentro dos limites da TI, o intercâmbio entre os grupos das duas regiões é constante, fruto de sua resistência, em especial após a homologação, onde os Tembé das duas regiões passaram a lutar efetivamente pela posse do seu território.

Segundo informações do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Guamá (ECAM, 2018), apesar da homologação do território em 1993, os conflitos se mantiveram e foi só em 2013, fruto das denúncias e da articulação das lideranças com o Ministério Público Estadual, que a justiça decretou a saída definitiva dos invasores da

[7] Fonte https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3573#demografia.
[8] A exatidão e dados sobre censo populacional em Terras Indígenas é um desafio no Brasil devido a falta de regularidade na coleta de dados e à dinâmica populacional que se impõe nos territórios, motivados por questões internas aos grupos (fissões e migrações) ou a processos impostos por pressões/perdas territoriais e deslocamentos temporários para acesso a políticas públicas, em especial educação e saúde.

Fazenda Mejer. Somente em agosto de 2014 que foi assinada a ordem de despejo. O Povo Tembé ainda aguarda a saída efetiva dos invasores na parte central de seu território. Segundo informações do Cacique da aldeia Cajueiro, Sr. Reginaldo Tembé, a presença dos invasores impede o uso de todo território e os vetores de pressão continuam sendo a extração ilegal de madeira, o avanço de frentes agropecuárias no entorno e mais recentemente a presença de traficantes e plantações ilegais de Canabis Sativa dentro dos limites da Terra Indígena.

Segundo matéria investigativa feita a pedido dos Tembé pela Amazonia Real (2021), o Ministério Público Federal (MPF) informou que entre 2017 e 2020 foram ajuizadas 15 ações por invasões ilegais na Terra Indígena, e que no mesmo período o MPF requisitou à Polícia Federal (PF) a abertura de 15 inquéritos para investigar outros casos de invasões, 14 por extração ilegal de madeira e um por plantio de psicotrópicos. Em setembro de 2020, o órgão chegou a pedir também à PF e ao comando do Exército na capital paraense, que por meio da Garantia de Lei e Ordem (GLO), fosse feita uma operação urgente para evitar ataques de madeireiros contra os indígenas da região.

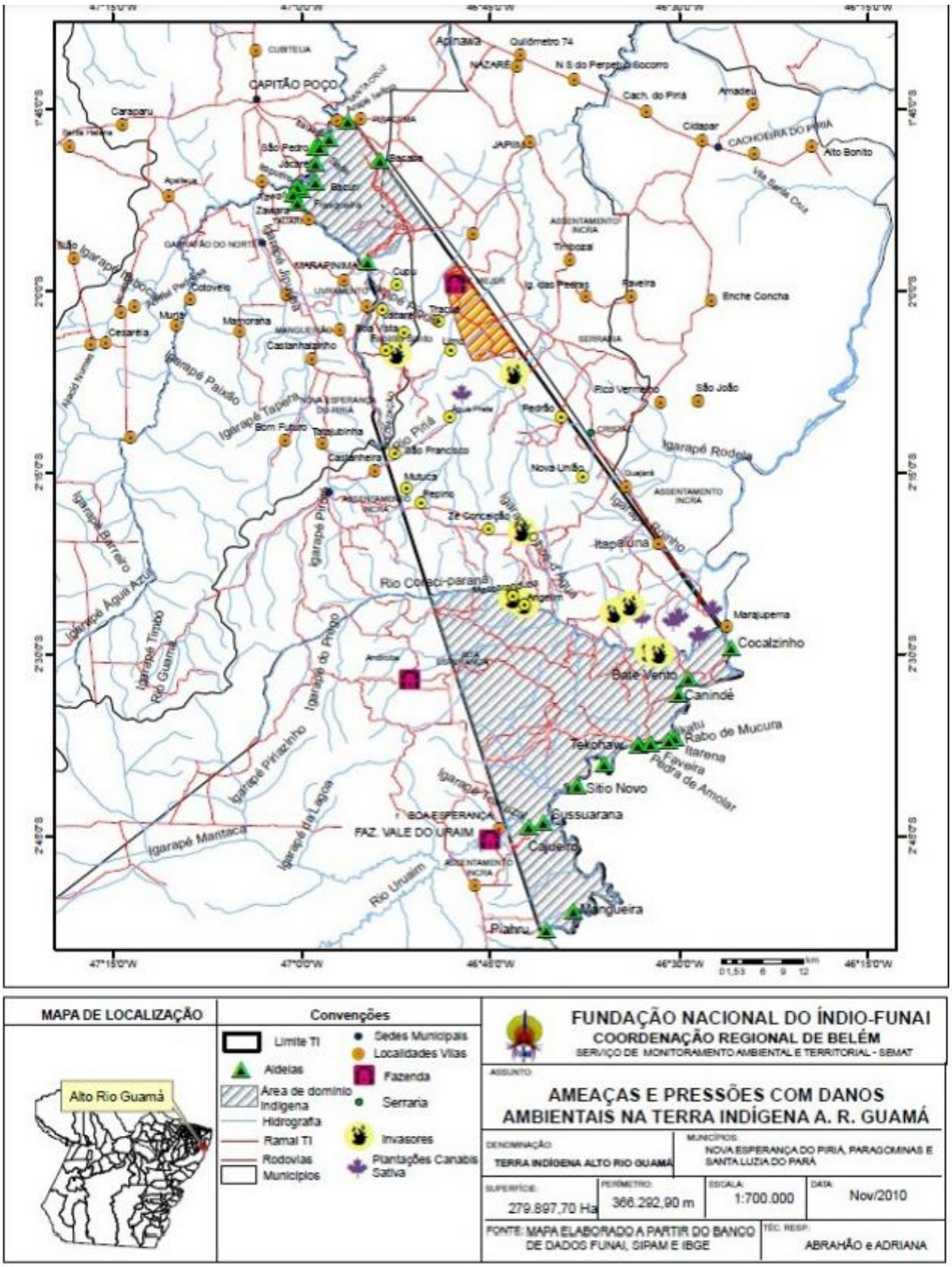
Em 2021, a convocação da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) criou a Operação Verde Brasil 2, uma ação militar coordenada com agentes governamentais da região amazônica (Forças Armadas, Ibama e Secretaria Estadual de Meio Ambiente) com o objetivo de atuar no combate às queimadas, desmatamentos e outros crimes ambientais. Esta Operação fechou dez serrarias ilegais nos municípios de Mãe do Rio, Capanema e Cachoeira do Piriá, com o cumprimento de 13 mandados de busca e quatro de prisão preventiva. A ação, desarticulou uma quadrilha que comercializava madeiras de espécies florestais pertencentes à Terra Indígena do Alto Rio Guamá.[9]

Apesar de ser um problema antigo na Terra Indígena Alto Rio Guamá, ele ganhou proporções vultuosas no governo de Jair Bolsonaro (2019 a 2022), que devido à ausência de atos de Regulação e Planejamento do Governo Federal acerca da fiscalização em Terras Indígenas, escancarou a lacuna de políticas públicas indigenistas, que somada às reformas institucionais promovidas na Funai e a não demarcação de um centímetro de Terras Indígenas, legitimaram as mais variadas formas de ataques aos povos indígenas e seus territórios.

A **Figura 2**, apesar de retratar a realidade fundiária de 2010, retirada do Plano de Gestão da TI Alto Rio Guamá, segundo os Tembé do Gurupi ainda pode ser considerada atual. Na imagem é possível identificar a presença ilegal dos invasores na região central da TI com fazenda, vilas e outras ameaças e o domínio parcial do território pelos Tembé, na sua parte norte e sul, regiões hachuradas do mapa.

[9] Fonte: DefesaNet - Verde Brasil - Verde Brasil 2 completa 210 dias com queda no desmatamento e aprovação da opinião pública

Figura 2 - Mapa da Terra Indígena Alto Rio Guamá.


CAPITÃO POÇO
Cajueiro
Cocalzinho
Canindé
Sitio Novo
Mangueira
Piahiu
Rio Guamá
Igarapé Paixão
Igarapé Rodela
Igarapé Barreiro
Igarapé Aqua Azul
Igarapé Timbó
Igarapé Mantaca
Igarapé da Lagoa
Igarapé Pirazinho
Igarapé do Pinto
Rio Urubaim
Rio Coreci-paraná
Rio Pinã
Igarapé Tapera
Igarapé Pirá
Igarapé Ourinho
Igarapé Rio Branco
Igarapé Ourinho
Igarapé Tiquiranã
Igarapé Ipiranga
Igarapé Ipiranga
Igarapé Ipiranga

Apesar da área central do território ainda se encontrar fora dos domínios indígenas, os Tembé do Guamá e do Gurupi articulam estratégias contínuas de defesa do território e estabeleceram uma forte aliança nas ações conjuntas de vigilância, realizadas em parceria com o grupo Guardiões da Floresta do Povo Ka´apor[10], da TI Alto Turiaçu que faz limite com a TI ARG a sul, para expulsar invasores, combater incêndios e outras ameaças ilegais, além da estratégia de ocupação do território através da criação de novas aldeias nos limites norte e sul, e ações conjuntas de intercâmbio para o fortalecimento sociocultural e político.

5.2 Os Tembé da região do Gurupi

A região do Gurupi, onde foram feitos os levantamentos para este relatório, fica na parte sul da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TI ARG), e as aldeias localizadas nesta região estão situadas em área pertencente ao município de Paragominas.

Atualmente, segundo informações das famílias da aldeia Cajueiro coletadas em dezembro de 2022, na região existem 20 aldeias, a maioria espalhadas ao longo do Rio Gurupi, limite sul da Terra Indígena, e afluentes. No mapa desenhado pela comunidade (Figura 3) quando deste levantamento de campo, é possível identificar a localização das aldeias na região.

Figura 3 - Mapa elaborado pela comunidade na aldeia Cajueiro em dezembro de 2022. Recorte espacial da área sul da TI ARG com a localização das aldeias.

Legenda: Perímetro amarelo = aldeias que compõem o Polo *Tekohaw*. Perímetro verde = aldeias que compõem o Polo Cajueiro. Foto: os autores, dezembro de 2022.

[10] O Grupo Guardiões da Floresta consiste em grupos autônomos formados pelos indígenas das Terras Indígenas da região do Maranhão, devido a necessidade de proteção dos territórios que constantemente são alvo de invasões ilegais e ações criminosas. Na perspectiva de não contarem com a ajuda sistemática de ações fiscalizadoras pelo Estado, os "Guardiões" são divididos por etnia. Segundo a Frente de Proteção Awa-Guajá, ligada a Funai, cada etnia define o número de guardiões para cada região que vai atuar dentro da floresta amazônica. Estes grupos contam com a ajuda de organizações não governamentais na doação e capacitação em equipamentos tecnológicos para rastrear a ação dos invasores e estimulam o protagonismo das comunidades na busca de canais diretos com os órgãos responsáveis, como Ibama e Polícia Federal.

Em azul no mapa, os rios principais da região do Gurupi: acima o Rio Gurupi, limite da TI ARG a sul. Cortando a área rumo ao limite oeste da TI ARG, o Rio Uraim, onde fica a aldeia Cajueiro, na imagem dentro de um círculo. Em marrom a direita, a estrada vicinal não pavimentada conhecida como Estrada do Sete, dentro do assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), denominado Vila CAIP. Já dentro do território, são diversos os ramais, denominados pelos Tembé como "faixas", que acessam as aldeias. Hoje quase todas as aldeias são acessadas via terrestre. As linhas vermelhas na extremidade do mapa são os limites leste (a esquerda) e oeste (a direita) da TI nesta região.

O conjunto de aldeias à esquerda do mapa (perímetro amarelo), próximas ao limite leste da TI ARG, na beira do Rio Gurupi, tem como aldeia Polo a *Tekohaw*, onde existe um Polo de saúde e uma escola municipal que também é atendida pelo sistema SOME. São sete aldeias nesta área: Cocalzinho, Bate Vento, Canindé, *Ikatu*, *Anoirá*, *Tekohaw* e Floriano.

Já no Rio Uraim e beirando o Rio Gurupi, na parte direita do mapa (perímetro verde), próximas ao limite oeste da TI ARG, ficam as aldeias que tem como aldeia Polo a Cajueiro, onde existe o Polo de Saúde e a escola municipal atendida pelo sistema SOME. São 13 aldeias nesta área: Sussuarana, Mangueira do Uraim, Cajueiro, *Ka´aPitepehar, Ka´akyr, Nazatyw,* Igarapé Grande, *Wahutyw,* Três Furos, *Tyré, Koyaka,* Mangueira e *Piahu*[11].

Este levantamento teve como foco de pesquisa a aldeia Polo Cajueiro, onde a Seduc pretende construir uma estrutura escolar para atender a demanda do ensino médio na região, especificamente das 13 aldeias citadas acima.

5.3 Os meios de subsistência sustentáveis

A seguir são caracterizados os ativos dos cinco capitais relacionados aos meios de subsistência sustentáveis da aldeia Cajueiro.

5.3.1 Capital Humano

Neste item serão descritas as habilidades e conhecimentos, tangíveis e intangíveis, que permitem aos Tembé, em especial da aldeia Cajueiro, manter e reproduzir suas estratégias de subsistência física e cultural. Estes recursos são adquiridos por gerações e são importantes para manutenção do seu bem-estar e sua identidade. O capital humano é ao mesmo tempo um bem de meios de subsistência, ou seja, a matéria prima para chegar a resultados de meios de subsistência, e um fim em si.

[11] Os nomes e grafias na língua Tembé utilizadas neste relatório foram informadas por eles quando em campo.

5.3.1.1 Territorialidade Tembé do Gurupi

O conceito de territorialidade na antropologia tem sido trabalhado enquanto espaço físico, onde determinada sociedade desenvolve relações sociais, políticas e econômicas, segundo suas bases culturais. Neste sentido a percepção de território é marcada pelo conceito de recurso natural e sociocultural, fundamental para manutenção e reprodução da vida coletiva, representa o suporte da vida social.

A Terra Indígena Alto Rio Guamá (TI ARG) é de domínio indígena nos seus extremos, a sul (região do Gurupi) e norte (região do Guamá). Por motivos relacionados aos aspectos fisiográfico, ambiental, histórico e social, os grupos das duas regiões guardam as particularidades que os diferenciam, apesar de hoje reforçarem sua união em diversas ações conjuntas de intercâmbio cultural, que fortalecem a apropriação imemorial do território e de fiscalização às ações ilegais.

Em todos os registros sobre os Tembé, dos naturalistas aos pesquisadores que se dedicam ao tema e recentemente aos crescentes estudos e teses dos próprios Tembé, que já cursam universidades, é possível observar a memória Tupi presente nos registros da cultura Tembé, bem como nas práticas cotidianas, nas aldeias.

Apesar de todo aparato violento das frentes de colonização e as políticas de Estado que forçaram os Tembé à segregação e a incorporar a identidade regional, as práticas culturais atravessam gerações e são aliados na salvaguarda de sua territorialidade e identidade.

Segundo as referências bibliográficas pesquisadas e citadas ao longo deste relatório, bem como a partir dos relatos da comunidade quando em campo, os Tembé da região do Gurupi, por se manterem ao longo das décadas mais isolados da cidade e, portanto, do contato forçado ou não com o branco, conseguiram manter um diálogo geracional continuado com sua cultura ancestral, o que se manifesta atualmente na presença da língua materna nas aldeias, na presença de Pajés, na reprodução dos rituais que referenciam sua mitologia ancestral, apesar da incorporação atual da simbologia cristã, e na dependência dos conhecimentos tradicionais associado ao uso da biodiversidade, voltados quase que exclusivamente à subsistência e à reprodução de suas crenças imemoriais, que imprimem uma lógica própria de apropriação do território.

Os conhecimentos e habilidades conquistados a partir das práticas e saberes voltados ao manejo dos recursos físicos e biológicos do seu território sustentam uma territorialidade marcada por áreas específicas, com usos diferenciados dos recursos que embalam narrativas e construções socioculturais estabelecidas por gerações.

A partir dos diálogos com a comunidade associado ao mapeamento social elaborado por homens, mulheres e jovens das aldeias do Gurupi, em especial da aldeia Cajueiro, foi possível compreender a importância do território, em especial desta região sul, como resultado das migrações ocorridas durante todo este processo histórico. Apesar das narrativas irem além

dos limites de sua demarcação[12], é possível compreender a importância dos Rios Gurupi e Uraim como locais de ocupação imemorial nesta região sul.

A correlação entre ambientes domesticados com aqueles não domesticados nesta territorialidade são importantes referências para reprodução das dimensões simbólicas e sociais dos Tembé do Gurupi. A aldeia, como área de moradia permanente, na beira dos rios, ambiente doméstico de domínio feminino e de reprodução do conhecimento para as novas gerações, local protegido que guarda a história da aldeia e dos grupos familiares, ganha sua extensão nos quintais e roças, onde se encontra a principal atividade de subsistência dos Tembé e se reproduz os valores dos grupos familiares, regime possessório relacionado a família extensa, sua unidade de produção.

Este espaço é regulado por normas morais, e nele se vivencia de forma fluida características culturais, que se projetam numa simbologia do espaço físico e criam alianças entre os grupos familiares da aldeia. A agricultura e especificamente o espaço da roça é um dos mais importantes espaços de reprodução de saberes e práticas ancestrais de cultivo, dado pelo conhecimento do solo, técnicas de plantio, ciclos de colheita e manejo, como também pela diversidade das variedades plantadas, selecionas por gerações e associadas aos diferentes usos, alimentares e rituais, sendo um importante símbolo de resistência Tembé. Nos quintais e áreas próximas as roças o açaí e a bacaba são complemento nas refeições dos Tembé, que junto com outras frutas complementam a dieta: urucum, caju, manga, limoeiro etc.

Ainda no espaço domesticado, próximos a aldeia, encontramos as plantas e ervas que dão sustento a dimensão Tembé sobre os processos de saúde - doença, utilizados em grande parte nos rituais xamânicos de cura e formam um arcabouço de saberes e práticas que deram visibilidade étnica nos embates com as políticas públicas voltadas para a saúde indígena.

Por outro lado, a floresta, espaço não domesticado onde são realizadas as expedições de caça, extrapola os limites das aldeias se configurando como espaços de domínio e saberes masculinos. Espaço que guarda o desafio de ser reconhecido por seus marcos geográficos, locais de referência que ganham nomes indígenas na tentativa geracional de um certo domínio. O conhecimento imemorial dos caminhos percorridos, lugares antes ocupados com antigas aldeias, chamadas por eles de taperas e cemitérios, espaços que contam a história do contato com o branco, locais a serem apropriados, cenário para a habilidade do caçador e da boa caçada. A caça, ao virar presa, é, portanto, domesticada e serve ao sustento da família, à manutenção dos laços de parentesco, a reprodução dos tabus alimentares associados ao sistema de regras morais e religiosas, rituais xamânicos de cura, perpetuação das alianças políticas e principalmente um marcador identitário,

[12] Delimitações territoriais foram historicamente fixadas conforme estratégias de poder e controle político do Estado. Por este motivo, as diversas formas de regulamentar a questão territorial indígena implementadas pelos Estados Nacionais não podem ser vistas apenas do ângulo do reconhecimento do direito à "terra", mas como tentativa forçada de solução de um confronto entre diferentes lógicas espaciais, de percepção e uso em relação ao espaço físico.

pois através das histórias se atualizam as narrativas sobre o espaço-tempo desta parte do território.

A relação pendular entre o espaço classificado como floresta e os espaços domesticados estão entre os aspectos significativos da dimensão simbólica de concepção do território e neste contexto entram os rios que permitem o encontro entre estes dois espaços. O espaço aquático é considerado um espaço de mediação, norteador das referências sociais e históricas. Uma citação encontrada em IPHAN (2015) evidencia esta dimensão ao citar uma fala de um ancião da aldeia *Tekohaw* "Segundo Sérgio Muxi, da aldeia *Tekohaw*, eles também se autodenominam de *Y'riwara*, porque suas aldeias estão nas margens dos rios. Em seus processos migratórios, sempre seguiram os contornos dos leitos dos rios. "Y" significa água e *Y'riwara* significa povo da água".

A pesca, neste ambiente das águas, é uma atividade importante para subsistência do grupo, mas também para uso nos artefatos culturais para venda e uso em festas e rituais e na medicina tradicional. Uma atividade em que se mostram os conhecimentos comunitários acerca das dimensões biológicas e ecológicas do território. Apesar de ser uma das mais importantes atividades na Amazônia, espaço de alimento e renda, a pesca guarda aspectos simbólicos diferenciados quando avaliadas as territorialidades de cada grupo. O peixe pode ser considerado, por um olhar externo, uma proteína animal a ser consumida para nutrir o corpo, mas as preferências e narrativas Tembé associadas ao recurso são conteúdos culturais essenciais e promovem diferenciais únicos. É necessário compreender que questões culturais relacionadas à alimentação são distinções importantes entre diferentes grupos e definem o reconhecimento e o autorreconhecimento.

De forma geral cabe concluir que para os Tembé a terra não é somente um recurso natural e sim recurso sociocultural e compreende saberes ambientais, ideologias e identidades coletivamente criados e historicamente localizados, que são utilizados para estabelecer e manter seu território e sua identidade.

5.3.1.2 Sistema religioso e visão de mundo

Os Tembé do Gurupi, segundo depoimentos das famílias da aldeia Cajueiro, hoje se reconhecem como católicos e evangélicos quando abordados sobre sua religiosidade. A presença da igreja católica se materializa numa pequena "capela" de São Benedito (**Figura 4**), uma casinha feita de tábua e alvenaria, hoje abandonada, que abriga imagens danificadas do Santo e um tambor. Quando questionados sobre este espaço demostram pouco interesse no assunto, mas dizem fazer a festa e participar das festas de São Benedito nas aldeias *Tekohaw* e Canindé, que ocorrem no mês de dezembro. Percorrendo bibliografias sobre os Tembé, no estudo de Paraense Paixão (2010) encontra-se referência de uma capela de São Benedito na aldeia Polo *Tekohaw*, que também é acessada na época da festividade, sem com isso ser usada com assiduidade.

Figura 4 - Capela de São Benedito na aldeia Cajueiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Segundo Paraense da Paixão (2010) a festividade a São Benedito chama atenção por não ser comum nesta região do Pará e propõe a hipótese de um possível contato com os remanescentes de quilombo que habitavam esta região e hoje estão localizadas pouco mais acima do rio Gurupi.

Em relação a religião evangélica, apontam que algumas famílias seguem a religião na aldeia Cajueiro e em outras aldeias da região. Na aldeia Cajueiro existe uma igreja em alvenaria e um espaço que serve para eventos. Os depoimentos não dão a precisão temporal da existência da religião evangélica na aldeia, mas em buscas bibliográficas, Sales (1999) já descrevia a presença da Associação Linguística Evangélica Missionária (ALEM) na região do Gurupi, especificamente na aldeia *Tekohaw*, com o trabalho de tradução da bíblia na língua Tembé e apontava indícios de abandono de práticas culturais.

Cabe neste contexto evidenciar que o pouco tempo desta equipe em campo não permitiu um aprofundamento do tema, que não era foco deste relatório, mas nos relatos foi relevante observar, nos depoimentos dos professores e lideranças da aldeia Cajueiro, que apesar de incorporarem símbolos das religiões citadas: espaços específicos, as festividades e narrativas

evangélicas, os Tembé não vivem estas religiões como sistema religioso, e reforçam suas crenças e universo mítico na reprodução das festas tradicionais, quando relatam que a participação nas festas é coletiva, de todas as famílias da aldeia Cajueiro e famílias de outras aldeias da região.

Dos depoimentos tira-se que apesar da influência da religiosidade dos brancos, reflexo do contato e da marginalização da cultura indígena, as festas tradicionais são marcadores identitários importantes para os Tembé, em especial quando ressaltam que os jovens estão organizados na aldeia para o aprendizado das danças e cantos na língua junto aos mais velhos. O fato de reafirmarem a importância das festas tradicionais no seu calendário e informarem que estas festas também ocorrem em todas as aldeias do Gurupi, sugere uma estratégia importante de fortalecimento da identidade Tembé e da manutenção das relações de parentesco e aliança na região.

Nas referências bibliográficas consultadas e a partir dos relatos a esta equipe, é possível apreender que os rituais para o Povo Tembé são importantes eventos que marcam os diferentes ciclos da vida, desde a gravidez, até o momento do casamento dos jovens, quando realizam uma série de festas que compõem um grande ritual de vida, importantes reguladores das normas morais e regras sociais do grupo que devem ser reproduzidas para as novas gerações.

Os rituais são sempre acompanhados de tabus alimentares e restrições, e dependência das principais atividades de provisão, em especial a caça e a roça. As danças e cânticos estão sempre associados as batidas do maracá, o único instrumento que acompanha a música tradicional é o maracá. Feito de cabaça e ornamentado com penas e sementes. Nas festas as canções são iniciadas pelas vozes masculinas, acompanhadas pelos sons dos maracás. Depois, de forma harmônica e complementar, entram os agudos femininos.

O grafismo dos corpos, são importantes elementos da resistência cultural e uma das principais expressões estéticas do Tembé, presente nos seus mais diferentes rituais e no dia a dia e os adereços corporais, elaborados com sementes e plantas disponíveis na comunidade, são elementos sempre presentes e imprescindíveis do ritual.

No trabalho de campo os Tembé destacaram dois rituais importantes no cotidiano da aldeia: O ritual da Menina Moça e a Festa do Moqueado. O objetivo aqui não é descrevê-los na sua totalidade cosmológica, mas sim compreender a importância destes rituais como parte relevante do arcabouço de conhecimentos e crenças que compõe sua visão de mundo.

O Ritual da Menina Moça (*KÃWI´UHAW*) ou a Festa do Mingau da Moça, é um importante rito de puberdade voltado principalmente para as meninas, com o primeiro ciclo menstrual, cuja participação é cercada de preparações e proibições. O ritual se inicia quando a menina avisa a mãe, que logo a sujeita a uma série de tabus alimentares e de reclusão, pois acreditam que a moça esta suscetível a todo tipo de perigo, por isso requer uma atenção especial. Neste período, não podem tomar banho no rio, pois os espíritos da água ou da mata podem fecundá-la ou trazer-lhe doenças. Um momento clímax deste ritual é quando as meninas

servem o mingau de mandiocaba, uma espécie cultivada por gerações na aldeia, mais aguada, especifica para este ritual. Este mingau tem que ser preparado e servido pelas moças que irão participar da festa. Esta festa, segundo relatos dos Tembé da aldeia Cajueiro, acontece a qualquer momento e podem ter mais de uma festa no ano. É um momento especial e os Tembé já sabem que, em breve, novos casamentos acontecerão nas aldeias.

Festa do Moqueado (*WIRA´UHAW*). Esta festa tem a duração de três dias a uma semana no mês de maio ou junho. Relatam que é uma das festas mais importantes da aldeia, uma festa coletiva que reúne as meninas moças que participaram do ritual anterior e todas as aldeias da região são convidadas, atém mesmo as aldeias da região do Guamá. A Festa do Moqueado, última etapa deste ritual de vida, equivale ao casamento para os Tembé. O pajé é muito importante neste ritual, ele indica os passos dos ritos e organiza as músicas, que entoam cantos de pássaros, aos toques dos maracás. Esta festa envolve um tempo longo com diferentes etapas, desde sua preparação, quando os homens vão caçar para preparação da carne no moquém, uma espécie de jirau de madeira com brasas embaixo, passando pela pintura corporal, adornos e reclusão das meninas, até as danças e cantorias diárias. A festa se encerra com uma enorme corrente de pessoas unidas pelos braços e embaladas pela cantoria. Depois de passar por estes rituais, a moça e os homens novos se inserem na aldeia como pessoas preparadas para assumir suas funções sociais, em especial formar uma família.

No levantamento de campo, quando questionados sobre a localização de cemitério e áreas sagradas, os Tembé relatam algumas etapas importantes quando da morte de alguém da aldeia. Em tom de brincadeira apontam que faz muito tempo que ninguém morre lá, apesar da morte de algumas lideranças tradicionais da região pela pandemia da Covid-19, mas relatam que o cemitério na aldeia Cajueiro se localiza afastado das casas e não é um local frequentado, pois existe receio dos “espíritos” os *azáng* (espíritos errantes de mortos ou espíritos de animais). Para os Tembé os locais são povoados de espíritos e estes espíritos podem ser bons ou ruins, por isso a importância do Pajé, figura intermediária entre o humano e o sobrenatural, que se faz presente nos rituais de cura e morte, com rezas, cantos e a presença marcante das batidas dos maracás. Quando a pessoa morre eles preparam o corpo que é colocado num caixão, hoje comprado na cidade, e o pajé inicia as rezas e cantorias “para encaminhar o morto” eles dizem. Depois desta “cerimônia” que dura um dia, os Tembé passam por um luto de oito dias, quando não podem fazer nada, não trabalham, não pescam, não caçam e nem frequentam a escola, sendo um momento de reclusão das famílias em respeito à pessoa que morreu e sua família.

5.3.1.3 Educação

Nos diálogos estabelecidos com os Tembé sobre a importância da educação, as famílias entendem que educação deve ser um processo integrado entre o ensino formal e informal.

Para os povos indígenas, pensar numa educação diferenciada, na perspectiva de sua visão de mundo garantida constitucionalmente, ganha dimensões mais amplas que apenas

aquelas dos ambientes escolares. Isso foi definido pelos povos indígenas e expresso nos "princípios contidos nas leis [que] dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas de uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociais" (BRASIL, 1998).

As comunidades indígenas fornecem exemplos muito concretos através dos quais se podem perceber a coexistência ou fusão de processos formais e informais na construção do saber. No que se refere às crianças, verifica-se, constantemente, que não é o processo de ensinar e aprender que organiza as várias atividades através das quais ficam, a saber, de tudo aquilo que precisam para suas vidas na comunidade, mas, sim que são essas atividades que organizam o ensinar e o aprender, propiciando e provocando as oportunidades para o processo cognitivo (NUNES, 2003).

Esta questão fica muito evidente na forma que os Tembé reforçam a importância do aprendizado dos conhecimentos indígenas para as novas gerações, promovendo e motivando o grupo de jovens da aldeia, no contínuo contato com os mais velhos para o aprendizado da língua, das danças e crenças (Figura 5). Quando da elaboração do mapa na aldeia foi importante observar que foram os jovens que mais se apropriaram da sua elaboração, conduzidos pelos mais velhos que vinham de tempos em tempos à mesa "guiar e corrigir" enquanto conversavam entre eles.

Figura 5 – Festa promovida pelos Tembé na despedida desta equipe técnica da aldeia Cajueiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

A questão da juventude Tembé é muito importante para eles, pois acreditam que o fortalecimento identitário e garantia do território passa pelo interesse deles na cultura e principalmente na atuação e envolvimento destes perante os problemas da aldeia. Seja na pesca, caça, e/ou nas ações de vigilância do território, os jovens casados ou não participam ativamente das atividades e são estimulados a isso com a criação de grupos de dança uniformizados, jogos de futebol e festas culturais.

Atualmente, nos levantamentos de campo, foi possível entender que as críticas relacionadas ao processo escolar formal, ainda ficam muito centradas na educação infantil. Para eles a prefeitura de Paragominas, responsável pelo ensino infantil e fundamental na aldeia, não estabelece um diálogo institucional em relação à alfabetização bilíngue. Para os Tembé esta questão tem uma importância relevante nos processos de fortalecimento identitário e territorial que estão vivendo e apontam que amarrados em questões burocráticas a secretaria municipal de educação não oferece alternativas para adequação a esta prerrogativa de direito conquistada.

Conforme nos relata Keice Ka'aporana, uma importante guerreira entre os Tembé na aldeia Cajueiro e professora, a prefeitura afirma a impossibilidade de contratação de professores que não têm formação universitária, e para ela o ensino da língua e costumes Tembé devem ser passados por especialistas Tembé contratados, muitas vezes pessoas mais velhas e/ou lideranças que têm um enorme arcabouço cultural Tembé, mas não frequentaram universidades. Segundo a professora, eles conseguiram recentemente que fosse permitido duas horas semanais para as aulas na língua, mas na opinião dela isso é insuficiente para alfabetização e o responsável pelo conteúdo, caciques ou um ancião, muitas vezes tem que largar seus afazeres sem ser remunerado por esta tarefa. Outras observações seguem relacionados à ausência de material didático próprio dos Tembé, feito por eles, na língua. Ka'aporana afirma que existem iniciativas na aldeia, inclusive elaboradas pelos professores Tembé com a ajuda dos mais velhos, mas não recebem apoio para melhoria e impressão do material para as escolas.

Hoje os Tembé afirmam que os professores indígenas possuem total liberdade em sala de aula para abordar as cartilhas enviadas pela secretaria da educação ao conteúdo indígena. Segundo a pesquisa de mestrado de Santos (2017), e sua vivência na aldeia Cajueiro junto aos professores indígenas, é possível afirmar que hoje os conhecimentos indígenas e não indígenas, trazidos pelo material pedagógico e formato da escola do branco, começam a se integrar na educação escolar realizada pelos Tembé do Gurupi. Este fato ocorre devido à presença, na atualidade, de professores indígenas na aldeia, espaço que a tempos atrás era dominado por professores vindos da cidade de Paragominas, como descreve a seguir "a percepção de seus espaços, sentidos e vividos estão presentes em seu ensino, aliados aos conhecimentos dos não indígenas, constituindo assim uma educação escolar verdadeiramente indígena, pois atualmente são os professores indígenas que atuam em alguns níveis de ensino como preveem as legislações" (SANTOS, 2017).

A inserção dos jovens nas Universidades, um direito conquistado com os cursos de Licenciatura Intercultural Indígena oferecidos pela Universidade Estadual do Pará (UEPA) em Belém, é colocado pelos Tembé como uma das estratégias para ocupar os cargos públicos dentro da aldeia, nos quais ainda se encontram não indígenas, como no ensino médio. Eles querem formar médicos, dentistas, professores, para que estes possam trabalhar nas aldeias, o que deve ser considerado como parte de estratégias pessoais de ascensão social, mas também de fortalecimento identitário, para que os mais jovens não esqueçam os compromissos que assumem com a defesa da cultura, do território e do modo de vida Tembé.

5.3.1.4 Saúde

A saúde para os Tembé sempre foi um tema central para o fortalecimento das dinâmicas identitárias e territoriais. Quando se estabelece o atendimento público de saúde na Terra Indígena, na década de 90[13], os diálogos sobre saúde diferenciada mobilizaram a união entre os Tembé do Gurupi e do Guamá, o que resultou na intensificação das reuniões e intercâmbios entre os Tembé para garantia jurídica do território. Em 1992 foi realizada a primeira reunião geral entre as aldeias do norte e do sul da Terra Indígena e em 1993, depois de intensos conflitos locais, foi decretada a homologação de seu território.

Nos relatos encontrados no estudo de Pontes (2014) sobre serviço de saúde entre os Tembé, Naldo Tembé da aldeia Cajueiro, filho do cacique Reginaldo, descreve saúde diferenciada como uma prática de saúde em que é possível acionar as origens culturais, quer dizer, uma memória coletiva dos conhecimentos do pajé, das parteiras, mas também a garantia de sobrevivência do grupo. A saúde é, no discurso das lideranças, muito mais do que não estar doente. Significa, sobretudo, a integração entre homem, terra, floresta e cultura.

Para Pontes (2014) os Tembé encontram na saúde um espaço importante para reafirmar suas dinâmicas políticas e identitárias e salvaguardar seus conhecimentos e a garantia do território, que ainda hoje continua invadido em permanente pressão por colonos e posseiros. Neste processo de resistência territorial, o discurso da saúde diferenciada e dos conhecimentos tradicionais passaram a se chocar com as políticas públicas de saúde aplicadas localmente pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins (DSEI-GUATOC).

O ensinamento transmitido pelas festas e rituais é um exemplo disso. A Festa da Moça é uma reafirmação da cultura, onde se reproduz os conhecimentos do ponto de vista da saúde, uma vez que as diferentes etapas da festa dialogam com os cuidados preventivos e protetores

[13] Em 23/09/1999 a Lei nº 9.836 (também conhecida como Lei Arouca) transferiu a responsabilidade da atenção à saúde indígena da FUNAI para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), criando assim o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, no âmbito do Sistema Único e Saúde (SASI/SUS). Posteriormente, em 31/01/2002, o SASI/SUS foi regulamentado pela Portaria Nº 254 que aprovou a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (BRASIL, 2002), que permanece em vigor até hoje. Em atendimento a uma antiga reivindicação das lideranças indígenas, mais recentemente, foi a criada Secretaria Especial de Saúde Indígena, no âmbito do Ministério da Saúde (SESAI/MS) após a publicação do Decreto Nº. 7.336 em 20/10/2010. Atualmente a SESAI é a instituição responsável pela atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil.

com a saúde e com o corpo da mulher, recorrendo-se aos sobrenaturais. Os conhecimentos indígenas produzidos de forma coletiva, cumulativa, são conjuntos complexos que se apoiam na tradição, na observação e na utilização dos processos e recursos biológicos. Nesse sentido, "a natureza é valorizada de forma diversa segundo as condições e situações que com ela interagem através das formas de perceber, representar, usar e interrelacionar-se [...]" (ALONSO, 1996). As intervenções da medicina moderna fragilizam o papel dos mais velhos e da mulher no cuidado com a saúde da aldeia e da família e, sobretudo, interrompem o processo de diálogo de saberes intergeracional. Nos relatos em campo observa-se a preocupação de registro dos saberes Tembé, pois na atualidade poucas mulheres com menos de trinta anos conhecem com profundidade as práticas de saúde indígena. Segundo alguns jovens, as novas gerações estão cada vez mais distantes do saber tradicional e dependentes do médico e das medicações alopáticas.

Segundo informações do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Alto Rio Guamá (ECAM, 2018), os Tembé evidenciam a importância da saúde do branco, em especial quando se relacionam a tempos pretéritos quando foram dizimados pelo contato. Vacinas e trabalhos de conscientização são importantes ações de saúde estimuladas pelos Tembé, pois o contato com a cidade deixa a comunidade muito vulnerável. No entanto entendem que a política de saúde na aldeia deve manter um diálogo integrado com a medicina tradicional.

Nos relatos é possível identificar que uma infinidade de "ervas, plantas e matos" compõe os itinerários de cura dos Tembé, e esses saberes são associados a determinados "velhos". Nos quintais das casas, e na proximidade das aldeias, plantas foram domesticados por gerações para servir de cura. Os animais também ocupam valor terapêutico e podem e devem ser utilizados na administração dos remédios e curas. As plantas são descritas com receita, modo de preparo, partes utilizadas, usos e aplicações aprendidos por estes com seus pais, mães, avós ou outros membros familiares.

Pontes (2014) faz um levantamento das principais ervas e plantas utilizadas pelos Tembé. Em depoimentos coletados na aldeia Cajueiro foi possível identificar algumas plantas que se encontram na floresta, mas principalmente na aldeia e entorno, indício de relevante conhecimento e domesticação dessas espécies, porém quando comparado ao observado pela autora, o número de espécies mencionadas é menor. Isso corrobora com o já exposto, considerando uma maior participação de jovens, pessoas com menos de 30 anos, que sentem dificuldade em apreender os saberes sem apoio institucional para sua transmissão.

5.3.2 Capital Social

Neste item serão descritos os recursos sociais que permitem que os Tembé, em especial da aldeia Cajueiro, busquem seus objetivos de meios de subsistência. Relações de confiança, reciprocidade e intercâmbio, que facilitam a cooperação, unidades componentes das sociedades, redes de parentesco, relações intra e interétnicas, regras e mecanismos de tomada de decisão, incluindo a existência de lideranças e governança social. Estes ativos são a base para a rede de segurança informal que existe entre pessoas na aldeia.

5.3.2.1 Organização social

A unidade básica da estrutura social Tembé é a família extensa, que se constitui na unidade de produção. A Família extensa é formada pelo agrupamento de famílias nucleares, reunidas por laços de parentesco. De forma geral é mais importante que a família biológica, porque além de constituir a base da produção econômica, é mais estável e subsiste ao rompimento das famílias nucleares, o que garante maior segurança ao indivíduo. Cada casa abriga normalmente uma família nuclear, que segundo informações de campo podem variar, mas normalmente se aproximam de cinco indivíduos, sendo que as casas pertencentes à mesma família extensa costumam ficar próximas umas das outras. Em dezembro, quando esta equipe esteve na aldeia, o cacique relatou a existência de aproximadamente 75 famílias. As outras 12 aldeias que utilizam da infraestrutura de educação e saúde da aldeia Cajueiro possuem menos famílias, mas não souberam definir quantas.

Segundo as entrevistas realizadas, hoje não há padrão rígido quanto à matrilocalidade ou patrilocalidade. Em diferentes bibliografias é apontado que em tempos pretéritos a unidade familiar era patriarcal, estabelecida pelo homem, que baseava seu controle sobre um número de filhas, tendo nos genros o acréscimo da força de trabalho da unidade de produção da família extensa. No entanto, esta regra entre os Tembé foi bastante alterada devido às políticas assimilacionistas do Estado e os diferentes processos de depopulação e migração que sofreram. Segundo IPHAN (2015), na região do Gurupi a organização social e política dos Tembé foi marcada pelas frentes de atração e pacificação dos Ka'apor e depois dos Parakanã, com a construção da Transamazônica, políticas implementadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e pela Funai, em um período de quase 60 anos (1911 a 1970). Durante este processo, grande parte da população masculina da região do Gurupi se ausentava das aldeias para integrar a frente de "atração", deixando a governança do grupo a cargo das mulheres.

Desta forma, na região, as mulheres acabaram assumindo postos de liderança política, como por exemplo o caso da Sra. Veronica, da aldeia *Tekohaw* da região do Gurupi, considerada uma das responsáveis pela aproximação dos Tembé dispersos na região. A ação de Verônica é lembrada até hoje, pela forma como ela buscou valorizar a cultura, incentivando o grupo no fortalecimento da língua, dos rituais e outras práticas tradicionais. Práticas presentes até hoje como movimento de resistência Tembé.

De fato, as mulheres hoje ocupam um papel de grande importância política, mas a tradição de caciques homens ainda é presente. Normalmente a liderança feminina ocorre por herança de seu esposo, mas é vista como situação transitória pois a sobrevivência e coesão se apoia na personalidade da líder, mas se a esposa não tiver espírito de liderança a herança não ocorrerá.

Outra regra interna importante, que manteve a união e resistência cultural entre os Tembé, foi a permissão dos casamentos somente entre eles e outros povos indígenas. Esta questão é bastante relatada nas bibliografias sobre o grupo uma vez que com as políticas de contato,

exploração do território tradicional e exploração da mão de obra indígena nas frentes econômicas, muitos regatões, posseiros e colonos, sequestravam ou se casavam com as mulheres Tembé, o que deflagrou um problema no contingente populacional dos Tembé. Desta forma, desde a década de 70 eles evitam casamentos com o branco. Segundo depoimentos dos Tembé em campo, quando uma mulher Tembé casa com um branco ela tem que sair da aldeia, uma estratégia importante para manter a coesão social.

Por outro lado, o casamento com outros povos indígenas se mostrou uma estratégia na construção de novas alianças e fortalecimento do movimento de resistência territorial na região. Na aldeia Cajueiro as famílias relatam que existem casamentos com indivíduos do Povo Ka´apor, três homens casados com mulheres Tembé; dois Munduruku casados com mulheres Tembé; e quatro mulheres Guajajara casadas com homens Tembé. Nesse sentido, convém mencionar o casamento de Graciete Ka´apor com Reginaldo Tembé, atual cacique da aldeia Cajueiro, uma vez que tal casamento possibilitou alianças políticas não só entre as famílias, mas entre ambos os grupos étnicos. Cabe evidenciar que o território dos Ka´apor (TI Alto Turiaçu) faz divisa com a Terra Indígena Alto Rio Guamá na região do Gurupi.

Uma das marcas Tembé, do ponto de vista da organização social e política, é a formação de novos grupos através de cisões internas. Conflitos internos em geral são resolvidos entre os Tembé pelo deslocamento de suas famílias de uma aldeia para outra, chegando até a mudanças de Terra Indígena. Normalmente, a constituição de uma nova aldeia tem origem nesse movimento de cisão. Nas proximidades da aldeia Cajueiro observa-se a formação recente de três aldeias – *Ka´apitepehar,* que tem como liderança a cacique Célia, a aldeia *Ka´akyr* e aldeia *Nazatyw*, aldeias que ainda são constituídas de poucas famílias e reduzida infraestrutura (**Figura *6***). Estas aldeias estão localizadas no acesso principal que leva à aldeia Cajueiro e provavelmente escolheram o local, apesar do difícil acesso ao curso de água, devido à proximidade da infraestrutura que oferece a aldeia Cajueiro.

Figura 6 – Mapa elaborado pelos indígenas mostrando o ordenamento espacial da aldeia Cajueiro (toda a área verde) e as aldeias[14] mais recentes nas proximidades.

Legenda: Círculo azul = aldeia *Nazatyw*; Círculo laranja = *Ka´apitepehar*; Círculo amarelo = aldeia *Ka´akyr*. Traço azul = rio Uraim.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Estas famílias estão sempre sujeitas a cisões, fato recorrente na região do Gurupi e do Guamá. Os motivos que desencadeiam estas cisões ainda não estão suficientemente estudados, mas cabe evidenciar que hoje as cisões também ganham aspectos positivos ao serem importantes estratégias de ocupação do território, sem necessariamente serem motivadas por conflitos. Neste sentido, existe hoje uma intenção entre os Tembé de manter sua organização social e política, na perspectiva de se manterem coesos devido aos anos de expropriação e a incansável luta pela posse integral do território. Para que o grupo permaneça coeso e as cisões sejam menos frequentes, as lideranças têm papel fundamental. Estas práticas refletem hoje na governança local estabelecida nas aldeias, a criação de lideranças com diferentes funções e o fortalecimento de mulheres e jovens na estratégia política.

5.3.2.2 Governança local

A organização política entre os Tembé é articulada através do Cacique, que cuida dos assuntos internos que dizem respeito à aldeia, e lideranças, que se relacionam com os diferentes assuntos de interesse da aldeia, articulam as questões externas à aldeia e levam recursos e benefícios de fora.

[14] O mapa tinha como objetivo detalhar a aldeia Cajueiro e suas estruturas. Assim, todos os símbolos, árvores, casas, roças etc. se referem ao ordenamento espacial desta aldeia. As três aldeias mais recentes, destacadas nos círculos, também tem seu ordenamento espacial próprio, porém foram representadas apenas como uma casa grande. O intuito era somente mostrar onde elas se localizam. Todas as estruturas fora dos círculos fazem parte da aldeia Cajueiro.

Pode-se dizer que esta estratégia se deve a novas formas de manter a aldeia coesa diante dos diferentes assédios externos, pois o cacique já não é, nem pode ser, autônomo como na forma tradicional. Entretanto, embora com diferente autonomia, ocupa uma posição relevante de maior autoridade interna. Segundo depoimentos, todas as aldeias do Gurupi têm um cacique e lideranças que organizam politicamente "um delimitado espaço fluido", o território de cada aldeia, demarcado por marcos históricos, taperas (antigas aldeias), pela vegetação ou pelos rios e igarapés.

O cacique é uma posição de prestígio, muitas vezes consagrada e respeitada por fazer parte das famílias fundadoras da aldeia e/ou pelo seu papel desempenhado na luta pelo território. Na aldeia Cajueiro, o Sr. Reginaldo Tembé é o cacique desde a década de 90, quando foi um dos responsáveis pela fundação da aldeia Cajueiro no local que ela se encontra hoje. Durantes as atividades em campo foi relatado que Naldo Tembé, filho do Sr. Reginaldo, será o novo cacique, no entanto existe uma alternância e/ou posição compartilhada desta função com sua irmã, Ka'aporana, que vem se destacando como liderança feminina, seja porque assume a frente de alguns processos, seja na articulação em prol de projetos levados para aldeia e até mesmo na sua visão crítica e questionadora diante de qualquer assunto.

As lideranças se configuram pelo contato maior com os brancos e organizações externas. Muitas vezes trata-se de uma pessoa articulada que tem certo nível educacional, muitas vezes com formação universitária, o que na visão dos Tembé é importante para entender as estratégias do branco. Existem lideranças por temas específicos e/ou por ser uma figura de prestígio, uma liderança tradicional e/ou ancião.

Para o cacique, todos os outros homens e mulheres da aldeia são considerados guerreiros, posição muito relevante para os Tembé. Apesar desta categoria não fazer parte da estrutura tradicional de governança política entre eles, esta questão está muito ligada aos problemas relacionados às invasões e conflitos no território e às novas necessidades de organização para o enfrentamento.

5.3.2.3 Comissão Tembé

Entre os Tembé da aldeia Cajueiro existe uma comissão, uma instância interna de governança para o que eles chamam de situações que precisam de uma resposta rápida. Esta comissão é formada por oito ou 10 pessoas, podendo variar. Fora o cacique, os outros indivíduos são escolhidos por serem lideranças em relação a funções importantes que desempenham na sua área de atuação dentro da aldeia. Existe um representante da área de educação, um representante da área de saúde, um representante das famílias, dos jovens, das mulheres e alguns guerreiros e guerreiras, a depender do assunto que será tratado. Esta composição é um grande símbolo das novas estratégias de articulação política intra e interétnica entre os Tembé, valorizando lideranças de outras áreas importantes para coesão do grupo, e estimulando e valorizando a participação dos jovens e mulheres em todas as instâncias de diálogo político.

A comissão recebe o assunto (**Figura 7**), identifica se a resposta pode ser dada por ela ou se o tema deve ser levado a uma reunião maior, para ser decidido com as famílias da aldeia, ou até com outras aldeias, quando sugerem data e horário para o encontro na Ramada. Esta Comissão também tem relevância para dialogar sobre problemas internos da aldeia, muitas vezes compartilhando e contribuindo com as decisões do cacique.

Figura 7 - Reunião inicial na escola municipal entre comissão Tembé, equipe técnica e CEIND para explicar o objetivo da visita e do trabalho a ser executado.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

A Ramada ou *Tupuizu Hu* é o parlamento Tembé (**Figura 8**), uma grande casa de reunião, sem paredes, coberta de folhas de palmeiras. Esta construção, bem semelhantes às casas de reuniões de outras sociedades Tupi, é um bom exemplo de resistência cultural e política Tembé. Existem Ramadas em todas as aldeias e pelos relatos a primeira estrutura construída quando se abre uma nova aldeia é a Ramada.

Figura 8 - Vista externa e interna do Parlamento Tembé, a Ramada.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.2.4 Organizações Tembé – aldeia Cajueiro e Região do Gurupi

Os Tembé da aldeia Cajueiro relataram a existência de uma organização interna, a **Associação da Aldeia Cajueiro chamada *Zemikaghaw***. Esta associação possui um CNPJ e permite aos Tembé acessarem recursos, projetos e outros benefícios que não seria possível de outra forma. Exemplo disso é um caminhão que receberam da prefeitura para escoamento da produção de excedente que comercializam na cidade, entre outros projetos financiados por organizações não governamentais. Conforme relatos, a associação trata de diferentes temas que envolvem a vida na aldeia, não existindo um perfil específico de atuação. Quando necessário eles também podem atuar em outras aldeias da região do Gurupi.

Segundo relatado por Ka'aporana, liderança feminina que faz parte da Associação, infelizmente devido a deficiências na estrutura da organização, em especial de capacitação nas diferentes áreas, eles encontram problemas com prestação de contas e na candidatura em novos projetos e editais, em especial devido ao acesso à informação e capacidade de escrita nos formatos solicitados. Esta afirmação das lideranças da aldeia Cajueiro permite compreender que apesar de fazerem parte de iniciativas articuladas por associações de outras aldeias, como a Associação das Mulheres Indígenas do Gurupi (AMIG), eles consideram importante a articulação autônoma de seus próprios projetos na aldeia, mas também atribuem a esta falta de iniciativa uma união articulada das famílias. A Associação é formada por um presidente, um vice, um tesoureiro, uma secretária e três pessoas no conselho fiscal. Estas pessoas são eleitas por votação a cada quatro anos, quando renovam o quadro da associação.

Ka'aporana relatou que apesar da Associação *Zemikaghaw* articular projetos para as

mulheres, algumas mulheres da aldeia Cajueiro são parte da associação na aldeia *Tekohaw* que se chama **AMIG - Associação das Mulheres Indígenas do Gurupi.** Esta associação foi criada na aldeia *Tekohaw*, estimulada pelo processo de liderança feminina que representou a Sra. Veronica.

A presidente é da aldeia *Tekohaw* e grande parte das mulheres são de lá, mas a associação é composta de mulheres de todas as aldeias da região do Gurupi. A AMIG foi criada em 2018 por 98 mulheres e tem como objetivo articular mulheres em prol de pautas que fortalecem a potência das mulheres na participação em diferentes temas, com o objetivo de retomar valores e memórias matriarcais para avançar em pleitos sociais relacionados a Terra Indígena Alto Rio Guamá. O grupo atua em temas importantes em articulação junto aos caciques, como na pandemia de Covid -19, na ação de garantir o envio de cestas básicas, produtos de limpeza e medidas de prevenção contra o novo coronavírus. Outro tema em que são bastante atuantes são aqueles que envolvem a defesa do território, como o Grupo Guardiões da Floresta.

5.3.2.5 Grupo Guardiões da Floresta

O Grupo Guardiões da floresta é composto por vigilantes indígenas em múltiplos territórios indígenas do Pará e Maranhão, identificando e monitorando trilhas abertas por madeireiros ilegais, o estabelecimento de colonos ilegais, ou incursões ilegais de caçadores e coletores que saqueiam a floresta. Os Guardiões reportam estes acontecimentos às autoridades, e mantêm uma presença física e visível em áreas sensíveis.

Ele nasce entre os Tembé inspirado na iniciativa dos índios Ka´apor da TI Alto Turiaçu, mas vem ganhando força não só no território Tembé, mas em todos os territórios da Amazônia que sofrem com incêndios e ações ilegais e criminosas em seus territórios. Uma iniciativa estruturada pela organização **WWF-Brasil** desde 2019 vem fortalecendo estes grupos das Terras Indígenas, fornecendo capacitação e equipamentos para as estratégias de defesa e vigilância. Na aldeia Cajueiro existe um grupo que faz parte dos Guardiões da floresta, homens e mulheres que atuam na defesa do território nesta parte sul. Neste contexto, ações que antes eram de iniciativa indígena passaram a ter apoio na região do Gurupi, articulado pela AMIG, que executa com apoio financeiro da WWF o Projeto “Fortalecimento da Vigilância Ambiental e Territorial Comunitária da Terra Indígena Alto Rio Guamá: apoio ao trabalho dos Guardiões da Floresta Tembé” que visa equipar e instrumentalizar o trabalho de um grupo de 40 indígenas que fazem ações de proteção territorial da TI ARG.

Em 2020 a AMIG solicitou a instituição francesa **CIRAD, Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento**, capacitação para pilotarem drones para o grupo dos Guardiões da Floresta, no intuito de ajudar no monitoramento e vigilância ambiental e territorial da porção central e sul da Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TI ARG). O curso foi ministrado pelo CIRAD, no dia 28 de novembro de 2020, na ocasião da realização da terceira assembleia geral da Associação com os Guardiões da Floresta das aldeias

Cajueiro e *Tekohaw* , totalizando 20 pessoas.

5.3.2.6 Organizações parceiras

Apesar de observar, como descrito acima, em diferentes iniciativas que abarcam as famílias da aldeia Cajueiro, organizações parcerias que atuam no território, quando questionados sobre organizações relevantes de atuação na aldeia, eles apontam não existirem lá.

Com o objetivo de dialogar sobre um processo de consulta que envolve um tema que afeta em especifico a aldeia Cajueiro e as demais que utilizam os serviços de educação neste Polo, esta pergunta deve ser direcionada, uma vez que se corre o risco de envolver instituições que as famílias não consideram relevantes para auxiliá-los neste processo de garantia de direitos.

Cabe evidenciar que como organizações parceiras entendem aquelas que de alguma forma fazem parte do cotidiano da aldeia, atuando em prol de fortalecer as capacidades Tembé nas suas lutas de resistência. Quando apontam que a Associação da aldeia Cajueiro, por deficiências internas, não consegue articular projetos, pode-se contextualizar o entendimento sobre instituições parceiras.

Com o objetivo de melhor compreender este contexto, foi abordada a existência do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), importante mecanismo que vem sendo elaborado pelos povos indígenas para garantir a melhor gestão e governança de seus territórios internamente e em parceria com instituições para viabilizar outras demandas prioritárias. O PGTA foi elaborado entre os Tembé a partir de 2014 e contou com a participação ampla das aldeias do Gurupi e Guamá. Esta iniciativa teve o apoio da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e recursos da Organização apoiadora Rainforest Fund, a partir de oficinas participativas elaborou junto com os Tembé o Diagnóstico Etnoambiental Participativo (DEAP) e o Etnozoneamento da TI ARG. Considerado pelos Tembé da aldeia como importante documento, não apontaram a existência de reuniões com o objetivo de acompanhar as metas projetadas e acompanhar a implementação do plano, o que deveria ser feito semestralmente. A falta de recursos para articulação das aldeias da Terra Indígena é um grande obstáculo apontado por eles.

Nesse documento, o povo Tembé elaborou o planejamento do uso dos recursos naturais e culturais de sua terra e apontou prioridades nos diferentes temas que envolvem seu modo de vida e trazem importantes contribuições sobre as demandas de educação no território. No documento, publicado em 2018, apontam a infraestrutura como uma das prioridades para garantia de direitos na educação, em especial o ensino médio como parte de um processo de acesso ao ensino universitário e fortalecimento dos professores indígenas na aldeia. Como organizações a serem articuladas, consideram que a autonomia Tembé frente às instituições responsáveis são a Seduc e Funai.

Neste contexto de instituições parceiras e relevantes para o povo Tembé, citam que o Ministério Público Estadual (MPPA) tem sido um importante aliado na garantia de direitos.

Para exemplificar esta atuação, os Tembé relatam que muitas empresas em busca de contratos de crédito de carbono têm assediado as aldeias da região do Gurupi, com promessas de rendas milionárias e mentiras relacionadas ao aceite dado por diversos caciques da região. No entanto os Tembé apontam muitas dúvidas e inseguranças em relação ao tema e se sentem sozinhos na busca por melhores informações. Esta situação tem deflagrado uma situação inicial de conflito entre aldeias, pois estas empresas usando da articulação com caciques em separado, e da falta de informação sobre o tema, minam a governança interna das aldeias, pois os caciques não tem informação suficiente para argumentar com a comunidade o porquê da insegurança, haja visto os recursos vultuosos que oferecem, e minam a governança entre aldeias, pois o diálogo em separado com as aldeias não permite a troca de informações entre as lideranças. Segundo informações do cacique Reginaldo, os Tembé já pediram auxílio da Funai, mas ninguém foi à aldeia para auxiliá-los a entender a legalidade destes projetos em Terras Indígenas.

Um assunto recente que contou com a atuação do Ministério Público foi a pandemia de Covid-19. Após o pedido de auxílio da AMIG à Funai, o número de cestas foi insuficiente e o MPPA, em 12 de junho de 2020, entrou com uma ação na Justiça Federal contra a União e a Funai, visando garantir o fornecimento mensal de 4.758 cestas básicas e de 4.758 kits de higiene para atender as comunidades indígenas do Baixo-Tocantins. O pedido foi acatado pela Justiça que estabeleceu o prazo máximo de 10 dias para o início do cumprimento da liminar, sob pena de multa diária de R$ 10 mil.

Os Tembé entendem que a Funai é um importante órgão para defesa de seus direitos, mas nos últimos anos notam mudanças em relação à atuação do governo federal na aldeia. Entendem que com a mudança de governo depois do último pleito eleitoral podem conseguir uma melhor atuação do órgão diante dos diversos pedidos de ajuda. A Terra Indígena Alto Rio Guamá é da jurisdição da Coordenação Regional (CR) do Baixo Tocantins, que fica fisicamente instalada em Marabá. Segundo os Tembé, sua articulação com o órgão se dá através da Coordenação Técnica Local (CTL), vinculada à CR Baixo Tocantins localizada em Belém. Será importante antes de iniciar o Plano de Consulta, o mutuário questionar a Coordenação Regional da Funai em Marabá para alinhar quem será destacado para participação no processo. Cabe evidenciar as normativas do órgão em relação ao correto cumprimento do processo de consulta livre, prévia e informada e sua função como ente federativo, de articular a cessão de direitos em Terras Indígenas.

No mais, os Tembé apontam que mantém um bom diálogo com administração municipal de Paragominas, seja no tema de educação, haja visto que fazem a gestão do ensino municipal e são responsáveis pelas estruturas físicas de educação construídas na aldeia, como nas tratativas sobre acessos e outros temas do território. Apontam que nunca é fácil o atendimento da demanda, mas que são insistentes em relação aos pedidos.

Para os Tembé, neste processo de consulta específico, que envolve a construção ou reforma da infraestrutura na aldeia Cajueiro, entendem que os maiores interessados são as famílias da aldeia Cajueiro e as famílias das aldeias que utilizam o serviço, aldeias Sussuarana,

Mangueira do Uraim, *Ka´aPiteperar, Ka´akyr, Nazatyw*, Igarapé Grande, *Wahutyw*, Três Furos, *Tyré, Koyaka*, Mangueira e *Piahu*, incluídos os sistemas de governança interna de cada aldeia que devem ser mobilizados em todo o processo.

5.3.3 Capital Físico

O capital físico se propõe a analisar a qualidade, cobertura, infraestrutura associada, fragilidades e oportunidades de acesso aos serviços de uma comunidade, sendo eles: (i) Serviços públicos: abastecimento de água, saneamento, sistemas de gestão de resíduos (coleta, tratamento e descarte), fornecimento de energia e meios de comunicação; (ii) Serviços sociais: saúde, educação, habitação e recreação; e (iii) Infraestrutura de Transporte: estradas, transporte público, transporte privado e transporte fluvial. Dessa forma, o capital físico busca contextualizar o suporte estrutural, público e privado, que as famílias da comunidade sob análise possuem para se relacionarem com o ambiente onde estão inseridas. Nesse sentido, é realizada uma breve caracterização da existência ou não de infraestruturas de suporte e acesso aos serviços básicos com base em dados secundários e primários.

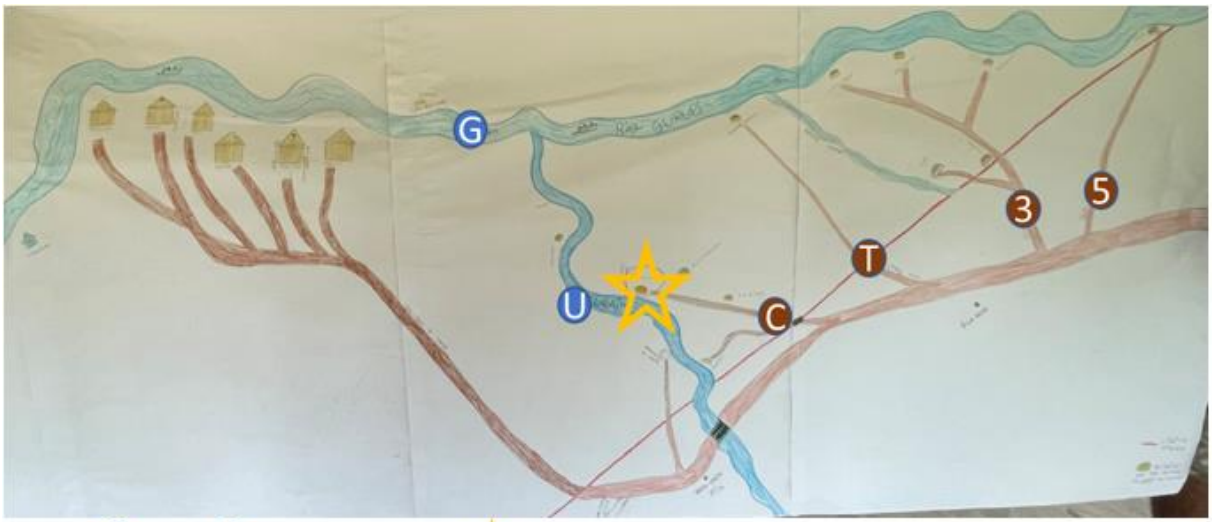
5.3.3.1 Acessos e deslocamentos

As famílias das aldeias da região sul da TI ARG, utilizam o município de Paragominas como base para ter acesso aos mais diversos serviços, tais como: mercados, postos de combustíveis, bancos, acesso à saúde (maior complexidade) entre outras atividades que serão mais bem descritas adiante. Para tanto se utilizam da estrada de acesso não pavimentada conhecida como estrada do Sete, que liga a sede do município de Paragominas até o CAIP - Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), distante cerca de 80km. Após a vila do CAIP, a estrada de terra continua percorrendo o interior das fazendas que circundam a TI ARG e segue até Vila Nova, pequena comunidade que pertencente ao CAIP (**Figura 9**).

Figura 9 - Mapa de localização e acessos da Terra Indígena Alto Rio Guamá.

Ao longo desse trajeto já existem alguns ramais menores (denominados pelos Tembé como "faixas") que dão acesso a algumas aldeias, por exemplo: A faixa 5 dá acesso à aldeia *Piahu*; a faixa 3 dá acesso às aldeias *Tyré, Koyaka*, Mangueira, Três Furos e *Wahutyw;* e a faixa Tauari dá acesso à aldeia Igarapé Grande. Entretanto o maior e mais bem conservado ramal é o que dá acesso à aldeia Cajueiro. Antes de se chegar à aldeia Cajueiro, este mesmo ramal dá acesso ainda às aldeias *Nazatyw, Ka'akyr* e *Ka'apitepehar*. Este ramal finaliza dentro da aldeia Cajueiro e o acesso às demais aldeias da região sul da TI ARG se dá por meio fluvial, através dos rios Uraim e Gurupi (**Figura *10***).

Figura 10 – Mapa elaborado pelos Tembé mostrando os acessos e deslocamentos.



Legenda: = rios; = estradas de terra; = aldeia Cajueiro; G = Gurupi; U = Uraim; C = ramal do Cajueiro; T = ramal do Tauari; 3 = Faixa 3; 5 = Faixa 5.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Segundo relatos do cacique da aldeia Cajueiro, Sr. Reginaldo Tembé, a comunidade possui uma boa relação com a atual administração municipal de Paragominas e usualmente eles solicitam a manutenção dos ramais com maquinários da Secretaria de Obras. Ainda assim, durante o período das chuvas, alguns ramais apresentam locais com atoleiros e pontos de erosão causados pelo intenso volume de água.

O grande fluxo dos deslocamentos dos indígenas para uma cidade, dada a maior proximidade e possibilidade de transporte, se dá ao município de Paragominas. Entretanto, existem alguns ramais menos utilizados que partem de Vila Nova para o norte, fora da TI ARG, que levam ao município de Nova Esperança do Piriá. Cabe lembrar que a TI ARG sofreu diversas invasões, sendo a maior delas impetrada pelo fazendeiro Mejer Kabacznik, que abriu uma estrada de aproximadamente 24 km, cortando a TI ARG de leste a oeste, para ligar sua fazenda ao município de Nova Esperança do Piriá. Com esses invasores e os respectivos conflitos pela terra, o fluxo dos Tembé dentro do seu território foi impedido. . Apesar do

avanço da desintrusão de vários desses invasores, atualmente as regiões do Guamá e do Gurupi ainda seguem separadas pela presença de não indígenas na região central da TI, o que implica no uso dos ramais externos para o acesso entre as regiões norte e sul do território.

Quanto ao transporte entre as aldeias e a cidade de Paragominas, as famílias procuram se organizar e se auxiliam mutuamente. Algumas possuem voadeiras (embarcações de metal e motor de popa) para realizar o transporte fluvial e outras famílias possuem motos. Quando precisam se locomover, geralmente dão alguma contribuição financeira ou compram o combustível. A partir das Vilas dos assentamentos do INCRA, que estão fora da TI ARG, existe um transporte realizado por um ônibus particular. Segundo relato dos indígenas a passagem de ônibus entre Vila Nova e Paragominas custa R$ 37,00. Já entre Vila CAIP e Paragominas custa R$ 30,00. Esses valores se referem a um trecho, ou seja, somente ida ou somente volta. Os ônibus costumam ir para cidade no início da manhã e retornam após o almoço, por volta das 13h, sendo que o trajeto dura aproximadamente três horas entre as vilas e Paragominas.

5.3.3.2 Espacialidade e moradia

As aldeias Tembé variam consideravelmente de tamanho e no geral localizam-se em barrancos elevados na beira do rio. A atual aldeia Cajueiro foi constituída neste local na década de 90, pois segundo o cacique Reginaldo a primeira aldeia não era tão próxima ao rio e tinha muitos barrancos, o que dificultava a locomoção, a abertura de roças etc..

O local onde hoje se localiza a aldeia Cajueiro era um ponto de encontro entre exploradores de madeira, caçadores e criadores de gado antes da homologação da Terra Indígena, que deram este nome à área devido a uma frondosa árvore de cajueiro que oferecia sombra e frutos aqueles que ali paravam para descansar. Quando a família de seu Reginaldo chegou a esse lugar, a aldeia recebeu o nome de aldeia Cajueiro.

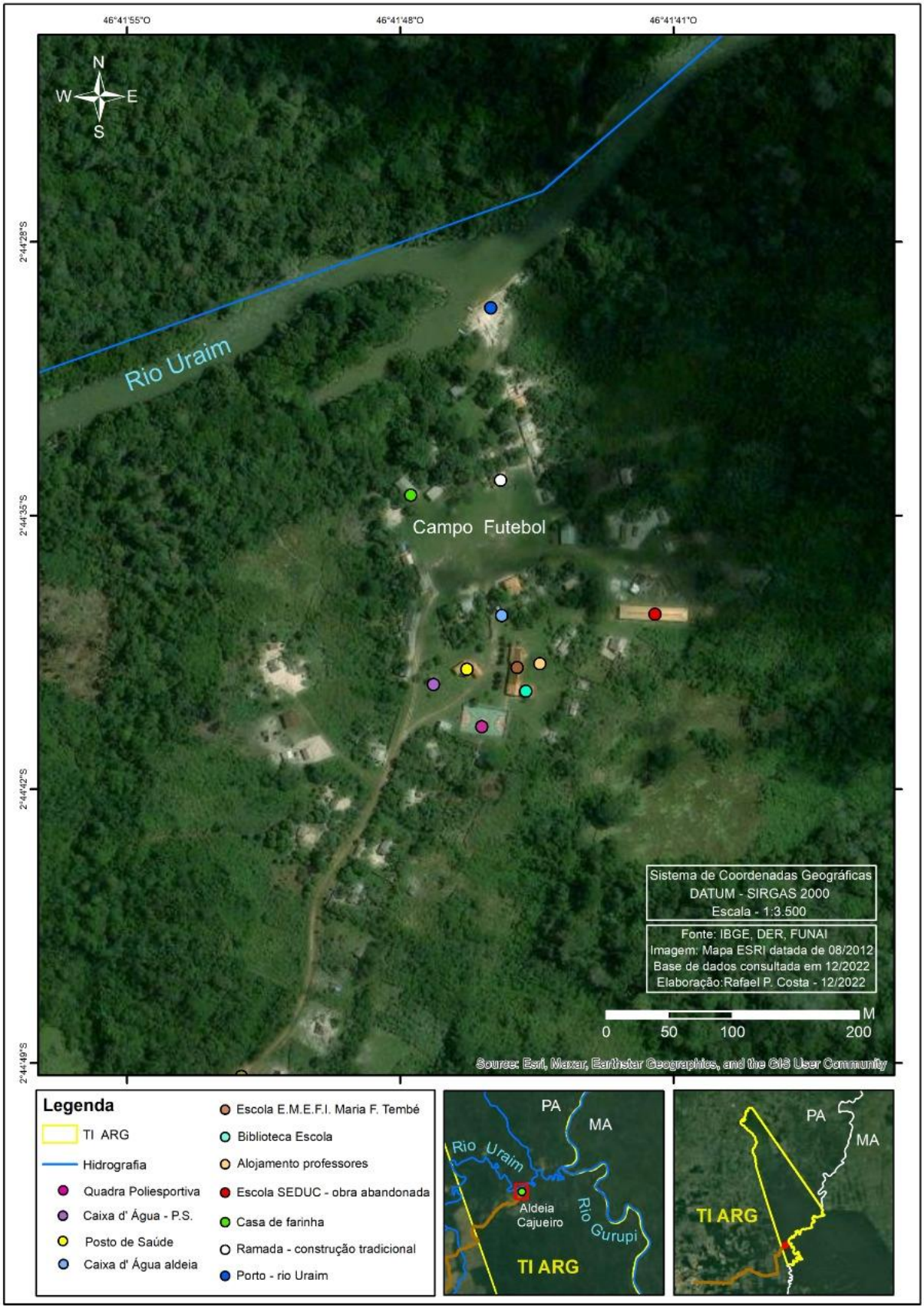
A espacialidade das casas possui aspecto de vila, dispostas em sua maioria com a frente voltada para as principais ruas da aldeia. As residências mais recentes estão dispostas ao longo de novos caminhos/trilhas, pois ainda não são largas como as demais ruas bem definidas da aldeia. O centro da aldeia é o local onde estão o campo de futebol e as edificações públicas de uso comunitário, tais como: escola municipal, posto de saúde, alojamento dos professores, quadra poliesportiva, caixa d'água central e a tradicional Ramada (**Figura *11*** e **Figura *12***). A única casa de moradia que se encontra no centro da aldeia é a casa do cacique, Reginaldo Tembé, o que também demonstra a importância de sua liderança junto aos demais.

Figura 11 - Mapa elaborado pelos Tembé mostrando o ordenamento espacial da aldeia Cajueiro.

Legenda: Traço azul = rio Uraim; Quadrado laranja = Ramada; Quadrado verde = campo de futebol; Quadrado roxo = posto de saúde; Quadrado amarelo = infraestrutura da educação; Quadrado preto = obra abandonada da Seduc

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 12 - Ordenamento espacial da aldeia Cajueiro.



Quanto aos padrões construtivos encontrados na aldeia Cajueiro, existe uma diversidade arquitetônica. As edificações tradicionais do povo Tembé ainda resistem, em especial as mais simbólicas e culturalmente utilizadas, como a Ramada e casas de farinha. O IPHAN (2015) afirma que as construções dos Tembé são tradicionalmente construídas com folhas de palmeiras, troncos de árvores e barro argiloso. As amarrações são feitas com cipós e fibras de envira. Na aldeia Cajueiro pode-se encontrar tanto as *Tapuí* (casas de moradia) como as *Tupuizu Hu* (Ramadas).

A Ramada (**Figura *13***) é uma grande casa de reunião, sem paredes, coberta de folhas da palmeira ubi. Esta construção, bem semelhantes às casas de reuniões de outras sociedades Tupi, é um bom exemplo de resistência Tembé. Já as casas de moradias apresentam atualmente diferentes arquiteturas (**Figura *14***), feitas com palha, telha, barro, madeira e alvenaria. Na tradição Tupi, antes da colonização, estas sociedades se organizavam a partir de grandes casas coletivas feitas de palha.

Figura 13 - Ramada Tembé na aldeia Cajueiro. Nota-se os pilares feito com madeira de broqueira e o telhado coberto com palha de ubi.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 14 - Diferentes padrões construtivos das casas na aldeia Cajueiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

A casa de farinha, de uso coletivo, possuía um padrão construtivo mais tradicional, com cobertura de folhas de palmeiras e sem paredes. Entretanto, na aldeia Cajueiro, com auxílio de um projeto, foi construída uma casa de farinha de alvenaria e mecanizada (Figura *15*), que facilita o trabalho com a massa da mandioca, necessário para a produção de farinha.

Figura 15 - Casa de farinha comunitária na aldeia Cajueiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Ainda que haja padrões distintos, a maioria das casas atualmente é de madeira e as telhas são majoritariamente de barro, dado ao maior conforto térmico que esse material oferece tendo vista as altas temperaturas que predominam na região. As construções de alvenaria passaram a ser mais frequentes após a implantação do Programa Habitacional da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA), denominado "Cheque moradia". Segundo o próprio site do Programa [15], este possui um caráter eminentemente social e foi criado para possibilitar às famílias com renda de até três salários-mínimos construir, ampliar e/ou reformar suas casas, ficando a contratação e pagamento da mão-de-obra sob a responsabilidade do beneficiário.

Entretanto, de acordo com o relato dos indígenas, as especificidades do projeto não foram apresentadas de forma clara, como por exemplo as possibilidades nulas de adequação cultural e as contrapartidas necessárias que deveriam ser geridas pelas famílias, o que resultou em diversos problemas com prestadores de serviço da cidade, circulação de pessoas estranhas na aldeia sem qualquer gestão, ocorrendo casos de assédios, falta de monitoramento do projeto e adequação, e casas não finalizadas, que culminaram em um processo que está em andamento no Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Geralmente as casas possuem divisões internas separando o ambiente de dormir. As cozinhas são sempre abertas e arejadas. Costumam construir uma outra espécie de "cozinha", coberta de palha e separada da casa, onde estocam lenha e onde as mulheres passam parte do tempo em afazeres domésticos (**Figura *16***). Os recursos utilizados para construção das casas e suas divisões internas dizem muito sobre a vida econômica da aldeia e também da divisão que ocorre na mesma. Há famílias com poder aquisitivo mais baixo, vivendo quase que exclusivamente da produção de sua roça e outro grupo com poder aquisitivo um pouco maior, normalmente com algum membro da família assalariado em algum cargo público como os professores, por exemplo.

[15] Fonte: http://www.cohab.pa.gov.br/cheque-moradia

Figura 16 - Casa de alvenaria e telha barro. Em detalhe (seta amarela) a cozinha estendida de palha.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.3 Abastecimento e Saneamento

O sistema de abastecimento de água da aldeia Cajueiro foi construído pela Prefeitura Municipal de Paragominas e consiste em um poço com reservatório elevado para armazenar 10 mil litros de água (sendo duas caixas de cinco mil litros cada). O sistema conta ainda com uma bomba (Figura *17*), que utiliza a energia elétrica da rede de distribuição da aldeia, e um filtro, mas que não funciona e foi desligado da rede após apresentar defeito e interromper o fornecimento de água. Essa água é distribuída de forma encanada para pelo menos metade das residências e para as estruturas públicas de uso comunitário existentes na aldeia, como a escola, alojamento dos professores e posto de saúde. As casas construídas mais recentemente ainda não possuem o abastecimento de água encanada, mas o material necessário já foi adquirido e as novas ligações estão sendo feitas aos poucos. Existe na aldeia uma estrutura de abastecimento mais antiga, financiada pela FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), que consiste em um poço, reservatório para cinco mil litros de água e bomba acoplada movida a motor à diesel. Porém esse sistema raramente é utilizado porque os Tembé não gostam do sabor da água desse poço, entendem que ela tem um gosto “forte” e “ruim”. Assim, só utilizam em casos de emergência, geralmente quando ficam muito tempo sem energia elétrica para ligarem a bomba do outro sistema.

Figura 17 - Sistema de abastecimento de água da aldeia Cajueiro. A esquerda o sistema principal ligado à rede elétrica. A direita o sistema alternativo movido a motor a diesel.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Quanto ao sistema de saneamento da aldeia Cajueiro, as construções públicas de uso comunitário, como Posto de Saúde, escola e alojamento dos professores, contam com fossas sépticas. Entretanto, as casas dos indígenas ainda possuem fossa negra, caracterizadas por uma escavação realizada sem nenhum revestimento, tampouco tratamento adequado, onde os dejetos são despejados e entram em contato direto com o solo.

5.3.3.5 Gestão de resíduos (coleta, tratamento e descarte)

A questão da gestão de resíduos sólidos é um problema crônico e antigo nos municípios do Brasil, em especial nas áreas rurais. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em agosto de 2010 pela lei nº 12.305/2010, trouxe significativo avanço das legislações que versam a respeito (ROVERSI, 2013). Após muitos anos de esforços no sentido de elaborar diretrizes que pudessem gerenciar adequadamente os resíduos sólidos no país, a PNRS veio trazer, de forma moderna e participativa, uma organização para o tratamento dos resíduos sólidos, estimulando a reciclagem e o desenvolvimento sustentável, e dentre as diretrizes mais relevantes pode-se citar: o fechamentos dos lixões até 2014; somente resíduos sólidos não recicláveis podem ir para os aterros sanitários; e a elaboração, por parte dos municípios, do plano de resíduos sólidos municipal.

Entretanto, como em diferentes esferas político administrativas, as legislações são bem redigidas e se encaixam nos anseios da sociedade, cada vez mais conscientes de seus deveres para com o meio ambiente. Porém, elas não são aplicadas a contento e existe pouca ou nenhuma fiscalização e respectivas penalizações para os que não cumprem a PNRS. Especialmente quando são consideradas as áreas rurais dos municípios brasileiros, onde praticamente não existe coleta de lixo e os resíduos possuem as piores destinações

possíveis. Acabando majoritariamente sendo queimados ou despejados na natureza, não raro nos cursos d'água.

Nas aldeias indígenas não é diferente, não existe coleta de lixo pelo poder público e cada família dá a destinação que melhor lhe convém. Segundo os relatos, a maioria das famílias da aldeia Cajueiro queima ou enterra o lixo, em especial as embalagens dos produtos industrializados. Já o lixo orgânico costuma ser destinado aos animais de criação.

5.3.3.4 Saúde

O acesso à saúde básica na região sul da TI ARG se dá através de pequenos Postos de Saúde implantados nas aldeias, sob jurisdição do Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins (DSEI GUATOC)[16] localizado em Belém, sendo que das atuais 20 aldeias existentes na região do Gurupi, apenas três possuem Posto de Saúde, são elas: aldeia Canindé, *Tekohaw* e Cajueiro. Na aldeia Cajueiro, o Posto de Saúde (**Figura *18***) atende os casos de baixa complexidade e ações de prevenção da comunidade e das 12 aldeias do entorno, tais como: curativos, remédios para dor de cabeça, dor de barriga, febres e acompanhamento de doenças crônicas como diabetes e hipertensão arterial.

Figura 18 - Posto de saúde da aldeia Cajueiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

[16] Estruturalmente, o SASI/SUS se organiza na forma 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) espalhados em praticamente todo território nacional. Os DSEI são unidades operacionais cuja definição territorial considera não apenas critérios técnico-operacionais e geográficos, mas procura respeitar também a cultura, as relações políticas e a distribuição populacional ancestral dos povos indígenas, o que na maioria das vezes não coincide com os limites de estados e/ou municípios onde estão localizadas as TI. Por essa razão, os DSEI permanecem sob responsabilidade do governo federal (GARNELO, 2012; ORELLANA, GONÇALVES & BASTA, 2012).

Segundo relatos dos indígenas, atualmente o Posto de Saúde da aldeia conta com uma enfermeira não indígena e dois técnicos de enfermagem indígenas, e estão há mais de um ano sem visita de médico no local. Ainda, possuem dois agentes indígenas de saúde (AIS) e um técnico de saneamento (AISAN). As outras aldeias também possuem um AIS, em articulação com o Polo na aldeia Cajueiro. Estes agentes de saúde indígena, além de executar ações de prevenção de doenças e promoção de saúde com os AIS, atuam como articuladores entre a comunidade e os integrantes não indígenas das equipes de saúde. Hoje os agentes indígenas de saúde e de saneamento são reconhecidos pela Classificação Brasileira de Ocupações, mas não gozam das mesmas prerrogativas profissionais dos agentes comunitários de saúde.

Quando há necessidade de consultas gerais e atendimentos de especialidades médicas, os Tembé são encaminhados aos serviços de saúde pública da cidade de Paragominas e ficam alojados na Casai (Casa de saúde indígena), que serve de apoio aos indígenas e familiares quando estão fora de suas comunidades para realizar atendimentos médicos. Ainda segundo relatos dos indígenas, a saúde em Paragominas também não é satisfatória e não atende a demanda local. Os atendimentos de alta complexidade e internações são encaminhados para Belém.

Embora na Política Nacional de Saúde Indígena[17] esteja previsto que os DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) devam se adequar a uma organização que respeite a cultura indígena, na prática, em sua maioria, correspondem às instâncias administrativas, cuja organização se dá através de dois serviços relacionados: os Polos Base, que funcionam nos municípios próximos às aldeias, dão suporte de transporte, medicamentos e outras condições de infraestrutura para as ações de saúde; e os Postos de Saúde, compostos, na maioria das vezes, por enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde (no caso AIS), que funcionam dentro das aldeias e realizam as ações básicas. Ou seja, de acordo com os Tembé, o acesso à saúde na aldeia se dá conforme a política em prática para a saúde indígena no Brasil. Entretanto, existe uma luta por melhorias e respeito à sua cultura, uma constante busca pela saúde diferenciada.

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH), entre os meses de agosto e outubro de 2016 realizou sua 33ª reunião, e de acordo com seus peritos a saúde da população indígena é extremamente deficitária em relação aos não indígenas[18] tornando essa população uma das mais vulneráveis no mundo. Essa vulnerabilidade é um legado das colonizações que mataram, escravizaram e abusaram dessas populações, colocando-as em uma posição periférica em relação à população urbana e não indígena. Hoje se fazem necessárias ações específicas dos Estados para cada grupo, uma vez que suas demandas são diferentes.

[17] Política Nacional de Saúde Indígena. O Governo Federal, por meio do decreto n.° 6.878/2009, instituiu a autonomia administrativa e financeira do DSEI e, por meio das portarias n.° 3034 e n.° 3.035 de 2008, criou a Secretaria de Saúde Indígena, transferindo a responsabilidade da Saúde Indígena da FUNASA para a SESAI.
[18] Fonte https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/173/82/PDF/G1617382.pdf?OpenElement

A saúde na visão dos diversos povos indígenas não corresponde à visão ortodoxa de saúde e se trata na verdade de um conceito holístico que envolve o bem-estar individual e coletivo determinado por uma percepção que engloba a comunidade, a terra e o meio ambiente. Essa percepção abrange o bem-estar espiritual, emocional e cultural para além do físico. Dessa forma, o direito à saúde está relacionado a diversos outros direitos, mas principalmente com o de autodeterminação. É direito desses povos controlar as decisões sobre sua saúde e bem-estar, conforme discutido no item do capital humano.

5.3.3.5 Educação

Atualmente a Secretaria Municipal de Educação de Paragominas é a responsável pela gestão do Ensino Fundamental I (alunos do 1º ao 5º ano, com turmas multisseriadas) e Fundamental II (alunos do 6º ao 9º ano) na aldeia Cajueiro. A Escola Municipal de Educação Fundamental e Infantil (EMEFI) Maria Francisca Tembé, além de atender os alunos de Cajueiro, também atende alunos de outras 12 aldeias da região do Gurupi.

A infraestrutura da educação na aldeia Cajueiro (**Figura *19***) conta com a escola, construída em alvenaria e já sofreu várias modificações, e atualmente possui duas salas para coordenação, três salas de aula, uma biblioteca conjunta com sala de informática (hoje sem equipamentos), cozinha, refeitório e água encanada oriunda do sistema principal (conforme discutido no item do capital físico), além de uma quadra poliesportiva coberta e o alojamento dos professores.

Figura 19 - Infraestrutura de educação da aldeia Cajueiro.

Legenda: Seta amarela = EMEFI Maria Francisca Tembé; Seta preta = biblioteca; Seta azul = alojamento dos professores; Seta laranja = Quadra poliesportiva.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

No ensino fundamental todos os professores contratados são indígenas com formação em nível superior em virtude da Licenciatura Intercultural Indígena oferecida pela Universidade Estadual do Pará-UEPA, e segundo os professores eles gozam de liberdade para adequar o conteúdo à realidade indígena. Os professores da aldeia entendem que a alfabetização bilíngue não é reconhecida pela gestão municipal de ensino, e apesar da luta para esse reconhecimento, tendo conquistado recentemente duas horas semanais na grade curricular para lecionarem na língua Tembé, a alfabetização segue sendo feita na língua portuguesa.

Na área de educação municipal apesar de um representante Tembé participar do Plano Municipal de Educação – PME 2015-2025, não foram verificadas metas relacionadas à educação escolar indígena, que se mesclam às demandas da área rural, nem metas em relação a maior participação nas instâncias de poder municipal, que são direcionadas somente à gestão das escolas nas aldeias. Os Tembé apontam que existe uma pessoa que faz a articulação entre a secretaria municipal de educação e os Tembé, e apesar do bom relacionamento, esta pessoa não é indígena.

Na Secretaria de Educação do Estado do Pará a Coordenadoria de Educação Escolar Indígena (CEIND) é coordenada por uma indígena, Sra. Vera Arapium, e a participação indígena se dá através de uma comissão formada por representantes indígenas com poder de decisão para

propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas para a oferta da educação escolar no Pará.

A Seduc do Pará, devido à ausência do Ensino Médio Regular na região do Gurupi, está presente com o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), responsável pelo Ensino Médio. O SOME trabalha em parceria com as prefeituras municipais, através de convênios, onde os professores e alunos utilizam o espaço físico das escolas municipais. A Seduc é responsável pela gestão e contratação dos professores, alimentação escolar e outros recursos pedagógicos. Na região do Gurupi o SOME atende nas aldeias *Tekohaw* e Cajueiro, e nesta última além de seus próprios alunos, atende também de outras 12 aldeias.

O SOME funciona com Programas curriculares do ensino médio que são oferecidos em quatro módulos, cada um formado por bloco de disciplinas com duração de 50 dias letivos. Ao final do ano letivo, que corresponde a 200 dias, o aluno conclui uma série, sempre obedecendo às exigências curriculares legais.

Em 2010, devido à demanda expressiva do SOME, foi iniciada a construção de uma escola estadual na aldeia Cajueiro. O projeto era composto de área livre, bloco administrativo, seis salas de aula, recreio coberto e bloco pedagógico. O contrato foi executado com recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e contrapartida do Tesouro do Estado, porém a obra foi paralisada em 2014 e se encontra atualmente abandonada. Uma vistoria técnica foi realizada em 2018 pela Diretoria de Recursos Técnicos e Imobiliários (DRTI) da Secretaria de Estado de Educação do Pará. Na época, o relatório apontava a urgência de continuidade da obra para não haver perda dos serviços até então executados.

Segundo os Tembé, logo após a paralização da obra, alunos e professores chegaram a utilizar a estrutura de salas de aula, mesmo em condições precárias e com a construção inacabada. Hoje em dia a estrutura está em estado crítico devido ao abandono (**Figura *20***), e o entorno do perímetro já se encontra ocupado por casas e caminhos feitos pela comunidade (**Figura *21***). Esse perímetro possui alguns piquetes de concreto demarcando o terreno cedido à Seduc, mas esses nunca foram isolados, o que permite o livre acesso das pessoas nos escombros da obra e aumenta o risco de acidentes.

Figura 20 - Obra da escola estadual abandonada, tomada por vegetação e com rachaduras nas estruturas.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 21 - Proximidade das estruturas abandonadas da obra da escola (círculos brancos) com as casas e caminhos dos indígenas (círculos ou traços amarelos).

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Cabe salientar que por se tratar de uma escola Polo, o fluxo de alunos também de outras aldeias na aldeia Cajueiro é intenso, e embora exista transporte escolar tanto terrestre quanto fluvial (**Figura** *22*), é comum que os alunos de outras aldeias permaneçam a semana inteira na casa de parentes na aldeia Cajueiro ou cheguem até a construir casas pequenas para passar a semana. Isso ocorre em virtude de dois fatores principais: (i) as aulas do SOME são noturnas; e (ii) As distâncias são grandes entre aldeias. Em outras palavras, os alunos não podem retornar às suas aldeias, porque as aulas do SOME acabam tarde da noite, e o transporte terrestre, mas principalmente o fluvial, é perigoso.

Figura 22 - Embarcação do transporte escolar no porto do rio Uraim na aldeia Cajueiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Por fim, para acesso à educação de nível superior, os indígenas precisam se deslocar para outros municípios, mas em sua maioria frequentam os cursos de Licenciatura Intercultural Indígena oferecidos pela UEPA em Belém. Segundo relato dos indígenas já formados, a inclusão dos jovens estudantes nas universidades tem sido levada por eles como uma das estratégias para ocupar os cargos dentro da aldeia, em especial na área de educação e saúde.

5.3.3.6 Energia

A aldeia Cajueiro é uma das poucas da região do Gurupi atendidas pela rede de energia elétrica pública (**Figura** *23*), fornecida atualmente pela distribuidora Equatorial Energia. Porém a rede é muito instável e sofre diversas quedas, especialmente nos períodos chuvosos, algo relatado pelos indígenas e observado por esta equipe técnica quando estava

em campo. Dada a distância da cidade de Paragominas, a Equatorial Energia desde o período da instalação da rede de distribuição não vai até à aldeia e não atende à demanda quando solicitada. Com o crescimento da aldeia, novas casas são construídas e as novas ligações são realizadas pelos próprios indígenas nos postes instalados ao longo do ramal de acesso e dentro do perímetro da aldeia Cajueiro, e aumenta significativamente o risco de acidentes, além de trazer maior instabilidade para a rede.

Figura 23 - Rede de distribuição de energia elétrica da aldeia Cajueiro. à esquerda detalhe do poste ao longo do ramal do Cajueiro, e à direita detalhe da rede no centro da aldeia.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.3.7 Comunicação

Uma vez que não existe sinal de telefonia móvel na aldeia Cajueiro, a principal forma de comunicação utilizada atualmente na aldeia pelos indígenas é a internet via satélite e consecutivamente por aplicativos de mensagens gratuitos. A escola dispõe de um sistema que é utilizado pelos professores, funcionários e sala de informática, mas atualmente a biblioteca não possui equipamentos de informática em funcionamento. Algumas poucas famílias indígenas, com maior poder aquisitivo, possuem uma rede própria de internet via satélite em suas residências, e o “empréstimo” de sinal do wi-fi é usual entre os Tembé. No entanto o sinal é bastante precário e instável na aldeia, impedindo qualquer outro uso que não seja mensagem de aplicativo.

5.3.4 Capital Natural

O capital natural se refere à disponibilidade de recursos naturais na territorialidade (ou áreas disponíveis para uso) de uma comunidade. Diz respeito também à qualidade desses recursos, ao acesso a eles, efeitos de possível impactos negativos sobre eles etc. Em outras palavras, o capital natural é um estoque de recursos naturais a partir do qual os fluxos de recursos úteis para os meios de subsistência se derivam.

Nesse sentido, é realizada uma breve caracterização da utilização desses recursos considerando principalmente seus meios de subsistência e atividades produtivas, com base em dados secundários e primários. Cabe ainda ressaltar que o foco deste estudo, tendo em vista seu objetivo e o tipo de obra prevista no Programa a ser financiado pelo BID, foi entender a utilização dos chamados "bens de consumo" ou produtos que podem ser extraídos dos ecossistemas conforme (HASSAN *et al.*, 2005), sem com isso anular outros fatores importantes que porventura não tenham sido mencionados por eles.

Nesse contexto é possível afirmar que dentre os bens de consumo mais importantes para os indígenas da aldeia Cajueiro estão: o fornecimento de água, o extrativismo (madeireiro e não madeireiro), as roças, a pesca e a caça.

5.3.4.1 Fornecimento de água

A aldeia Cajueiro está situada inteiramente no bioma Amazônico e na Região Hidrográfica Costa Atlântica Nordeste (SEMA, 2012), mais especificamente na Sub-região (SBRH) ou Unidade Hidrográfica de Planejamento (UPLAN) Gurupi, conforme Resolução 04/2008 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará, sendo quatro os principais cursos hídricos da aldeia, quais sejam: os igarapés Cajueiro e *Pihun* que deságuam no rio Uraim e este no Gurupi. Apesar de o rio Gurupi não estar situado na aldeia, ele também é uma importante referência por ser um local frequentemente acessado pelos Tembé da Cajueiro e por ser sua margem esquerda o limite leste do território, fazendo divisa na margem direita com o território do povo Kaa'por (TI Alto Turiaçu).

Esse sistema é abastecido e mantido, seguindo a classificação de IBGE (2002), por um clima equatorial quente e úmido, com apenas três meses secos e precipitação anual próxima de 2400 mm, cujas temperaturas médias no ano são superiores a 18°C, se mantendo com frequência em torno dos 27°C.

Os levantamentos de dados primários realizados em campo permitiram identificar a existência de dois tipos de fontes de águas naturais disponíveis aos indígenas: água subterrânea proveniente de poço e águas superficiais da TI ARG, mas em especial os cursos hídricos já mencionados (Cajueiro, *Pihun*, Uraim e Gurupi).

O sistema de abastecimento através de água subterrânea foi construído para fornecer água principalmente para a escola municipal, sendo que parte das residências também são abastecidas por ele, como discutido mais a fundo no item relativo ao capital físico. Cumpre salientar que essa fonte é a preferencial para consumo humano. Porém, a bomba do poço funciona ligada à rede de distribuição elétrica, a qual apresenta quedas de energia constantes em função de sua instabilidade e falta de manutenção (como também discutido no item de capital físico – abastecimento e saneamento), o que resulta em um abastecimento de água ineficiente e escasso.

Assim, neste item o foco se mantém, portanto, no fornecimento da água superficial que passa a ser utilizado quando falha o sistema de abastecimento com água do poço e, nesse contexto,

destacam-se cinco usos principais da água disponível e utilizada *in natura* na aldeia: beber, banho, lavar roupa, preparar alimentos e beneficiar a mandioca. O uso *in natura* é ressaltado em função da vulnerabilidade dos Tembé tendo em vista possíveis poluentes/contaminantes, sobretudo durante a fase de instalação das obras da construção da escola, o que também será mais bem discutido no capítulo referente às vulnerabilidades. A maioria dos relatos se refere a uma aparente separação dos usos em cada curso hídrico, conforme demonstrado na **Tabela *1***.

Tabela 1 - Principais usos relacionados ao fornecimento de água.

Usos	Local Principal*
Beber	Igarapé Cajueiro e Igarapé *Pihun*
Banho	Rio Uraim
Lavar a roupa	Rio Uraim
Preparo de alimentos	Igarapé Cajueiro, Igarapé *Pihun* e Rio Uraim
Lavar a mandioca, fazer a massa da mandioca e derivados	Rio Uraim

* Os locais principais se referem ao uso mais frequente, mas não exclusivo.

Na ausência da fonte de água subterrânea, nota-se um uso mais acentuado do rio Uraim e dos igarapés Cajueiro e *Pihun*, por estarem situado dentro da aldeia, onde se caracteriza também um uso mais doméstico (**Figura *24***). O rio Gurupi está mais distante e representa usos mais específicos discutidos mais adiante. Nota-se também uma preferência pelo uso de igarapés principalmente para beber em caso de ausência da água subterrânea, mas também para preparar alimentos, em função do volume e correnteza da água serem menores, além da ausência ou menor uso do curso para navegação, o que a deixa mais límpida. Contrário disso é a preferência do rio Uraim para banho, lavar roupa e beneficiar os subprodutos da mandioca (farinha, tucupi, tapioca etc.). Essas atividades são em geral realizadas no porto do Uraim, onde o acesso à água é mais facilitado em razão da topografia local e pela presença do ramal (**Figura *24*** e **Figura *25***). Além disso, esse é o curso hídrico mais próximo da casa de farinha, o que facilita o transporte da água até o local para beneficiar a mandioca.

Figura 24 – Mapa da aldeia Cajueiro elaborado pelos Tembé com representação dos principais cursos hídricos para fornecimento de água superficial de uso doméstico.

Legenda: Seta azul = igarapé Cajueiro; Seta amarela = Igarapé Pihun; Seta laranja = porto no rio Uraim.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 25 - Porto do rio Uraim na aldeia Cajueiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Porém, em uma escuta mais atenta nota-se que esses são os usos mais frequentes, cotidianos por definição. O rio Gurupi é mais acessado pelos moradores da aldeia Cajueiro para outras atividades, por exemplo para a pesca e durante as caçadas, sendo portanto uma

importante fonte de fornecimento de água para consumo e banho nessas ocasiões. Nessa categoria de uso menos rotineiro tem-se outros cursos hídricos, como o igarapé Grande e o rio Coaraci Paraná, que apesar de mais distantes também são utilizados.

Diante disso, fica claro que além dos usos domésticos (beber, banho, lavar roupa, preparar alimentos e beneficiar a mandioca), todos os corpos hídricos também são utilizados de maneira transversal com outros temas importantes, como a navegação, a pesca, a caça, o extrativismo, o lazer e os espaços de socialização, bem como locais de aprendizado e transmissão dos conhecimentos tradicionais às crianças e jovens, conforme exposto na descrição do capital social, e ainda que os usos domésticos ocorram de forma mais intensa nas proximidades da aldeia, tem-se também como de alta importância para o fornecimento de água as áreas localizadas mais distantes, pois compõem o território Tembé e possibilitam a reprodução de seu modo de vida.

5.3.4.2 Extrativismo

Com base na classificação de cobertura vegetal do IBGE (2008), a aldeia Cajueiro está situada na região fitoecológica de Floresta Ombrófila Densa (ou Floresta Pluvial Tropical), que se caracteriza notadamente por ausência de período biologicamente seco durante o ano e é predominante em locais com alta pluviosidade e clima quente, como ocorre na maior parte do estado do Pará por exemplo, sendo as diferenças em sua estrutura e composição observadas mais em função das variações de solo e relevo/altitude presentes em cada localidade. A aldeia possui unidade de relevo conhecida como Tabuleiros Costeiros (IBGE, 2006), predominantemente plano e onde a vegetação se apresenta em três formações distintas, sendo a predominante a Floresta das Terras Baixas, seguida da Floresta Aluvial e por fim a Vegetação Secundária.

A Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas ocupa a faixa costeira e os vales de sedimentação terciária, fora das áreas úmidas (várzeas e igapós), e são conhecidas popularmente como áreas de terra firme, em terrenos que não ultrapassam 100 m de altitude e com árvores de grande porte e emergentes. Já a Floresta Ombrófila Densa Aluvial ocorre ao longo dos cursos hídricos, em planícies inundadas de modo permanente ou temporário. No caso da aldeia Cajueiro não foi verificada em campo e nem relatada pelos indígenas a presença de áreas permanentemente inundadas, apenas temporárias (Figura *26*).

Figura 26 - Mata aluvial no rio Gurupi.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Por fim, a Vegetação Secundária se refere às áreas resultantes da interferência antrópica, cujas modificações podem ser parciais ou totais. No caso da aldeia Cajueiro, as modificações são parciais em áreas muito restritas, notadamente aquelas designadas para abertura de roças e antigas pastagens, sendo que estas últimas atualmente estão em recuperação e não são mais utilizadas para esta finalidade. Ao contrário disso, na região central da TI ARG, ainda existem áreas totalmente degradadas ou modificadas nas fazendas ativas de proprietários não desintrusados. Da mesma forma, o entorno da TI ARG, incluindo o entorno da aldeia Cajueiro, é totalmente modificado pela presença de assentamentos, fazendas de pecuária e monoculturas extensivas (o que será tratado de maneira mais aprofundada no capítulo referente às vulnerabilidades) (Figura *27*). Isso resulta em uma espécie de confinamento, ou uso limitado dos recursos, dos indígenas da região do Gurupi ao trecho sul da TI ARG. Além disso, os Tembé da Cajueiro relatam reiteradamente que os Tembé do Guamá vão ao Gurupi muito mais do que o contrário, pois no Guamá os recursos são ainda mais escassos em função da maior proximidade com centros urbanos e maior cercamento por áreas degradadas.

Figura 27 - Vegetação secundária. Á esquerda área de agricultura no entorno da TI ARG, próxima ao CAIP. À direita o pasto em recuperação na aldeia Cajueiro e detalhe da mata de terra firme ao fundo.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Nesse contexto, é possível inferir que os Tembé do Gurupi, atualmente, vivem em uma espécie de ilha que ainda resguarda elementos que permitem sua reprodução física e cultura. A atividade do extrativismo, madeireiro e não madeireiro, se refere às espécies vegetais silvestres, presentes e disponíveis nas matas da aldeia e utilizadas pelos indígenas de diferentes formas, sendo que os principais usos identificados nos relatos em campo foram matéria prima para construção, lenha, artesanato, alimentação e medicina tradicional.

Com relação às construções, parte das residências é de alvenaria de projetos discutidos no item de capital físico. Mas parte importante das residências da aldeia é construída com madeira e palha oriundas das matas da região do Gurupi, em especial as matas de Terras Baixas (ou terras firmes), e em menor quantidade as matas aluviais (matas de igapó). Não se verificou uma demanda por nenhum tipo de madeira específica para lenha, sendo que as mais citadas para uso em construções foram broqueira, tiriba, pintadinho e macuco. Dentre as palhas mais citadas para uso em cobertura das construções estão o babaçu, o inajá e, principalmente, o ubi por ter a fibra mais larga e ser mais resistente, demandando uma menor manutenção do telhado. Embora parte significativa dos indígenas prefiram as construções de alvenaria e cozinhar com botijões de gás, apenas quem tem empregos formais pode custear, motivo pelo qual o uso da matéria prima extraída nas matas é mais frequente.

Figura 28 - Ramada Tembé. Detalhe da construção com madeira de broqueira e palha de ubi.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Quanto ao artesanato, além das palhas já citadas das construções, também utilizam as palhas do açaí para tecer pêras (cestos) e fazer saias, bem como usam cabaças para fazer cuias e maracás e usam o urucum, o jenipapo e o macuco para tingimento do artesanato e pintura corporal. Vários relatos confluíram para a quase ausência de compra de produtos da cidade para esta atividade, sendo que quando isso ocorre o mais buscado é o fio Bahia, barbante utilizado para amarrações. Por fim, também relataram que apreciam as miçangas, adquiridas principalmente na base da troca quando da visita de parentes de outras etnias na aldeia Cajueiro.

Outro importante uso dos produtos do extrativismo é a alimentação, que se dá tanto das espécies nativas quanto aquelas comumente introduzidas no Brasil. A mais citada certamente foi o açaí, que faz parte da alimentação diária das famílias e seus frutos são extraídos de árvores nativas espalhadas pelas matas aluviais, sendo que o açaizal mais importante para eles em função da oferta e proximidade se encontra nas margens do igarapé *Pihun*. Em seguida tem-se outras espécies que compõem com frequência a dieta das famílias,

como bacaba, bacuri, cacau, ingá, manga, caju, abacaxi, côco, banana etc.[19], que se encontram tanto espalhadas pelas matas como nos quintais das residências e ao longo dos caminhos da aldeia Cajueiro (**Figura** *29* e **Figura** *30*).

Figura 29 - Frutas no quintal das residências na aldeia Cajueiro.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 30 - Cacau do mato em mata de terra firme próxima ao rio Uraim (à esquerda) e açaí na mata aluvial do rio Gurupi (à direita).

Foto: os autores, dezembro de 2022.

[19] Em diálogos na aldeia notou-se que os Tembé consideram a coleta de frutos plantadas também como extrativismo, já que não necessariamente estão nas roças, mas no quintal.

Ainda, tem-se a medicina tradicional como parte importante do extrativismo vegetal e que se baseia no uso milenar de espécies capazes de amenizar sintomas ou curar doenças. Nessa categoria as espécies vegetais mais mencionadas foram o leite do Amapá para curar Covid-19 e doenças respiratórias em geral, incluindo gripe. Tem-se também o uso da casca de barbatimão, da raiz do cipó unha de gato e cipó Verônica, e folhas de arruda, boldo, para curar inflamações, diarreias, vômitos, dores em geral (abdominais, articulares, de cabeça etc.) e feridas em geral.

Embora os relatos mencionem em geral o uso de poucas espécies com frequência, é provável que se refiram ao uso mais comum e frequente e que o número de espécies utilizadas seja muito maior que o mencionado. Outro fator preponderante na citação de mais espécies é o tempo destinado para atividades em campo, ou seja, quanto mais tempo, mais espécies mencionadas, o que resultaria possivelmente na citação de outras variedades tais quais as observadas por Dias (2010), ECAM (2018) e Pontes *et al* (2021), como cumaru, pente de macaco, matamatá branco, pracaxi vermelho, ucuúba branca, paxiúba, breu e tauari, por exemplo, como de uso frequente e visadas pelo extrativismo para os mais diversos fins.

Cabe salientar que o extrativismo é praticado ao longo de todo o ano, com exceção das frutas, que dependem da época de frutificação de cada espécie. De todo modo, a época de preferência é o verão, pois além de a maioria das espécies estarem frutificando, a diminuição ou ausência de chuvas facilita o deslocamento e escoamento dos produtos pelas matas.

Por fim, importa destacar que os Tembé consideram as matas um ambiente muito agressivo e perigoso, conforme discutido no item capital humano, razão pela qual o extrativismo é em geral praticado pelos homens. Mas apesar disso, são as mulheres as maiores detentoras dos saberes tradicionais de como manipular esses produtos, especialmente para alimentação, medicina tradicional e artesanato, de modo que existe uma complementaridade dos gêneros na reprodução de seus modos de vida.

5.3.4.3 Roças

Os povos indígenas, por gerações, têm contribuído para ampliar a diversidade de espécies semi ou domesticadas, constituindo um rico acervo agrobiodiverso que é considerado patrimônio biológico e cultural (POLIFÔNICAS, 2021). Nesse contexto, conforme exposto no item do capital social, os Tembé se organizam socialmente em famílias nucleares, compostas de pai, mãe e filhos. Porém esses núcleos fazem parte de uma família extensa, composta por outros núcleos, que compartilham diferentes graus de parentesco.

As roças, na maioria dos casos, pertencem à família extensa e se localizam esparsadas às margens do ramal principal da aldeia Cajueiro, em local próximo mas não lindeiro às residências (**Figura** *31*). Apresentam dimensões variadas e respeitam quase sempre as capoeiras já abertas por dois motivos principais, que são: (i) necessidade e importância de conservação das matas nativas, tendo em vista as pressões já estabelecidas no entorno da aldeia e na parte central da TI ARG, que transformam a região do Gurupi em uma espécie de

ilha ecológica; e (ii) se os Tembé da região começarem a abrir novas áreas para roças, além de diminuir os recursos disponíveis, terão que se deslocar para cada vez mais longe para executar atividades extrativistas, e quando se considera o extrativismo madeireiro ficará mais difícil transportar o material por distâncias tão longas nas matas. Assim, há uma espécie de ordenamento social das roças, determinado por uma hereditariedade entre essas áreas e também rotação de trechos dentro das áreas disponíveis na capoeira.

Figura 31 - Mapa da aldeia Cajueiro elaborado pelos Tembé.

Legenda: Círculos amarelos = disposição espacial das roças indígenas; Quadrado preto = local da obra abandonada da Seduc.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Toda a família extensa trabalha na roça, de crianças a homens e mulheres, em uma dinâmica que se estabelece em função do regime sazonal das chuvas na região e dura o ano inteiro. De modo geral, segundo relatos obtidos em campo, o calendário da agricultura Tembé se inicia em setembro, período que está mais seco na aldeia e permite a abertura e limpeza da capoeira. A técnica utilizada é comumente praticada no Brasil e conhecida como coivara, onde há a derrubada das espécies arbóreas e arbustivas maiores já presentes na capoeira e em seguida o uso controlado do fogo para limpeza da área. Todo esse processo é manual, não possuem maquinário de apoio como tratores e arados, e quando a área está limpa os indígenas ficam à espera da chuva do manguá, uma espécie de sapo que canta avisando que as primeiras chuvas de novembro vão chegar e é chegado o momento do plantio. O plantio é feito com sementes e manivas guardadas da produção do ano anterior e após o plantio fazem uma ou duas capinas para limpeza das ervas daninhas. A colheita varia de seis meses a um ano, a depender do tempo de maturação de cada variedade cultivada.

A maioria das famílias extensas plantam a roça uma vez por ano seguindo a dinâmica descrita, e seus membros se alternam para idas semanais, geralmente, às suas roças para checar suas produções e espantar possíveis predadores. Apesar disso, alguns relatos individuais convergiram para o mesmo fato, as roças "ligeiras". As roças "ligeiras" são um tipo de roça emergencial, plantada fora de época em função da perda da produção. As produções são perdidas por dois fatores: (i) ataques de animais, principalmente o caititu, que segundo os indígenas sempre aconteceram mas se intensificou mais recentemente na medida em que mais áreas são desmatadas fora da TI ARG e esses animais ficam cada vez mais restritos à região do Gurupi; e (ii) eventos climáticos extremos, principalmente mudança no ciclo e volume de chuvas, o que tem acontecido mais recentemente e resulta tanto na impossibilidade de realizar a coivara, pois todo o terreno fica encharcado, como no apodrecimento do que já foi plantado. Assim, as roças "ligeiras" são sempre menores que a normal e cultivadas com variedades de crescimento mais rápido assim que o primeiro sol de maio aparece.

Dentre as espécies mais citadas na roça tem-se o milho, a batata, a melancia, a abóbora, a banana e o arroz, plantados em algumas roças, mas a mandioca e/ou suas variedades (macaxeira e mandiocaba) são cultivadas por todas as famílias Tembé da aldeia Cajueiro. Especial destaque deve ser dado à mandiocaba, e em segundo plano ao arroz (porque pode ser substituído pela tapioca), visto seu alto valor cultural uma vez que são plantados por famílias que possuem crianças do gênero feminino em idade próxima à menarca. Esses dois produtos são a base do mingau, elemento chave no ritual da menina moça descrito no item de capital humano.

Via de regra a agricultura Tembé é praticada para consumo e subsistência das famílias, sendo que apenas algumas vendem o excedente para estabelecimentos comerciais de Paragominas. Para escoar esse excedente as famílias rateiam os custos de manutenção e operação de um caminhão doado à aldeia pela prefeitura do município, incluindo uma ajuda de custo para o motorista (Figura *32*).

Figura 32 - Caminhão doado pela prefeitura de Paragominas que realiza o transporte da produção para venda.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Essa produção excedente diz respeito sobretudo à farinha de mandioca, atualmente produzida na casa de farinha mecanizada e localizada próxima ao porto do rio Uraim (Figura *33* e Figura *34*). Essa casa de farinha é comunitária, tendo sido relatado que apenas uma família tinha uma casa de farinha privativa. Dentre outros subprodutos da mandioca beneficiados estão o tucupi e a tapioca, consumidos com certa frequência mas não comercializados. A bibliografia aponta a participação de crianças, homens e mulheres no beneficiamento da mandioca, como em Santos (2017), porém os relatos obtidos em campo apontam para a participação majoritária dos homens nesse processo atualmente em função do uso de equipamentos mais pesados com a mecanização da produção. Apesar disso, são as mulheres que resguardam os saberes e a responsabilidade de como preparar os alimentos, tanto para consumo cotidiano quanto ritual.

Figura 33 - Localização da casa de farinha mecanizada e comunitária da aldeia Cajueiro (seta amarela) e local da obra abandonada da Seduc (quadrado preto).

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Figura 34 - Equipamentos para beneficiamento dos subprodutos da mandioca na casa de farinha comunitária.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

A mandioca, em particular, é o mais significativo exemplo da domesticação milenar de vegetais pelos povos indígenas e revela os múltiplos e variados aspectos que envolvem o seu cultivo, a transformação em alimento e diversos usos culinários, o que lhe confere considerável importância histórica, econômica e social, pois, da produção ao consumo final, um conjunto de práticas, relações sociais, cosmologias e representações simbólicas expressam significados cujos conteúdos revelam elevado valor cultural (POLIFÔNICAS, 2021).

5.3.4.4 Pesca

A pesca figura entre as atividades humanas mais importantes e representativas da Amazônia (SANTOS e SANTOS, 2005) e nesse contexto cabe evidenciar que a riqueza da ictiofauna brasileira ainda é incerta, mas estima-se que toda a Amazônia tenha entre 2.200 (OBERDOFF *et al.*, 2019) a 3.500 (MITTERMEIER *et al.*, 2003) espécies de peixes. Rêgo (1999) coloca que as práticas produtivas e os hábitos das comunidades amazônicas, e nisso incluem-se os povos indígenas, possuem grande relação com a natureza e seus ciclos naturais. Especialmente a pesca, que em ambientes amazônicos é diretamente influenciada pelo ciclo hidrológico regional (JUNK e WELCOMME, 1989; BATISTA *et al.*, 2004).

A dinâmica da atividade pesqueira neste local apresenta diferenças não apenas em função das características ambientais de cada local, mas também em função dos petrechos de captura utilizados e da sazonalidade. Esses saberes são reproduzidos dos mais velhos aos mais novos, mas também por observação e experimentação, que se desenvolvem por anos

até que consigam viver e sobreviver dos recursos que a natureza fornece. O domínio desse conhecimento é o que permite saber onde encontrar as espécies de peixes apreciadas para consumo, por exemplo, e somente a partir desses conhecimentos é que se pode saber a melhor estratégia de captura. Nesse sentido importa salientar que a pesca no território Tembé é praticada por todos, desde as crianças até os mais velhos, por homens e mulheres, e que os Tembé se consideram mais pescadores do que caçadores. Também cabe às mulheres o preparo dos peixes, que geralmente é feito assado na lenha nos fornos construídos fora das casas (*Figura 35*).

Figura 35 - Detalhe de forno externo aceso e o peixe sendo assado.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Além disso, a pesca é praticada durante todo o ano, variando os locais e os petrechos utilizados de acordo com o verão ou inverno. No verão, período em que a incidência de chuvas é diminuída, as matas aluviais (várzeas) não estão inundadas e os igarapés menores estão quase secos, a pesca se estabelece principalmente nos rios Uraim e Gurupi, e é praticada principalmente com caniço e linha de mão. Já no inverno, quando a chuva enche os cursos hídricos e as matas aluviais, a esses dois rios acrescentam-se outros igarapés da TI ARG, mas principalmente os igarapés Cajueiro e *Pihun*, por estarem dentro da aldeia e não demandarem embarcação para deslocamento. Ainda, também adicionam mais uma técnica à pescaria no inverno, o espinhel.

O caniço é uma vara de madeira que segura um anzol na ponta; a linha de mão é semelhante, mas dispensando o uso da madeira; e o espinhel é uma linha cumprida principal com linhas secundárias esparsadas onde em cada ponta tem um anzol. O uso de anzol em todas as técnicas demanda a necessidade de iscas, que segundo relatos são os insetos capturados

geralmente nas roças, preferencialmente gafanhotos, ou alguns peixes menores não apreciados para consumo. O uso de malhadeiras e tarrafas não existe em função de dois fatores, (i) o caráter não seletivo dos equipamentos, que capturam peixes pequenos e contribuem para a degradação dos rios; e (ii) o alto preço dos equipamentos com malhas maiores.

As famílias pescam, no mínimo, uma vez por semana, mas os relatos apontam que a prática ocorre em média de três a quatro vezes por semana. Dentre as espécies apreciadas para consumo mais citadas estão o tucunaré, o piau, o surubim, a paboca (pacu), a piranha, a traíra, o mandi, o acará e o jacundá coroa. Atualmente também consomem bastante o tambaqui, mas essa espécie é invasora e surgiu na aldeia após o rompimento de um tanque de piscicultura em Paragominas de acordo com os Tembé. Relataram que no início, quando as primeiras pessoas começaram a pescar aquele peixe desconhecido, ficaram assustadas e não comiam o tambaqui. Mas na medida que o tempo foi passando eles se acostumaram e hoje seu consumo é comum. Diferente disso tem-se o pirarucu, oriundo do mesmo problema mas até hoje não é consumido porque os Tembé não acham sua carne saborosa.

A atividade da pesca é praticada apenas para subsistência, não tendo sido relatado por nenhum interlocutor a venda de peixes nas vilas próximas e nem na cidade de Paragominas. Apesar disso, a pescaria é uma importante renda não monetária, uma vez que seu excedente é utilizado como moeda de troca entre famílias por algo que não se tenha no momento, como sal, farinha, açúcar etc., ou como doação para os vizinhos e parentes, fortalecendo vínculos de parentesco, compadrio e laços de amizade, tão importantes para a organização social Tembé.

5.3.4.5 Caça

A caça também é uma atividade importante na aldeia Cajueiro e aparece nos relatos obtidos em campo como complementar à pesca na época do verão. Nesse sentido, cumpre destacar que o regime hidrológico é determinante na região amazônica. Geralmente se observa a preferência da caça nos períodos de inverno em regiões onde as várzeas adentram vastas áreas da floresta e restringem a circulação de animais, os confinando em um espaço menor e permitindo seu encontro por caçadores com mais facilidade. Já os Tembé relataram quase que com unanimidade que a caça é mais praticada no verão, o que se atribui a três fatores principais, (i) os rios Uraim e Gurupi são mais encaixados em seu leito, limitados por barrancos em suas margens que dificultam o espraiamento das águas por grandes áreas floresta adentro, então ainda que se formem várzeas (ou matas de igapó, como chamam) elas são mais limitadas e próximas aos rios; (ii) o verão é a época de frutificação da maioria das espécies de árvores na TI ARG, o que atrai os animais e facilita a caçada; e (iii) os Tembé não tem trilhas específicas de caça, o que significa dizer que eles circulam por toda a região do Gurupi se guiando sempre pelo sol, e como chove muito no inverno o sol não aparece tanto e dificulta o deslocamento.

Esses três fatores também se associam com as três técnicas de caça praticadas. Os rios Uraim e Gurupi são utilizados como estradas, em canoas nos beiradões desses rios eles usam a técnica de fachear, que consiste em deslocar a canoa próxima a margem com auxílio de uma lanterna, em silêncio, até encontrar o animal a ser abatido. Outra prática comum é andar a procura de árvores com frutos que atraem os animais e fazer o moitá, que é um trepeiro feito de madeira ou até de redes onde ficam próximos à copa esperando os animais virem comer as frutas. Por fim, a última técnica é a procura ativa, que consiste em andar pela floresta a procura dos animais. Em todas elas o animal é abatido com auxílio de espingardas.

Os Tembé apontam que, apesar do desmatamento no entorno, a região do Gurupi é a melhor para caçar dentro da TI ARG, e que é comum a presença dos Tembé do Guamá caçando no local uma vez que a região norte já foi muito desmatada. Dentre as espécies apreciadas para caça as mais citadas foram cutia, veado vermelho, veado branco, porcão, caititu, paca, guariba, anta, jacu, mutum, arara, nambu, Jabuti e Tracajá. Mas além da caça para o consumo propriamente dito, tem-se o uso de quase todas as partes dos animais seja para confecção de artesanato (Figura *36*), como no caso das aves (cocar, que os Tembé chamam de capacete), seja para uso da banha na medicina tradicional, como no caso da anta e do caititu, e até ritual, como na festa do moqueado descrita no item do capital humano.

Figura 36 - Peças de artesanato Tembé. Cocares (capacetes) feitos com penas de araras e colares com dentes das onças pintada e sussuarana.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

Os Tembé consideram que a oferta de animais de caça já foi maior no passado, mas que a região do Gurupi ainda oferece certa fartura de caça e em razão disso a maioria das famílias não criam animais na aldeia. Apenas algumas famílias se dedicam à criação, em geral de

pequenos animais como porcos, galinhas e patos. O gado já foi criado até um passado recente, mas por apenas duas famílias, e nenhuma delas continua criando atualmente.

Da mesma forma observada com a pescaria, o excedente da caçada também é uma forma de renda, uma vez que é usado como moeda de troca entre famílias e vizinhos por outros produtos, fortalecendo os laços e relações entre os indígenas. Os relatos apontam que a caça é uma atividade estritamente masculina (Figura *37*), pois consideram a floresta um ambiente muito perigoso, lar de muitos e variados seres, visíveis e invisíveis, por isso as mulheres se dedicam mais, junto às crianças, à pescaria e à roça. Dentre os seres considerados mais perigosos estão as onças, pintada e sussuarana, como destacou Valdeci, liderança Tembé, "a onça mesmo é invisível, você não vê ela, mas ela te vê". As onças são muito respeitadas pelos Tembé, que só as matam para se proteger. Ainda que as mulheres não participem da atividade da caça, mas são elas que possuem os saberes do manuseio e formas de preparo do alimento, o que indica a dualidade de gênero em maior ou menor grau em todas as atividades.

Figura 37 - Caçador e guerreiro Tembé retornando das matas da TI ARG trazendo consigo um jabuti.

Foto: os autores, dezembro de 2022.

5.3.5 Capital Financeiro

Segundo os relatos dos indígenas da aldeia Cajueiro, durante as conversas em plenária e nas entrevistas semiestruturadas, as principais fontes de renda, para as famílias Tembé são os Programas sociais de transferência, aposentadorias, salários de servidores públicos e pela venda de um pequeno excedente de produção. O maior volume em termos de recursos aportados e número absoluto de famílias atendidas se refere aos Programas sociais de transferência de renda para as famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza do governo federal. Tanto o Bolsa Família, que teve seu nome alterado em 2021 e 2022 para Auxílio Brasil, quanto o Auxílio Emergencial, que foi criado durante a fase de isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19, são Programas de assistência social nos quais a maioria das famílias da aldeia Cajueiro se enquadra como beneficiária. Esses Programas possuem, de acordo com as especificidades de cada família, valores diferenciados de benefício, bem como a data de pagamento se faz de forma distribuída, de acordo com o último dígito do NIS (Número de Identificação Social), geralmente nos últimos 10 dias de cada mês.

Em seguida tem-se as aposentadorias pagas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) aos idosos e pensionistas e a terceira atividade em ordem de importância de aporte de recursos financeiros se refere aos assalariados que prestam serviços nos departamentos públicos de saúde e educação. Muitos indígenas estão buscando formação universitária para ocupar esses cargos exercidos nas aldeias e, ao mesmo tempo, estarem próximos aos seus familiares e exercerem uma atividade remunerada e muito reconhecida pela sua importância dentro da comunidade. Esses cargos são os mais diversos possíveis como pilotos de voadeira, motoristas, merendeiras, serventes, agentes indígenas de saúde (AIS), agentes indígenas de saneamento (AISAN) e os cargos mais qualificados como professores, dentistas e médicos que trabalham dentro das aldeias.

De forma geral, as diversas fontes de renda possuem calendários de pagamentos distribuídos ao longo do mês, o que favorece a distribuição do fluxo de indígenas que se deslocam para a cidade de Paragominas para receber o benefício. Ou seja, ainda que exista uma organização das famílias para dividirem o transporte, o deslocamento das famílias para a cidade não se concentra em um único período do mês, dessa forma a aldeia não fica "esvaziada" durante nenhum dia específico.

Existem outras fontes de renda que são mais esporádicas, não constantes, de acordo com a sazonalidade de alguns produtos, mas que aportam alguns recursos para as famílias que as comercializam. Em sua maioria são produtos consumidos pelas famílias, ou seja, uma produção de subsistência, mas dependendo da safra, podem resultar em um excedente de produção e este excedente que é comercializado. Dentre esses produtos que são comercializados na cidade, podemos destacar a farinha de mandioca, o açaí nativo da várzea dos igarapés e poucos animais como galinhas e porcos.

Através da criação de uma associação, denominada *Zemikaghaw* (mais bem descrita no item de capital social), os Tembé da aldeia Cajueiro conseguiram desenvolver alguns projetos

dentro de seu território e para com suas famílias. Dentre esses projetos e formas de adquirir bens coletivos via pessoa jurídica, CNPJ da associação, podemos destacar dois bens como ativos produtivos relacionados ao capital financeiro. A construção de uma casa de farinha coletiva com maquinários mecanizados, que facilitam e aceleram a produção da farinha de mandioca para o consumo e para a venda do excedente. Assim como o caminhão comunitário, conquistado via prefeitura municipal de Paragominas, que contribui para o escoamento da produção para a venda na cidade e também é utilizado de forma comunitária para trazer bens e compras adquiridas na cidade para as aldeias.

6. ANÁLISE DE VULNERABILIDADE E EXPECTATIVAS POPULACIONAIS

Neste item será abordada a situação da comunidade na área do projeto de acordo com seus níveis de vulnerabilidade socioeconômica, socioambiental e cultural. Para isso são considerados os meios de subsistência descritos acima para identificar os níveis de vulnerabilidade a que estão expostos.

Vulnerabilidade é uma condição determinada por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais, que aumentam a suscetibilidade da comunidade aos impactos positivos ou negativos do Programa. As aspirações, percepção e atitudes dentro das comunidades em relação ao Programa, em especial a construção/reforma de infraestrutura escolar também foram relevantes informações para a análise.

6.1 Vulnerabilidade Capital Humano

Os Tembé da região do Gurupi vêm passando por um processo de fortalecimento de suas tradições culturais e reafirmação de sua identidade étnica, em especial estas estratégias atuam de forma sinérgica com as diversas ações relacionadas a ocupação do seu território, muito marcado por conflitos históricos e há ainda a vulnerabilidade territorial refletida na não retirada de invasores da parte central da Terra Indígena, o que prejudica seu usufruto.

A retomada dos rituais na aldeia e o incentivo das lideranças na atuação de jovens e crianças nestes espaços, fortalece a importância das lideranças antigas e seu arcabouço de conhecimentos sobre o território e recursos, o que faz frente aos invasores, ao contato com o branco, com a cidade e os recursos tecnológicos que chegam à aldeia e fragilizam a coesão do grupo. Assédios de fazendeiros do entorno na busca por recursos madeireiros com o discurso de parceria, e empresas oferecendo valores monetários suntuosos em troca de contratos ilegais de créditos de carbono, tem colocado os Tembé em situação de insegurança na proteção de seu território e recursos naturais, importantes para reprodução do seu conhecimento e seu modo de vida para as novas gerações.

Neste contexto a educação e saúde diferenciada são importantes instrumentos de luta entre os Tembé, que exigem cada vez mais uma atuação das instituições voltadas a dialogar com seus conhecimentos. Na área de educação, ainda que seja valorizada entre os Tembé o uso da língua na aldeia, os processos formais de educação existentes na aldeia não valorizam institucionalmente tais demandas, não viabilizando a contratação de educadores da língua Tembé, nem mesmo apoio no material didático na língua para a alfabetização. Quando abordada a questão das estruturas de educação, apontam na reflexão que a escola poderia refletir as demandas indígenas, como espaços maiores e melhor circulação de ar. A escola é um espaço de troca entre saberes e na visão de mundo Tembé, ela é uma aliada no fortalecimento da sua identidade, em especial para crianças e adolescentes.

Na área de saúde, a fragilidade da estrutura de atendimento, em especial voltada a ausência de profissionais e qualidade dos atendimentos básicos na aldeia, é uma deficiência

estrutural do sistema que não consegue dar especial atenção as suas prerrogativas de direitos em relação a integração de conhecimentos. Com a falta de recursos básicos e ausência de ações voltadas a fortalecer os conhecimentos tradicionais, cada vez mais os Tembé procuram o sistema de saúde do branco e não valorizam seus conhecimentos ancestrais.

Para os Tembé, tanto os processos educacionais, como de saúde que estão diretamente relacionados ao fortalecimento de seu modo de vida, encontram-se fragilizados pois associada a pouca atenção dada pelas instituições responsáveis, que deveriam garantir os direitos conquistados, os detentores dos conhecimentos estão envelhecendo e morrendo.

6.2 Vulnerabilidade Capital Social

Os Tembé, como povos indígenas, vivenciam processos de descriminação étnica e de marginalização em virtude de seu modo de vida e subsistência. Em especial os aspectos da organização social indígena, apesar das diversas prerrogativas de direito que as protegem, ainda são constantemente desafiadas e questionadas pela sociedade não indígena. Cabe evidenciar que entre os Tembé, diante dos diversos processos históricos que minaram sua organização social, muito relacionado as ações de tutela promovidas pelo órgão indigenista até a década de 90, o protagonismo indígena foi fundamental no estabelecimento de estratégias e ações para amenizar a insegurança de suas comunidades na garantia da parte sul do território, base de sua subsistência e imprescindível para reprodução de seu modo de vida.

O novo cenário de relações sociopolíticas abrangeu desde a construção e articulação de estratégias e formas etnopolíticas tradicionais, como a criação de um corpo decisório no entorno do cacique nas aldeias, a Comissão Tembé, e a aliança com outros povos indígenas através das regras de casamento, até o esforço de alcançar interesses individuais e/ou coletivos eficazes para manutenção de prestígio social, como os assalariados indígenas ocupando funções importantes nas aldeias nas áreas de educação e saúde e na criação de organizações juridicamente reconhecidas pelos brancos. Esta constante busca de prestígio nas aldeias é bastante significativa haja visto que a participação dos Tembé nas estruturas de tomada de decisão do município e estado é ausente.

Estas estratégias criadas auxiliam os esforços Tembé na construção de sua base de ativos, na sua percepção de direitos, e no fortalecimento de suas reivindicações. Esse sistema permite que as lideranças governem com regras baseadas nas suas concepções de mundo e processos históricos apreendidos e permite que os anciãos e jovens lideranças permaneçam influentes na tomada de decisões sem ter que assumir um papel central na organização social.

De forma geral sua governança fica sujeita a constante tensão no contato com a sociedade não indígena e segue pressionada por discursos políticos clientelistas e dinheiro. Esta situação hoje se reflete na articulação trabalhosa com o Estado, na expectativa de receberem

seus direitos sociais, como também nos assédios que sofrem com empresas e fazendeiros do entorno. Neste contexto cabe evidenciar o constante discurso dos Tembé em reforçar sua Comissão, suas lideranças e os cargos de protagonismo nos serviços de saúde e educação para contrapor sua rede de governança em detrimento da visão centralizadora do branco em procurar um cacique, que responderia pela aldeia. Estas abordagens desestruturam a organização social Tembé e colocam os caciques numa situação de vulnerabilidade, muitas vezes contribuindo para surgimento de conflitos internos e entre as aldeias.

De um modo geral, a principal demanda é o pleno reconhecimento de seus direitos enquanto povos indígenas, o que, na prática, o Estado nem sempre compreende ou simplesmente ignora. A maior vulnerabilidade não é a falta ou a inexistência de leis, mas a dificuldade de aplicá-las com qualidade, em diálogo e respeito as suas formas de organização.

6.3 Vulnerabilidade Capital Físico

Ainda que a aldeia Cajueiro seja considerada Polo e, portanto, uma das mais bem estruturadas da região do Gurupi, quando se tem conhecimento das particularidades de acesso aos serviços, percebe-se a precariedade e instabilidade no seu fornecimento.

Os principais ramais que dão acesso à aldeia a partir da cidade de Paragominas, atualmente estão bem conservados, mas isso é resultado de muita luta e reinvindicações dos indígenas ao longo dos anos perante a prefeitura e respectiva secretaria de obras para que os maquinários se desloquem até as proximidades da Terra Indígena melhorando o único acesso até Paragominas. Segundo relato do cacique da aldeia Cajueiro, Sr. Reginaldo Tembé, os ramais estão bem conservados agora pois os indígenas estão com uma boa relação com a atual gestão municipal, mas a temporada de chuva está só começando e a tendência é a piora dos ramais com alguns pontos de atoleiros que deixam o ramal intransitável.

O sistema de distribuição de água para a comunidade é insuficiente e bastante precário em relação ao monitoramento de sua qualidade, como é o recomendado quando se fala de consumo humano. A SESAI, responsável por ofertar água de qualidade para os indígenas, construiu um poço que prospecta água considerada pela comunidade de aparência estranha, gosto e aroma ruim e, mesmo com o passar dos anos, não tomou qualquer iniciativa para a melhoria desta questão. Novamente com muita luta e reinvindicações os indígenas conseguiram que a prefeitura de Paragominas construísse um outro poço, com maior capacidade de prospecção e que possui uma água com melhor qualidade. Este poço abastece aproximadamente metade das casas da aldeia e todos os equipamentos públicos, mas é constantemente ineficaz em função da instabilidade da energia elétrica (por falta de manutenção da rede elétrica) que inutiliza a bomba. Além disso, o filtro instalado no sistema de água foi retirado após apresentar problema e a água segue até hoje sem receber nenhum tipo de tratamento.

As famílias não atendidas pelo sistema de distribuição de água, em especial as famílias distantes do centro da aldeia, consomem água de fontes superficiais, como os rios e igarapés

mais próximos à aldeia. O rio Uraim, referência para comunidade, passa por dentro da cidade de Paragominas e percorre extensa área rural com diversas áreas de agricultura e pasto até adentrar a Terra Indígena, margear a aldeia Cajueiro e chegar a sua foz no rio Gurupi. Dado este trajeto, o rio Uraim vem acumulando diversas fontes de matérias orgânicas e resíduos de agrotóxicos, provenientes dos efluentes não tratados do município e das atividades produtivas rurais que utilizam defensivos agrícolas. Assim, apesar da diluição dos resíduos frente a seu volume de água, o rio Uraim ainda acumula altas concentrações de demanda bioquímica e química de oxigênio (GIULATTI *et al*, 2017), que contribuem para a diminuição da qualidade da água, sendo prejudicial para o ecossistema aquático como um todo e tornando a água imprópria para o consumo. As principais alternativas de uso são os igarapés *Pihun* e Cajueiro, mas de qualidade da água desconhecida por ausência de monitoramento de parâmetros físico-químicos e biológicos.

O fornecimento de energia elétrica necessita de melhorias estruturais, em especial a rede de distribuição dentro da aldeia. Devido à ausência de manutenção no sistema e o aumento do número de casas, a rede elétrica está sobrecarregada dada às ligações irregulares, o que sujeita os Tembé a acidentes graves, como relatado pelo cacique. As quedas são diárias e afetam não só as atividades institucionais, como a escola e atendimento do posto de saúde, mas também atrapalham a conservação de alimentos (geladeiras), comunicação (redes de internet via satélite) e lazer dos moradores da aldeia.

Quanto aos serviços de saúde e educação, as vulnerabilidades atreladas à baixa integração aos conhecimentos indígenas, em acordo com as prerrogativas de direito, já foram relatadas. No entanto, cabe destacar no que se refere à infraestrutura relacionada aos serviços, a longa e constante luta dos Tembé para terem estruturas públicas de qualidade. O Posto de Saúde atende as 13 aldeias da região e sofre com sucateamento dos equipamentos e falta de recursos básicos, além da ausência de médico, que não vai à aldeia a mais de um ano. Cabe evidenciar a questão da vulnerabilidade sanitária dos povos indígenas no enfrentamento da Covid-19, tendo em vista os aspectos imunológicos, de infraestrutura de atendimento, políticos e aspectos culturais. Na educação, a escola oferece estrutura equiparada às escolas da área rural, inclusive com quadra poliesportiva e biblioteca. No entanto, o laboratório de informática não possui equipamentos e a estrutura da cozinha é muito pequena e não adaptada às questões culturais e térmicas, o que faz com que as cozinheiras tenham que preparar os alimentos na área externa, contribuindo para acúmulo de lixo orgânico, atrativos para diversos insetos, cachorros e urubus ao lado do refeitório.

De forma geral a principal vulnerabilidade sobre o ativo capital físico para os Tembé se faz presente na instabilidade e baixa qualidade dos serviços ofertados, em especial água, energia e comunicação. Como não existe acesso à rede de telefonia móvel, a única forma de comunicação dos Tembé é a internet via aplicativo de mensagens e sua ausência, somada a distância da cidade, torna a população bastante vulnerável em termos de acesso a novas tecnologias e auxílio a emergências e rede de proteção de direitos. Cabe neste contexto destacar o necessário comprometimento do mutuário com o processo de consulta, que

permite a plena participação no diálogo sobre estruturas que contemplem seus direitos nas adaptações estruturais dos projetos, em acordo com suas especificidades culturais, bem como com o atendimento de qualidade no fornecimento de serviços de internet e outros que promovam a melhoria do ensino. Muitas vezes a falta de acesso dos povos indígenas a estruturas básica de direitos, os coloca numa situação de fragilidade no enfrentamento de seus direitos.

6.4 Vulnerabilidade Capital Natural

A principal vulnerabilidade sobre esse ativo está relacionada com os conflitos históricos ainda presentes na Terra Indígena. O processo de ocupação histórica da região se deu através de conflitos fundiários, invasões e posse de parte do território Tembé. Isso resultou em uma exploração descabida e desproporcional da TI ARG, que devastou parte da floresta com a exploração da madeira e abriu espaço para o gado. Além do estabelecimento das fazendas no interior da TI ARG e consequentemente a perda do usufruto de suas terras, os Tembé também sofrem com a invasão de pequenos madeireiros em seu território que roubam madeira e vendem para serrarias, principalmente do município de Nova Esperança do Piriá. Segundo relatos, os piores conflitos cessaram, mas ainda com certa frequência invasores são encontrados dentro do território indígena. Outro ponto de destaque é o constante risco de incêndio, pois os fazendeiros tocam fogo nas áreas de recém desmate e no pasto para limpeza, mas não fazem aceiros e o fogo se alastra pelas matas. Relatos apontam que esses incêndios as vezes são criminosos, como aconteceu recentemente em 2020 próximo a aldeia Cajueiro.

Nesse sentido, cabe salientar que dados do INPE (AMAZÔNIA REAL, 2021) apontaram o estado do Pará como líder do ranking de focos de calor na Amazônia Legal com quase 40 mil incêndios registrados entre 2020 e 2021. Ainda, os incêndios estão diretamente relacionados com o avanço do desmatamento no Brasil e no Pará mais de 40% dos focos de calor ocorreram em áreas de recente desmate. Dados do Imazon, que realiza monitoramento do desmatamento através de um sistema de alerta (SAD), mostram que desde novembro de 2020, pelo menos, a TI ARG figura entre as áreas com mais ameaças ou pressões, tendo estado inclusive entre as 10 Terras Indígenas com maior taxa de desmatamento em novembro de 2021 e setembro de 2022.

Da mesma forma, os Tembé relatam que não é incomum encontrar invasores caçando e pescando no território e essas pressões externas associadas à inação do Governo Federal em proteger a TI ARG levou os indígenas a se organizarem em grupos para eles mesmos, realizarem a fiscalização de seu território. Esse projeto se iniciou com o auxílio de uma ONG que custeava as despesas e pagava diária para os participantes, mas depois o projeto foi encerrado e eles atualmente fazem expedições esporádicas para proteger os limites e o interior da TI ARG. Outra forma comum de fiscalização é durante as pescarias ou caçadas, quando circulam pelo território.

De todo modo, seja pela exploração ilegal da madeira, da caça ou da pesca, essas invasões representam um grave risco à segurança dos Tembé no que diz respeito à reprodução dos seus modos de vida e sua subsistência, pois retiram ou interferem em recursos essenciais para alimentação, para os rituais, para suas construções e transmissão de saberes.

6.5 Vulnerabilidade Capital Financeiro

A vulnerabilidade quanto a este ativo está relacionada a poucas fontes de recursos monetários. Como descrito, as famílias indígenas da aldeia Cajueiro, possuem uma economia de subsistência, tendo como principal fonte de alimento suas roças e demais ativos ofertados pelo capital natural, que se organiza com base na unidade familiar e na estrutura comunitária. As outras necessidades são contempladas a partir de fontes externas de recursos financeiros, essencialmente os Programas sociais, aposentadorias e salários de cargos públicos (essencialmente na educação e saúde básica ofertados dentro da aldeia).

Entretanto este recurso externo não atende a todas as famílias da comunidade e a diferença de renda se apresenta de outras formas dentro da aldeia, como nos diferentes padrões construtivos das casas, onde as famílias com acesso à renda possuem casas de alvenaria, enquanto outras de madeira, bem como as diferentes formas de acesso à rede de internet (comunicação) e bens materiais diversos como televisores, celulares e geladeiras.

Da mesma forma que a venda do excedente de produção é eventual e limitada a pequenas quantidades e poucas famílias. Ou seja, de forma geral o acesso à renda monetária para as famílias Tembé é desigual e restrito a poucas fontes.

Assim, deve-se considerar que as famílias são dependentes dos recursos provenientes dos demais ativos, em especial do Capital Natural, e qualquer impacto negativo que afete os recursos existentes na aldeia e território, pode colocar os Tembé numa situação de insegurança alimentar, pois as famílias não terão recursos monetário para suprir os custos com alimentação, que atualmente conseguem suprir com as atividades agrícolas, de caça, pesca e extrativismo. Cabe ainda evidenciar que a vulnerabilidade financeira afeta a capacidade de ser convertido em outros tipos de capital, como novas habilidades e conhecimentos e/ou outros canais de acesso a saúde, por exemplo, refletindo a dependência dos recursos e estrutura oferecidos pelo Estado.

7. RISCOS RELACIONADOS AO PROGRAMA_COMPONENTE 1

Entende-se risco como os eventos previstos ou imprevistos que possam afetar a comunidade e/ou recursos e processos que ela é dependente, bem como os riscos de que o Programa não consiga atingir seus objetivos. Riscos podem ser negativos e positivos e são evidenciados em termos das consequências dos fatos (impacto) e da significância deste para o receptor.

Estes riscos sociais mal dimensionados têm grande chance de causar violação de direitos e conflitos no futuro, e as consequências se revertem em alterações relevantes no modo de vida da comunidade, além de custos financeiros e reputacionais às instituições envolvidas (BID e mutuário).

Neste item será descrita inicialmente a metodologia relacionada à avaliação dos riscos atribuídos à reforma da infraestrutura escolar na aldeia Cajueiro, seguida de uma matriz com os riscos potenciais identificados e seus atributos para, na sequência, fazer uma objetiva descrição de cada um deles, evidenciando desta forma uma integração aos conteúdos abordados neste relatório.

Neste contexto cabe um alinhamento relevante sobre a avaliação sociocultural em tela e a execução do Programa_Componente 1 na aldeia Cajueiro.

Como já foi citado neste relatório, em específico quando foi descrito sobre o Capital Físico da comunidade, na aldeia Cajueiro existe uma infraestrutura escolar da Seduc que foi iniciada em 2010 e paralisada em 2014. Foi enviado a esta consultoria o relatório da vistoria técnica realizada em 2018 pela Diretoria de Recursos Técnicos e Imobiliários (DRTI) da Secretaria de Estado de Educação do Pará. Na época, o relatório apontava a necessária continuidade da obra para não haver perda dos serviços até então executados. Esta equipe de avaliação sociocultural não foi a campo com o objetivo de avaliar as condições estruturais da obra abandonada e desta forma os riscos identificados foram trabalhados na perspectiva de orientar um processo de REFORMA e/ou RETOMADA das obras. Desta forma, será importante a avaliação de um engenheiro para melhor compreender se as estruturas podem ser em parte utilizadas nesta nova etapa, fazendo uso dos atributos de segurança da obra e de bom uso do dinheiro púbico.

Sem perda do exposto, na perspectiva de entender que tal obra foi iniciada em 2010, acredita-se que exista uma tramitação de cessão de uso do perímetro junto à Funai, o que precisa ser identificado pelo mutuário na condição de compreender se a obra se encontra legalizada no âmbito das prerrogativas impostas pelo governo federal quanto à necessidade da cessão de direitos para o estado do Pará. Quando em campo, foi verificado que no entorno direto do perímetro da obra abandonada, identificado por estacas de cimento, foram construídas casas e caminhos da comunidade e desta forma será necessária uma boa gestão com a comunidade sobre o isolamento da área quando do início da obra.

No mais, considera-se relevante que o processo de consulta aborde com a comunidade possíveis demandas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico da escola, o que poderia, eventualmente, ALTERAR O PERÍMETRO, sendo observadas para esta ação o espaço físico disponível sem que seja necessário o reassentamento das casas do entorno. Cabendo alterações do perímetro será necessário novo diálogo com a Funai acerca da cessão de direito fundiário. A participação da Funai, na figura de sua Coordenação Regional, desde o início de execução do processo de Consulta será relevante para conduzir qualquer tramitação neste aspecto de forma célere.

Contrário ao cenário acima descrito, seria a necessidade de DEMOLIÇÃO DA OBRA abandonada, considerando que um engenheiro aponte que a edificação é instável devido a deterioração pelo tempo. Neste cenário, os aspectos relacionados a etapa de serviços de demolição, descarte de resíduos e terraplanagem devem ser feitas considerando que os riscos abordados por esta avaliação continuam válidos e ganham dimensão crítica nos aspectos territoriais, ambientais e sociais. Considerando este cenário, o Plano de Consulta deve abordar especificamente esta etapa junto aos Tembé, para identificar medidas de segurança especificas, considerando o trânsito de pessoas (em especial crianças) próximas ao perímetro da obra. No mais é imprescindível, neste cenário, atentar ao correto e total descarte dos resíduos fora da Terra Indígena, podendo sofrer a Seduc, a empresa responsável pela obra e o BID responsabilidade de violação de direitos constitucionais, haja visto que os resíduos de obras civis causam impactos ambientais e a área ficará impossibilitada do pleno usufruto pelo povo Tembé.

No cenário mais pessimista considera-se a possibilidade de escolha de NOVO LOCAL para obra, a ser identificado na aldeia. Este cenário, considerado sensível haja visto o crescimento da aldeia e os poucos espaços disponíveis na sua parte central, a depender da área que será escolhida, pode requerer um processo de licenciamento ambiental simplificado, devido a supressão de vegetação; nova tramitação de cessão de direitos fundiários junto ao governo federal e principalmente a correta recuperação ambiental da área abandonada, passando pelo processo de demolição, retirada total de resíduos e recuperação da área com vegetação nativa, em diálogo com a comunidade. Este processo exigiria um tempo maior de execução e maiores recursos monetários envolvidos.

7.1 Metodologia de Avaliação

Para cada potencial risco foram determinados seus atributos descritos com base em indicadores qualitativo, a saber: i) natureza, ii) temporalidade, iii) probabilidade e iv) magnitude; conforme o Quadro *1*. O Resultado final da avaliação do risco é dado por sua significância, fruto da relação probabilidade x magnitude conforme Quadro *2*.

Quadro 1 - Atributos dos riscos relacionados à execução do Programa.

Atributo	Descrição	Categoria
Natureza	o modo como o risco afeta o receptor.	Negativo
		Positivo
Temporalidade	Caracterização do risco social em relação a fase da obra.	Planejamento
		Instalação
		operação
Probabilidade	Caracterização do risco em relação à possibilidade de ocorrência, tendo em vista a vulnerabilidade a qual a comunidade está exposta e a pressão que a obra pode colocar sobre ela.	Improvável
		Provável
		certo
Magnitude	Quantidade de capitais (meios de subsistência) afetados pelo risco.	Pequena (afeta 1 ou 2 capitais)
		Moderada (afeta 3 ou 4 capitais)
		Crítica (afeta 5 capitais)

Quadro 2 - Matriz de significância dos riscos relacionados à execução do Programa.

Probabilidade de Ocorrência	Magnitude		
	Pequena	Moderada	Crítica
Improvável	Baixa	Baixa	Média
Provável	Baixa	Média	Alta
Certo	Média	Alta	Alta

7.2 Avaliação dos Riscos Potenciais

Foram identificados 15 riscos potenciais, sendo 14 de natureza negativa e um de natureza positiva. A maioria deles é previsto para ocorrer durante a fase de instalação da obra, oito são de ocorrência provável, quatro de ocorrência certa e apenas três improváveis. Com relação à magnitude, quatro riscos têm potencial de afetar até dois capitais (Pequena) e 11 tem potencial de afetar entre três e quatro capitais (Moderada), não tendo sido identificados riscos com potencial para afetar todos os capitais (Crítica). Por fim, cinco riscos têm significância baixa, sete tem significância média e três tem significância alta, conforme Tabela 2.

Cabe neste contexto, de forma geral, afirmar que uma obra de infraestrutura comunitária, no caso em tela uma escola, em área já definida e com estruturas pré-existentes, do ponto de vista dos impactos estritamente ambientais da obra, atendidas as boas práticas de segurança e gestão ambiental, o evento não apresenta relevância alta. Porém sob o aspecto social, o evento ganha uma significância maior, tendo em vista que as famílias não têm alternativa de acesso a serviços de infraestrutura e as questões sociais, mesmo sendo afetadas em pequena escala, podem comprometer a rede de segurança comunitária e causar conflitos sobre aspectos relevantes da garantia fundiária, base do sustento físico e sociocultural da comunidade, o que resultou em significância média e alta para a maior parte dos riscos identificados. Cumpridas as prerrogativas de direito e executado um bom processo de consulta associado às medidas, que devem ser dialogadas com a comunidade para protagonismo no seu monitoramento, todos os riscos sociais, ainda que improváveis, podem ocorrer, mas com baixa significância.

Tabela 2 - Matriz de avaliação dos riscos da execução do Programa_Componente 1.

Risco identificado	Natureza	Temporalidade	Probabilidade	Magnitude	Significância
Risco de interferência em rituais e festas tradicionais	Negativa	Instalação	Provável	Pequena	Baixa
Potencializar o grau de participação e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada	Positivo	Planejamento, Instalação e Operação	Provável	Moderada	Média
Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico	Negativa	Planejamento	Certo	Pequena	Média
Risco de introdução de doenças	Negativa	Instalação	Improvável	Moderada	Baixa
Risco de acidentes no canteiro de obra e vias de acesso	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de conflitos na governança interna entre aldeias	Negativa	Planejamento, Instalação e Operação	Provável	Pequena	Baixa
Risco de conflitos na governança externa com instituições parceiras	Negativa	Planejamento, Instalação e Operação	Improvável	Pequena	Baixa
Risco de assédio a mulheres e crianças	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de assédio aos jovens por introdução de álcool e drogas	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de assédio para venda de caça e peixe	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média
Risco de assédio para venda de madeira	Negativa	Instalação	Improvável	Moderada	Baixa
Risco de desabastecimento de água da aldeia	Negativa	Instalação	Certo	Moderada	Alta
Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos	Negativa	Instalação	Certo	Moderada	Alta
Risco de desabastecimento de energia elétrica da aldeia	Negativa	Instalação	Certo	Moderada	Alta
Risco do uso do capital natural na obra (madeira, areia, cascalho)	Negativa	Instalação	Provável	Moderada	Média

7.2.1 Risco de interferência em rituais e festas tradicionais

Este risco está associado a presença de trabalhadores externos durante calendário de rituais importantes da aldeia Cajueiro, o que pode interferir na sua realização, como também na participação indesejada de pessoas em atividades restritas ao povo Tembé. Nesta ocasião os rituais e festas, em especial as que ocorrem em maio, como a Festa do Moqueado e a Festa de São Benedito em dezembro, costumam ter duração de uma semana e a comunidade fica voltada as atividades de caça, dança e cânticos e principalmente, na condição de anfitriões, cuidando de receber bem as famílias de outras aldeias, o que aumenta o contingente populacional durante os rituais.

Estas ações culturais são parte das estratégias Tembé de fortalecimento de sua identidade e fortalecimento das alianças entre as aldeias no processo de ocupação do território e são consideradas pelos Tembé como atividades imprescindíveis na reprodução do seu modo de vida. Interferir na sua realização, não viabilizando que os indígenas que por ventura trabalhem na obra participem, ou propiciar a presença de pessoas estranhas que podem não entender sua visão de mundo, quebrar regras de conduta nestes rituais, e/ou incitar condutas indesejáveis, pode fomentar uma situação de conflito entre as aldeias, entre os Tembé da aldeia e gerar desconforto nas famílias devido a discriminação e preconceito vindo dos trabalhadores não indígenas, o que fere o respeito as prerrogativas indígenas dentro do seu território. Este risco foi considerado de natureza negativa sobre o modo de vida Tembé, como de provável ocorrência na etapa de instalação, quando haverá a presença assídua de trabalhadores na aldeia, de pequena magnitude afetando diretamente dois capitais de subsistência, os capitais humano e social e de significância baixa. Em diálogo com as famílias e lideranças da aldeia Cajueiro foi possível compreender que uma medida relevante seria a adequação do calendário da obra, permitindo uma paralização durante os rituais de maior duração. Caberá ao Plano de Consulta alinhar medidas junto aos Tembé. Com a medida sendo executada, nos rituais de maior duração, em respeito as prerrogativas Tembé, este impacto é considerado improvável, mas não evitado totalmente, pois os rituais que ocorrem sem data definida, como da menina moça, ocorrem a qualquer momento na aldeia e isso deve ser um ponto relevante a ser dialogado com o Povo Tembé, que entendem que uma medida importante será a criação de um código de conduta a ser elaborado pelos Tembé para diálogo com a empresa responsável e trabalhadores que estarão na obra.

7.2.2 Potencializar o grau de participação e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada

Este risco foi considerado positivo e está relacionado as poucas, ou nulas iniciativas de Estado que cumprem com as prerrogativas de direito, em especial a Consulta e Participação Informada (CPI) e o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) em relação a atividades que podem afetar o modo de vida do povo Tembé e seu território. Cabe evidenciar que inciativas pretéritas como a construção de casas pelo Programa Habitacional da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB/PA) causaram diversos impactos na vida das

famílias Tembé, que não tiveram sua casa finalizada e fomentaram conflitos entre as famílias, tendo em vista que o Programa não foi dialogado de forma prévia e informada com todas as suas especificidades arquitetônicas e explicações culturalmente adequadas sobre as contrapartidas obrigatórias. A total falta de diálogo e consulta do Estado causou prejuízos financeiros as famílias, situações de assédio relacionada a mão de obra e conflitos ainda vivenciados hoje na aldeia. Desta forma, propiciar um processo formal de consulta livre, prévia e informada é estimular aprendizados a ambas as partes, e estimular a participação ativa dos Tembé nas reflexões sobre sua autodeterminação nos processos que os afetam.

Este risco é de natureza positiva, tendo em vista que a aplicação de salvaguardas afeta positivamente a vida dos Tembé, como também no aprendizado do mutuário, ocorre em todas as etapas da obra, evitando que o diálogo só ocorra no início do processo, o que propicia o diálogo contínuo e a resolução de conflitos quando eles ocorrem antes de ganharem maior significância, de ocorrência provável, haja visto a obrigatoriedade do cumprimento das Políticas de Salvaguardas do BID, de magnitude moderada afetando positivamente os capitais humano, social e físico e de significância média a alta, considerando os aspectos indiretos que podem afetar de forma sinérgica a comunidade após a entrega da infraestrutura. A medida sendo executada, ou seja, o processo de consulta sendo livre, prévio, informado e monitorado em todos os seus aspectos, em especial no adequado perfil adaptativo, a ocorrência do risco positivo é certa de significância altamente positiva.

7.2.3 Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico

Este risco está associado ao total descumprimento das salvaguardas indígenas em relação ao diálogo aberto sobre possíveis adequações ao projeto arquitetônico para atender suas especificidades culturais, guardadas suas expectativas e visão de mundo. O que tem acontecido no Brasil são projetos que seguem um padrão construtivo, associado a modelos de escolas rurais, que não guardam, em nenhum aspecto, identidade e diálogo da arquitetura com o lugar onde ela se insere, ao contrário, guardam a identidade do governo sobre suas obras, marcando a paisagem das comunidades. O resultado encontrado são estruturas subutilizadas, sucateadas e desagregadas do contexto social das aldeias. É preciso refletir sobre as mudanças apontadas pela Constituição Federal de 1988, na garantia do direito indígena aos territórios tradicionalmente ocupados, bem como a uma educação que respeite a diversidade cultural do país.

Atualmente a legislação brasileira orienta para que sejam contemplados aspectos culturais nos processos pedagógicos de escolas indígenas, porém a forma como isso acontece abarca as diversas dimensões do processo escolar, e pode variar muito de acordo com a etnia, sendo condicionada também, historicamente, pelos processos de discriminação e marginalização, que imputam a ideia de qualidade associada ao ambiente urbano não indígena, e as políticas públicas bastante deficitárias direcionadas a esses povos.

Ainda que a escola represente uma instituição alheia às culturas nativas, os Tembé saem em sua defesa, em um entendimento de sua atuação como uma ferramenta para acessar direitos e melhoria na qualidade de vida. No entanto, reforçam que a instituição não pode ser alheia ao modo de vida indígena, e deve ser uma aliada no fortalecimento de sua identidade. Neste sentido, não cabe a este processo de avaliação orientar o mutuário a elaborar projetos arquitetônicos onde a comunidade participe ativamente do desenho da escola, ainda que existam orientações do MEC para que seja dessa forma. Mas na condição de compreender as restrições orçamentárias e de tempo, e principalmente a necessidade urgente apontada pelos Tembé, para implantação de estrutura que atenda o ensino médio na região, que é feito no horário noturno, cabe apontar que existem bons exemplos onde as soluções arquitetônicas aproximam-se da visão de mundo das comunidades, refletindo em parte seu modo de vida.

Neste contexto, além da vontade da comunidade, a vontade política também está presente nas soluções arquitetônicas. Cada estrutura reflete as possibilidades de diálogo e negociação que se colocam nas intervenções arquitetônicas junto a povos indígenas. As características da arquitetura escolar revelam as expectativas dos indígenas, mas também dos não indígenas envolvidos no projeto, de visibilizar, valorizar, acolher e fortalecer a comunidade. Este risco tem natureza negativa, pois abarca o não atendimento as políticas de salvaguarda, é presente de forma prioritária na etapa de planejamento, onde devem ser estimulados os diálogos sobre adequações ao projeto, é de ocorrência certa, haja visto que a Seduc em áreas rurais e indígenas utiliza modelo padrão do FNDE com a identidade do governo do estado, tem magnitude pequena, afetando o Capital humano e de significância média.

A condução sistemática do processo de Consulta e Participação Informada e o Consentimento Livre, Prévio e Informado podem permitir que o risco seja improvável em relação ao diálogo sobre tais adequações, no entanto não existem garantias dos resultados efetivos deste processo que demanda vontade dos atores envolvidos, portanto a significância continua baixa, ainda presente.

7.2.4 Risco de introdução de doenças

Esse risco está mais associado à introdução de doenças transmitidas por vetores, em especial a malária, que já ocorreu muito no passado, indicando a ocorrência do anofelino transmissor, mas que atualmente não ocorre mais na aldeia Cajueiro, mas também outras doenças como febre amarela, leishmaniose e dengue. Além disso, embora os Tembé tenham tomado todas as doses da vacina contra Covid-19, é possível que os trabalhadores que venham de fora não tenham tomado, aumentando o risco de novos casos na aldeia.

Os casos de malária no Brasil estão em queda, sendo que os dados mais recentes disponíveis indicam uma diminuição de quase 40% de 2018 para 2019 (BRASIL, 2022). Acompanhando essa tendência, o município de Paragominas também apresentou diminuição significativa de casos, tendo registrado mais de dois mil em 2010 e apenas 25 em 2019 (CRISTO *et al*, 2020).

Considerando que provavelmente será uma empresa local a executar a obra e considerando que grande parte da população brasileira também já está vacinada contra Covid-19, esse risco foi considerado de natureza negativa, possível de ocorrer na fase de instalação, mas de ocorrência improvável, com magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Físico) e significância baixa.

Os Tembé, durante o trabalho em campo, já elencaram pelo menos duas medidas que poderiam ser adotadas para evitar esse risco, quais sejam: contratação de mão de obra da aldeia, tendo em vista que alguns indivíduos têm experiência para tal, e elaboração de um código de conduta para eventuais trabalhadores externos, que inclui a exigência de um protocolo sanitário, vetando pessoas que não tiverem se vacinado contra Covid-19, por exemplo. De qualquer forma, recomenda-se que durante o processo de consulta na fase de planejamento, esse diálogo avance e essas e outras medidas sejam discutidas e adotadas.

Em um segundo cenário, mesmo se as medidas forem adotadas de forma efetiva, ainda assim o risco permanece improvável, de magnitude moderada e significância baixa, pois não é possível garantir que nenhuma doença seja introduzida na aldeia, em especial a Covid-19 em função do surgimento de novas variantes que com frequência geram novos surtos como tem-se visto desde o início da pandemia.

7.2.5 Risco de acidentes no canteiro de obra e vias de acesso

Esse risco está associado a possíveis casos de atropelamento nas vias de acesso dentro da aldeia em função do trânsito de veículos externos e maquinário. Lembra-se que a circulação de pessoas, principalmente crianças, é intensa e realizada a pé. Além disso a emissão de poeira pode ser aumentada em função do aumento do tráfego de veículos, o que pode diminuir a visibilidade tanto do pedestre quanto do motorista. Ainda, o risco se refere também a possíveis acidentes no canteiro de obras, tendo em vista a proximidade com casas e área de circulação de crianças e adolescentes da escola municipal da aldeia. Importante ressaltar que a obra abandonada da escola estadual já representa um risco para a comunidade Tembé da aldeia Cajueiro, uma vez que ela não se encontra isolada, havendo caminhos marcados por onde as pessoas transitam para acessar suas residências e demais áreas da aldeia. Na oportunidade da reforma dessa estrutura esse risco é aumentado pela presença de equipamentos e maquinários. Foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação, considerado como provável, de magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Físico) e significância média.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que seja considerada e discutida junto aos Tembé medidas internas sugeridas para evitar a circulação de pessoas no entorno da obra e avisos prévios a circulação de maquinários nas vias de acesso dentro da aldeia. De forma complementar a empresa responsável deve cumprir todas as normas de segurança impostas por normativas e legislação de gestão de tráfegos de veículos para minimizar esse risco. Em um segundo cenário, se as medidas adotadas forem

efetivas, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada, rebaixando a significância para a categoria baixa.

7.2.6 Risco de conflitos na governança interna entre aldeias

Este risco está associado ao não cumprimento do Plano de Consulta, em especial em relação ao engajamento das partes interessadas. Como dito pelos Tembé, assuntos que se relacionam a educação e saúde, devem ser dialogados com as comunidades que usam tais serviços. Ainda que caiba evidenciar que a estrutura a ser construída localiza-se na aldeia Cajueiro, ela é uma aldeia Polo e atende as outras 12 aldeias no seu entorno. No caso a educação, tendo em vista que o ensino médio ocorre no período noturno, muitas famílias de outras aldeias acabam construindo pequenas casas próximas as famílias ligadas por laços de parentesco que abrigam os adolescentes durante a semana.

Neste contexto reforçamos a importância das estratégias de fortalecimento da ocupação territorial e coesão social implementadas pelos Tembé, seja em relação as alianças entre as aldeias, seja na estrutura de governança de cada aldeia, onde caciques e lideranças desempenham funções importantes e sustentam a coesão dos grupos. Caso haja conflito entre as aldeias, em desrespeito a ausência de escuta das outras famílias interessadas, esta coesão pode ser alterada e afetar as relações entre os grupos familiares e as relações de aliança entre as aldeias, afetando as estratégias de coesão do grupo no território.

Como relatado neste documento, os levantamentos de campo contaram com a colaboração de algumas lideranças de outras aldeias, mas não todas, pois não foi possível o auxílio financeiro para seu deslocamento. Nas reflexões sobre o Plano de Consulta com os Tembé ficou definido que na etapa de consulta as lideranças e representantes das outras 12 aldeias devem participar deste processo, sendo que o mutuário deve se responsabilizar por este deslocamento, conforme orienta as políticas de salvaguarda e engajamento das partes interessas. Este risco foi considerado de natureza negativa, a se iniciar na etapa de planejamento, podendo se estender a etapa de implantação e operação da infraestrutura, de pequena magnitude, afetando o capital social e humano da comunidade e de baixa significância. Caso sejam atendidas medidas relacionadas ao cumprimento do Plano de Consulta em respeito a governança interna das aldeias que utilizam o serviço de educação, este risco deve ser considerado improvável.

7.2.7 Risco de conflitos na governança externa com instituições parceiras

Como descrito neste documento, são poucas as instituições externas que trabalham diretamente com os Tembé da região do Gurupi, especificamente com as 13 aldeias diretamente associadas a este processo de consulta. Nenhuma delas é percebida pelos Tembé da aldeia Cajueiro como relevantes de participação neste processo, os quais entendem que são protagonistas junto com as lideranças e famílias das outras aldeias, haja visto seu protagonismo no diálogo com a secretaria de educação do município. No entanto reconhecem que a Funai e o Ministério Público Estadual são instituições acessadas na busca por direitos quando a situação se agrava, em especial quando os temas se relacionam as questões fundiárias. Tendo em vista os procedimentos estabelecidos pela Funai em relação a construção de infraestrutura comunitária, em especial as exigências em relação ao processo de consulta com as comunidades, que segue vinculado ao termo de cessão de direitos aos entes federativos em Terras Indígenas, este risco está associado a não participação do órgão nos processos de consulta, desde a etapa de planejamento. A ausência de um convite formal a presença do órgão nas etapas de consulta pode causar atrasos em relação a sua anuência e/ou qualquer outra tratativa necessária, e com isso fomentar um desconforto e/ou conflito entre os Tembé e o órgão indigenista, o que não seria favorável aos Tembé devido as poucas instituições de defesa que acessam para garantir a segurança fundiária bem como acesso a outras políticas públicas.

Este risco foi considerado negativo, pois afeta a rede de segurança e defesa de direitos dos Tembé, ocorre em todas as etapas da obra, de improvável ocorrência, haja visto que a relação entre os entes federativos também é de interesse do mutuário, de pequena magnitude e baixa significância. Com as medidas implementadas, em especifico a participação da Funai nas etapas de consulta, a significância permanece baixa.

7.2.8 Risco de assédio a mulheres e crianças

Este risco está associado ao trânsito de trabalhadores não indígenas na aldeia que tem potencial de afetar de formas diferentes homens, mulheres e crianças, sendo que as mulheres e crianças são afetadas de forma desproporcionalmente negativa. As mulheres Tembé participam dos processos políticos, são lideranças e garantem seus espaços seja na participação nos processos de enfrentamentos fundiários, sendo parte do grupo de guerreiras, e no fortalecimento da identidade Tembé. As mulheres em especial as da nova geração, são constantemente estimuladas a participação e articulação dos rituais, sendo importantes figuras na aldeia para perpetuar a identidade Tembé nas vestimentas, artesanato e grafismos. A grande maioria goza de seu domínio nos ambientes domésticos, basicamente localizados nas moradias, roças, quintais e matas do entorno das casas e aldeia, onde reproduzem e articulam seus conhecimentos acerca dos processos de cura, com o amplo conhecimento das ervas, e reproduzem seus conhecimentos as novas gerações.

Como abordado neste documento, a infraestrutura a ser construída na aldeia localiza-se em sua parte central, na principal via de acesso para escola municipal, na frente do campo de

futebol e da Ramada, lugares de circulação constante de crianças e adolescentes. A via de acesso principal, onde se localiza a obra é caminho para as mulheres acessarem suas roças, que ficam próximas a entrada principal da aldeia. Somado a isso no entorno imediato da obra, casas foram construídas, onde mulheres e crianças permanecem a maior parte do tempo nas atividades domésticas e quintais.

Cabe evidenciar a vulnerabilidade do sistema de saúde que com precária estrutura local com poucos profissionais, em especial a ausência de profissionais da área de saúde mental, não tem atendimento de qualidade. Quando dialogado em campo sobre este assunto, os homens se colocam como responsáveis pela rede de proteção comunitária, mas quando abordado o tema na perspectiva de refletir sobre impactos pretéritos relacionados as obras do Programa habitacional na aldeia, jovens e mulheres abordaram o assunto manifestando insegurança em relação a circulação de pessoas estranhas e relataram um caso de assédio, que não tinha sido exposto na aldeia até aquele momento. A vulnerabilidade também se encontra na segurança em relação ao relato de assédio, pois a vergonha e conflitos domésticos podem ocorrer, devido ao baixo grau de entendimento e informação da comunidade sobre a questão.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, revelou que entre 2007 e 2017, foram registradas 8.221 notificações de casos de violência contra mulheres indígenas, a maioria entre 10 e 19 anos. Em dois terços dos casos o agressor não é uma pessoa próxima da família. Estes relatos são importantes para que o fato não seja negligenciado, pois está na histórica violência contra a mulher no Brasil, que somada as violências históricas dos corpos das mulheres indígenas, carregadas de preconceitos acerca de miscigenação e exotismo, configuram uma situação de extrema vulnerabilidade. Toda obra envolve 100% de sua mão de obra masculina e esta situação coloca as mulheres numa situação de tensão e constante vigília.

Este risco foi considerado negativo, com ocorrências na tapa de instalação, onde a maior parte do contingente estará alocada, de provável ocorrência devido à proximidade e circulação no perímetro da obra, de magnitude moderada, afetando de forma direta os capitais humanos, social e físico resultando numa significância média.

Em diálogo com as famílias Tembé, em especial as mulheres, existe uma reflexão acerca da possibilidade de que os trabalhadores possam ficar alojados fora da aldeia, nas vilas próximas a Terra Indígena, o que geraria uma situação de segurança entre as mulheres, quando os homens não estivessem voltados ao trabalho na obra. De forma complementar sugere-se um mecanismo de queixas que deve ser dialogado para que seja culturalmente apropriado, na perspectiva que as mulheres e adolescentes possam fazer suas denúncias sem identificação. Aplicada as medidas, dialogadas de forma aberta com os Tembé, associadas ao código de conduta que pretendem produzir, o risco pode ser considerado improvável, mas de significância baixa.

7.2.9 Risco de assédio aos jovens por introdução de álcool e drogas

De acordo com a FUNASA apud Felix de Melo (2011), o alcoolismo está entre as enfermidades mais comuns nos grupos indígenas brasileiros, com destaque para as regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, tendo como agravante a aproximação das populações indígenas das não indígenas. O contato interétnico, segundo Félix de Melo (2011), iniciou-se há mais de três séculos e propiciou a introdução da bebida destilada na comunidade indígena, favorecendo mudanças na organização destas sociedades, com modificações mais amplas no seu modo de vida.

Segundo os professores Tembé, a falta de informação acerca dos problemas de saúde, mental sobretudo, podem levá-los a um ponto crítico, na medida em que não possuem conhecimento sobre os males do abuso do álcool e de outras drogas. Cabe evidenciar a vulnerabilidade do sistema de saúde que com precária estrutura local com poucos profissionais, em especial a ausência de profissionais da área de saúde mental, não tem atendimento de qualidade

Muitas atividades são realizadas na aldeia para conter este avanço sobre as novas gerações, em especial ações de prevenção na área de saúde e estratégias de participação ativa de grupo de jovens nas práticas de fortalecimento da identidade Tembé, nas danças, cânticos na língua e participação em rituais e diversos jogos e campeonatos de futebol.

Este risco está associado ao trânsito de trabalhadores não indígenas na aldeia e se deve à curiosidade dos jovens, que acabam sendo assediados por bebidas ou drogas levadas por trabalhadores. Esse impacto também acaba afetando as mulheres em razão da sua sobrecarga nos cuidados com a família, uma vez que na comunidade são as responsáveis pelo amparo doméstico.

Este risco foi considerado negativo, a ocorrer na etapa de instalação onde haverá a circulação de trabalhadores, considerado de provável ocorrência, haja visto o problema já ser uma pauta na aleia, de magnitude moderada resultando uma significância média.

Em diálogo com as famílias Tembé, em especial as mulheres e jovens, existe uma reflexão acerca da possibilidade de que os trabalhadores possam ficar alojados fora da aldeia, nas vilas próximas a Terra Indígena, o que geraria uma situação de segurança em relação a possíveis assédios em horários fora de turno. Aplicada as medidas, dialogadas de forma aberta com os Tembé, associadas ao código de conduta que pretendem produzir, o risco pode ser considerado improvável, mas de significância baixa.

7.2.10 Risco de assédio para venda de caça e peixe

Esse risco se relaciona com o histórico de assédio, incluindo invasões à TI ARG, para caça e pesca ilegais praticadas por não indígenas. É sabido que a demanda por carne de caça e pesca é muito grande, em especial na Amazônia, e considerando que a região do Gurupi é uma das poucas áreas da região ainda considerada preservada, a oferta de caça e pesca é

provavelmente maior nesse local, potencializando esse risco. Além disso, o município de Paragominas é mencionado como um dos locais mais visados para a apanha de espécies silvestres, bem como o aeroporto de Belém é considerado uma das principais rotas utilizadas pelo tráfico (RENCTAS, 2001). Por fim, cabe lembrar que problemas nesse sentido já ocorreram na aldeia, quando alguns indígenas facilitavam a caça e a pesca ilegais na região do Gurupi, conforme relatado pelos Tembé durante o trabalho em campo. Associado a isso está o fato de que se trata de uma população de baixa renda monetária, que nesse caso também atua como potencializador.

Nesse contexto, esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Natural) e significância média.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que seja considerada e discutida medidas que visem a conscientização dos indígenas, mas principalmente a conscientização dos trabalhadores externos, em especial ao que se refere à legislação vigente e salvaguardas internacionais. Em um segundo cenário, se as medidas adotadas forem efetivas, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada, rebaixando a significância para a categoria baixa.

7.2.11 Risco de assédio para venda de madeira

Da mesma forma que a caça e a pesca, esse risco se relaciona com o histórico de assédio, incluindo invasões à TI ARG, para extração ilegal de madeira praticada por não indígenas e indígenas. O próprio histórico de ocupação da região e o fato de a região do Gurupi ainda abrigar espécies visadas de madeira potencializa esse risco. Apesar de os conflitos por esse motivo terem aparentemente cessado, tanto com fazendeiros quanto entre os Tembé, esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação, de ocorrência improvável, magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Natural) e significância baixa.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que seja considerada e discutida medidas que visem a conscientização dos indígenas, mas principalmente a conscientização dos trabalhadores externos, em especial ao que se refere à legislação vigente e salvaguardas internacionais. Em um segundo cenário, se as medidas adotadas forem efetivas, esse risco ainda assim segue classificado como negativo, de ocorrência improvável, magnitude moderada e significância baixa.

7.2.12 Risco de desabastecimento de água da aldeia

Esse risco está associado a falta de água na aldeia para uso da comunidade em função do aumento da demanda da rede existente durante a etapa de obras. Como já relatado no capital físico, a estrutura de abastecimento de água potável da aldeia Cajueiro é precária,

um poço de menor capacidade que possui uma água de qualidade ruim e outro poço, mais recente, porém instável dada a oscilante rede de energia elétrica que atende a aldeia, além do sistema não atender a todas as casas da comunidade. Existe inclusive o risco em relação ao próprio Programa (BID/Seduc) ser realizado, pois a obra será impactada diretamente com a escassez e/ou falta deste recurso no local.

Dessa forma, esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência certa, magnitude moderada por afetar quatro capitais (Humano, Social, Natural e Físico) e significância alta.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra é imprescindível que sejam consideradas e discutidas medidas que visem ou a melhoria da captação, armazenamento e distribuição de água para a comunidade e consecutivamente para a obra, ou uma estrutura independente para obra que contemple sua etapa de operação. Ainda deve-se levar em consideração as melhores práticas e legislação vigente da construção civil no que se relaciona ao não desperdício e economia de água no canteiro de obras, bem como a possibilidade de uso de tecnologias sustentáveis de reaproveitamento de água da chuva e placa solar por exemplo, durante a fase de operação da escola. Estas medidas podem gerar benefícios aos Tembé, incluindo promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos essenciais.

Em um segundo cenário, se as medidas sugeridas forem adotadas de forma efetiva, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada, diminuindo a significância para baixa.

7.2.13 Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos

Esse risco se refere ao aumento de ruídos diversos e frequentes e respectivos incômodos que irão ocorrer durante a fase de instalação da obra para todos os moradores da aldeia. Se tem ciência que durante uma obra, ainda mais do porte de uma escola em uma aldeia indígena, existe um maior fluxo de caminhões e máquinas pesadas circulando nos ramais próximos e ruas da aldeia do que o habitual. Considerando ainda a proximidade da obra abandonada já existente da Seduc em relação às casas do entorno imediato e escola municipal, o impacto do ruído constante e seus respectivos incômodos no cotidiano da aldeia serão inevitáveis.

Esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência certa, magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Físico) e significância alta.

Para este risco elencado, mesmo que seja discutido no Plano de Consulta durante a fase de planejamento, é praticamente impossível que alguma medida cause efeito de mitigação a ponto de haver uma redução na probabilidade de sua ocorrência. Ou seja, durante a fase de implantação da obra é indissociável que se tenha um alto nível de emissão de ruídos. Pode-se recomendar um calendário de horários, não permitindo obra aos fins de semana, um

curso de conscientização dos trabalhadores acerca do entorno, ou um maior controle do fluxo de caminhões e máquinas pesadas. Entretanto, em um segundo cenário, dificilmente existirá uma medida efetiva que faça com que as classificações desse risco possam ser alteradas. Assim, ele continua sendo de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência certa, magnitude moderada e significância alta.

7.2.14 Risco de desabastecimento de energia elétrica da aldeia

Esse risco está diretamente relacionado à falta de energia elétrica para a comunidade da aldeia e seu respectivo impacto no cotidiano dos indígenas. Como já relatado no capital físico, a rede de energia elétrica que atende a aldeia Cajueiro é instável e sofre diversos e pequenos cortes de fornecimento ao longo do dia. Os postes que margeiam os ramais de acesso estão malconservados e são constantes as ligações irregulares realizadas na rede, quer seja pela baixa efetividade dos serviços de atendimento da empresa fornecedora, ou pela necessária expansão da rede para as novas residências da aldeia. Este risco também afeta o Programa (BID/Seduc) a ser realizado, pois a obra será impactada diretamente com a escassez e/ou falta deste recurso no local.

Esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação da obra, de ocorrência certa, magnitude moderada por afetar quatro capitais (Humano, Social, Financeiro e Físico) e significância alta.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra é imprescindível que sejam consideradas e discutidas medidas que visem a melhoria da rede de distribuição da energia elétrica na aldeia Cajueiro (preferencialmente), atentando a quem pagará estes custos relacionados a obra, ou uma solução autossuficiente para obra, como o uso de geradores, mas que não é indicada pois aumentaria ainda mais a emissão de ruídos da obra. A medida relacionada à melhoria da rede de distribuição de energia na aldeia é uma oportunidade identificada para gerar benefícios aos Tembé, incluindo melhorar seu padrão de vida, e promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos essenciais.

Ainda deve-se levar em consideração as melhores práticas e legislação vigente da construção civil no que se relaciona ao não desperdício e economia de energia elétrica no canteiro de obras, bem como a possibilidade de uso de tecnologias com fonte de energia renovável, por exemplo, painéis solares ou janelas mais amplas para privilegiar a iluminação natural durante a fase de operação da escola.

Em um segundo cenário, se as medidas sugeridas forem adotadas de forma efetiva, esse risco segue classificado como negativo, mas de ocorrência improvável e magnitude moderada, diminuindo a significância para baixa.

7.2.15 Risco do uso do capital natural na obra (madeira, areia, cascalho)

Esse risco se refere a possibilidade de utilização de matéria prima da TI ARG na obra em si, em especial cita-se madeira e areia para a obra da escola. Não é incomum, por experiência desta equipe técnica, observar essa prática em muitas Terras Indígenas no Brasil sob o argumento de que seria ou uma contrapartida dos beneficiários, nesse caso os Tembé, ou como forma de baratear e viabilizar as obras. No entanto cabe evidenciar que esta prática se enquadra em atividades que precedem de licenciamento ambiental, por se tratar de recursos extraídos de Terras Indígenas, de usufruto exclusivo desta comunidade. Essa prática inclusive foi verificada na aldeia Cajueiro, com uso de cascalho da TI ARG para obras de manutenção do ramal. Estas ações podem ser dialogadas, desde que se envolva o órgão indigenista no processo de validação e formalização da atividade. Esse risco foi classificado como de natureza negativa, previsto para ocorrer na fase de instalação, de ocorrência provável, magnitude moderada por afetar três capitais (Humano, Social e Natural) e significância média.

Assim, durante a fase de consulta e planejamento da obra recomenda-se que seja considerada e discutida medidas que visem evitar o uso dos recursos da Terra Indígena.. Em um segundo cenário, se as medidas definidas e adotadas forem efetivas, esse risco ainda que siga classificado como negativo, tem sua ocorrência improvável e magnitude moderada, rebaixando a categoria de significância para baixa.

8. PLANO DE AÇÃO SOCIOCULTURAL

8.1 Medidas de Mitigação e Monitoramento

Como descrito no Capítulo 7, os riscos se relacionam majoritariamente à afetação de atividades imprescindíveis à subsistência e reprodução de valores culturais da comunidade, bem como evidenciam uma significância média, o que pode afetar seu modo de vida de forma cotidiana, na relação estabelecida com o território. Os riscos se relacionam também às vulnerabilidades já vivenciadas dos capitais, que se somam ao potencial de afetação dos recursos existentes. Desta forma, medidas relacionadas a mitigar as chances de os riscos ocorrerem devem ser executadas desde a fase do planejamento até a entrega da obra, em diálogo sistematizado pelo Plano de Consulta para identificar problemas, dialogar sobre soluções e monitorar as ações, que podem e devem ser adaptadas em diálogo com os Tembé dada a avaliação de sua efetividade.

Os riscos, quando avaliados antes da implantação das medidas, tinham a significância majoritariamente média. Porém, a reavaliação após a implantação das medidas indicou significância baixa para quase todos os riscos, com exceção de dois: Potencializar o grau de participação e consulta da comunidade, que tem natureza positiva e significância alta, e o Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos, pois esse é irreversível, mas previsto para ocorrer apenas durante a obra, conforme exposto na Tabela *3*.

Tabela 3 - Matriz de medidas de mitigação dos riscos relacionados à execução do Programa_Componente 1.

Risco identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida	
		Probabilidade	Significância
Risco de interferência em rituais e festas	- Adequar o calendário da obra para paralização do trabalho durante os rituais Tembé de maior duração, nos meses de maio e dezembro.; - Elaborar um Código de conduta Tembé e capacitar, com a ajuda do mutuário, empreiteira e trabalhadores sobre suas especificidades culturais alertando sobre penalidades em relação ao não cumprimento de salvaguardas.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos prévios, as queixas são capturadas no início e permanecem no nível local gerando resultados positivos.
Potencializar o grau de participação (CPI) e garantir o processo de consulta livre, prévia e informada (CLPI)	- Realizar um processo de consulta continuado, que seja iniciado com tempo adequado, de forma prévia a cada etapa da obra, registrando a decisões alinhadas sobre as medidas para monitoramento.	**Certo**	**Alta** Devido aos diálogos constantes, as queixas são capturadas no início e permanecem no nível local gerando resultados positivos.
Risco de desrespeito às salvaguardas relacionadas às adequações culturais do projeto arquitetônico	- Implementar o Plano de Consulta continuado, que seja iniciado com tempo adequado, de forma prévia a etapa de panejamento da obra, estimulando reflexões e negociações sobre adequações culturais ao Programa.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de introdução de doenças	- possibilidade de contratação de mão de obra Tembé; - Exigência de um Protocolo Sanitário para trabalhadores externos-(comprovante de vacinação atualizado, com esquema vacinal completo para Covid-19, acompanhado de atestado médico de saúde não portador de moléstia contagiosa); - Evitar a utilização do Posto de Saúde da aldeia pelos trabalhadores externos.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de acidentes no canteiro de obra e vias de acesso	- Medidas culturalmente adequas dialogadas com os Tembé no Plano de Consulta para evitar a circulação de indígenas no entorno	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar

Risco identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida	
		Probabilidade	Significância
	da obra: avisos visuais e avisos sonoros prévios a circulação de maquinários nas vias de acesso dentro da aldeia; - Atendimento as normas de segurança impostas por normativas e legislação de gestão de tráfegos de veículos em local com presença de pessoas.		resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de conflitos na governança interna entre aldeias	- Engajamento das partes interessadas com deslocamento dos representantes das outras aldeias de responsabilidade do mutuário durante as etapas de consulta.	**Improvável**	**Baixa** Consulta as partes interessadas oferecem uma fonte importante de validação das decisões, aprimora a qualidade das medidas e permite que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa.
Risco de conflitos na governança externa com instituições parceiras	- Engajamento das partes interessadas realizado de forma prévia e formal entre os entes da federação-Funai.	**Improvável**	**Baixa** Consulta as partes interessadas oferecem uma fonte importante de validação das decisões, aprimora a qualidade das medidas e permite que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa.
Risco de assédio a mulheres e crianças	- Evitar alojamento dos trabalhadores na Terra Indígena, viabilizando local de estadia nas vilas do entorno com transporte diário nos turnos de trabalho; - Elaborar um Código de conduta Tembé e capacitar, com a ajuda do mutuário, empreiteira e trabalhadores sobre suas especificidades socioculturais alertando sobre penalidades em relação ao não cumprimento.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as queixas são manifestadas durante o Programa e tem chances de evitar penalidades e impactos em respeito as salvaguardas.
Risco de assédio aos jovens por introdução de álcool e drogas	- Evitar alojamento dos trabalhadores na Terra Indígena, viabilizando local de estadia nas vilas do entorno com transporte diário nos turnos de trabalho; - Elaborar um Código de conduta Tembé e capacitar, com a ajuda do mutuário, empreiteira e trabalhadores sobre suas especificidades socioculturais alertando sobre penalidades em relação ao não cumprimento.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as queixas são manifestadas durante o Programa e tem chances de evitar penalidades e impactos em respeito as salvaguardas.

Risco identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida	
		Probabilidade	Significância
Risco de assédio para venda de caça e peixe	- Capacitar os trabalhadores externos, em especial ao que se refere à legislação vigente e salvaguardas internacionais; - Elaborar um Código de conduta Tembé e capacitar, com a ajuda do mutuário, empreiteira e trabalhadores sobre suas especificidades socioculturais alertando sobre penalidades em relação ao não cumprimento.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as queixas são manifestadas durante o Programa e tem chances de evitar penalidades e impactos em respeito as salvaguardas.
Risco de assédio para venda de madeira	- Capacitar os trabalhadores externos, em especial ao que se refere à legislação vigente e salvaguardas internacionais; - Elaborar um Código de conduta Tembé e capacitar, com a ajuda do mutuário, empreiteira e trabalhadores sobre suas especificidades socioculturais alertando sobre penalidades em relação ao não cumprimento.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos constantes, as queixas são manifestadas durante o Programa e tem chances de evitar penalidades e impactos em respeito as salvaguardas.
Risco de desabastecimento de água da aldeia	- Construir sistema próprio de abastecimento de água para obra, na perspectiva de atender a operação da escola após a entrega da obra.	**Improvável**	**Baixa** Devido aos diálogos prévios e a identificação de vulnerabilidades, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de incômodos relacionados à emissão de ruídos	- Diálogo sobre calendário de horários da obra, evitando atividade aos fins de semana e períodos noturnos; - Capacitação dos trabalhadores acerca do entorno, e maior controle do fluxo de caminhões e máquinas pesadas.	**Certo**	**Alta** Devido aos diálogos prévios e a identificação de vulnerabilidades, as sugestões são negociadas no início e tem chances de gerar resultados positivos para as partes em respeito as salvaguardas.
Risco de desabastecimento de energia elétrica da aldeia	- Melhoria da rede de distribuição de energia elétrica da aldeia em diálogo com a empresa de fornecimento de energia.	**Improvável**	**Baixa** As oportunidades identificadas nas medidas devem ter como objetivo gerar benefícios ao beneficiário, incluindo melhorar seu padrão de vida, e promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos essenciais.
Risco do uso do capital natural na obra (madeira, areia, cascalho)	- Proibição de uso de qualquer recurso natural da Terra Indígena. Esta proibição de estende a água superficial, solo, areia, cascalho e madeira.	**Improvável**	**Baixa** Consulta as partes interessadas oferecem uma fonte importante de validação das decisões, aprimora a qualidade das medidas e permite que

Risco identificado	Sugestão de Medida	Pós Medida	
		Probabilidade	Significância
			as pessoas, inclusive o mutuário, compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa.

Relevante considerar que as medidas aqui sugeridas não foram dialogadas de forma sistemática com o Povo Tembé e são apenas recomendações e/ou diretrizes desta equipe técnica a partir da reflexão com as famílias presentes nos levantamentos de campo. Desta forma, todos os riscos aqui considerados devem ser novamente abordados com os Tembé na implementação do Plano de Consulta, considerando as etapas antes do planejamento (avaliação da obra e projeto arquitetônico) e planejamento, instalação e operação da obra.

As medidas sugeridas pretendem garantir que o povo Tembé não seja afetado por nenhum impacto de forma significativa e que receba benefícios sociais e estruturais culturalmente adequados quando possível incluindo promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos essenciais Este plano de ação baseia-se nas vulnerabilidades socioculturais identificadas na aldeia Cajueiro e devem estar em total consonância com o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) sobre os povos indígenas do BID, incluindo:

1. Implementar as medidas em conformidade com os diálogos e decisões estabelecidas no processo de Consulta, que deve ser executado de forma prévia a todas as etapas da obra, sendo incluídas etapas de avaliação de queixas entre elas;
2. Implementar medidas socioculturalmente adequadas e sustentáveis;
3. Respeitar, os saberes tradicionais, o patrimônio cultural, o patrimônio natural, o capital social e os sistemas específicos aos povos indígenas no que diz respeito aos sistemas social, econômico, linguístico e espiritual;
4. Adaptar, guardadas as especificidades de garantia da entrega da obra, serviços e outras atividades para facilitar o acesso a benefícios pelos indígenas, incluindo tratamento equitativo na possibilidade de contratação de qualquer serviço e, sempre que possível, procedimentos e critérios adequados e Programas de capacitação para esta garantia;
5. Elaborar medidas e/ou atividades complementares através de um processo de negociação de boa-fé com a comunidade indígena afetada e dialogado previamente no processo de consulta;
6. Onde os riscos são inevitáveis o mutuário minimizará esses impactos de uma maneira culturalmente apropriada, proporcional à natureza e escala de tais impactos e à vulnerabilidade da comunidade;
7. Onde alternativas foram exploradas e impactos adversos são inevitáveis, as ações propostas pelo mutuário devem ser desenvolvidas de forma participativa com a comunidade afetada e exige do mutuário capacidade profissional especializada e exclusiva;
8. As oportunidades identificadas nas medidas devem ter como objetivo abordar as metas e preferências do povo Tembé, incluindo melhorar seu padrão de vida de uma maneira culturalmente apropriada, e promover a sustentabilidade a longo prazo dos recursos naturais dos quais dependem e podem ter relação direta com a obra, em

especial estruturas de abastecimento, saneamento e energia;

9. Recomenda-se ao mutuário a adoção de penalidades contratuais à empreiteira, no caso de não atendimento dos requisitos deste PDAS 7 e das decisões definidas no processo de consulta, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas;
10. O mutuário deve colaborar e estimular todos os órgãos governamentais responsáveis para alcançar resultados consistentes com os objetivos do Padrão de Desempenho Ambiental e Social sobre os povos indígenas.

Em relação ao monitoramento das medidas, deve ser definida junto aos beneficiários, o povo Tembé, atividades participativas para o monitoramento das medidas definidas no processo de consulta. Para isso durante a execução do Plano de Consulta deve ser identificado a possibilidade de que a Comissão Tembé, e/ou outras pessoas definidas pelos Tembé, possam acompanhar as medidas de forma culturalmente adequadas, utilizando fotos e outros mecanismos que os beneficiários acharem culturalmente adequados, bem como identificando prazos e indicadores comunitários para avaliação das medidas ao longo do processo de implantação da obra.

- Monitorar e medir a eficácia do Programa de gerenciamento do mutuário e o cumprimento de quaisquer obrigações legais, exigências regulatórias relacionadas e decisões alinhadas no Plano de Consulta;
- Registrar informações e indicadores comunitários para monitorar o desempenho e estabelecer controles operacionais relevantes junto ao povo Tembé;
- Planejar avaliações regulares e culturalmente adequadas da eficácia das medidas, com base na coleta e análise de dados relevantes e avaliação dos indicadores comunitários de forma participativa.

9. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os povos indígenas pertencem às populações socioculturais mais vulneráveis. As prerrogativas de direitos relacionados a eles devem ser incluídas no Programa_Componente 1 a partir da implementação do Plano de Consulta continuado, mesmo que o mutuário não tenha experiência na sua execução, esta é uma oportunidade para aprendizados mútuos. Considera-se relevante aumentar a capacidade organizacional do mutuário contratando um profissional com experiência na realização deste processo com povos indígenas.

A obra na perspectiva de suas dimensões e riscos estritamente ambientais é perfeitamente viável, guardadas as considerações relacionadas à implantação das medidas mitigadoras direcionadas às condições de vulnerabilidade da aldeia Cajueiro e famílias que circulam na aldeia e a correta gestão ambiental e social da obra, em especial relacionas à criteriosa avaliação da oba abandonada, em respeito as reflexões dialogadas com os Tembé na etapa de pré-consulta executada por esta equipe técnica e descritas neste documento.

Na sua dimensão social, os riscos identificados podem ser mitigados para reduzir seus impactos, considerando sempre as decisões que serão alinhadas no Plano de Consulta e guiadas pela avaliação em tela. Em especial esta equipe considera altamente relevante que o mutuário redobre os esforços organizacionais para viabilizar o alojamento dos trabalhadores fora da Terra Indígena, o que seria uma medida bastante adequada a salvaguardar os aspectos mais relevantes da avaliação.

Por fim recomenda-se que as medidas aqui sugeridas e dialogadas com os Tembé para reduzir impactos sejam dialogada de forma sistemática no processo de consulta e registradas para monitoramento, e devem ser incorporadas no correspondente Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) do Programa.

10. REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ALONSO, S. Os Tembé de Guamá: processo de construção da cultura e identidade Tembé. Dissertação de mestrado, Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 231f., 1996.

AMAZÔNIA REAL. A luta dos Tembé contra invasores, queimadas e Covid-19. 2021. Disponível em <https://amazoniareal.com.br/a-luta-dos-tembe-contra-invasores-queimadas-e-covid-19/> Acessado em janeiro de 2023.

BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J.; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Org.). A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira. Manaus: IBAMA/ProVárzea, p. 63-152. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola. Cadernos SECAD/MEC 3. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Brasília: Inep, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para escolas indígenas. Brasília: 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Situação Epidemiológica da Malária. Dispoível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria/situacao-epidemiologica-da-malaria-1#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o,da%20Regi%C3%A3o%20Africana%20da%20OMS.> Acessado em janeiro de 2023.

CRISTO, J. P.; GONÇALVES, A. F.; SILVEIRA, A. S. e JÚNIOR, A. P. Casos de malária notificados nos últimos anos no município de Paragominas, PA. As múltiplas visões do meio ambiente e os impactos ambientais - Volume 3, capítulo 14. 2020.

DIAS, C. L. O Povo Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá: construindo vias de desenvolvimento local? Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 140p., 2010.

ECAM. Equipe de Conservação da Amazônia. Povo Tembé Tenetehar da Terra Indígena Alto Rio Guamá. Plano de Gestão Terra Indígena Alto Rio Guamá. Organizadoras Meline Machado e Vanessa Eyng. Brasília: ECAM, 2018.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries: Evidence and policy implications. Natural Resource Perspectives, n. 40, p. 1-7, 1999.

FÉLIX DE MELO, J. R. Implicações do uso do álcool na comunidade indígena potiguara. Physis-Revista de Saúde Coletiva, v. 21, n. 1, 2011.

GALLOIS, D. T. (coord.). Sociedades indígenas e suas fronteiras na região sudeste das Guianas. São Paulo, NHII-USP, 2004.

GIULATTI, N. M.; RODRIGUES, A. B. M.; BRITO, V. L.; SILVA, I. A. V. e JUNIOR, A. P. Demanda bioquímica e química de Oxigênio no rio Uraim e o processo de urbanização no município de Paragominas-PA. IX Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, XV Encontro Nacional de Estudantes de Engenharia Ambiental e III Fórum Latino-Americano de Engenharia e Sustentabilidade, 2017. Disponível em <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/xveneeamb/094.pdf> Acessado em janeiro de 2023.

GOMES, M. P. O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HASSAN, R.M.; SCHOLES, R.; ASH, N. Ecosystems and Human Well-Being: current state and trends. Washington: Island Press, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Clima do Brasil. Escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro: IBGE. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Unidades de Relevo do Brasil. Escala 1:5.000.000. IBGE. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de Vegetação do estado do Pará. Escala 1:1.800.000. IBGE. 2008.

IMAZON. Boletim do Desmatamento. Disponível em <https://imazon.org.br/categorias/boletim-do-desmatamento/> Acessado em janeiro de 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica 2020: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Patrimônio Cultural Tembé-Tenetehara: Terra Indígena Alto Rio Guamá. / Ivânia dos Santos Neves, Ana Shirley Penaforte Cardoso. – Belém: Iphan-PA. P. 37, 2015.

JUNK, W. K. e WELCOMME, R. L. Management of floodplains. In. B. C. Patten (ed.). Wetlands and shallow continental water bodies. SPB Academic Publishing, The Hague, v.1, Netherlands, 1989.

NUNES, A. Brincando de ser Criança: Contribuições da Etnologia Indígena Brasileira à Antropologia da Infância. Tese de doutorado. Lisboa, Portugal: Departamento de Antropologia do ISCTE, 341 f., 2003.

OBERDORFF, T., DIAS, M.S., JÉZÉQUEL, C., ALBERT, J.S., ARANTES, C.C., BIGORNE, R., CARVAJAL-VALLEROS, F.M., WEVER, A., FREDERICO, R. G., HIDALGO, M., HUGUENY, B., LEPRIEUR, F., MALDONADO, M., MALDONADO-OCAMPO, J., MARTENS, K., ORTEGA, H., SARMIENTO, J., TEDESCO, P.A., TORRENTE-VILARA, G., WINEMILLER, K.O., & ZUANON, J. Unexpected fish diversity gradients in the Amazon basin. Science Advances, 5: 1-9. 2019.

PARAENSE DA PAIXÃO, A. J. Interculturalidade e Política na Educação Escolar Indígena na Aldeia Teko Haw - Pará. Tese de doutorado, PUC Rio de Janeiro, 2010.

POLIFÔNICAS. Estudo Socioambiental: Diagnóstico e avaliação de impactos na Comunidade Jauari, PAE Juruti Velho. Juruti, Pará, 2021.

PONTES, V. S. Os Tenetehar-Tembé do Guamá e do Gurupi, povo verdadeiro!: "saúde diferenciada", território e indianidade na ação pública local. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

PONTES, V. S.; RIBEIRO, B. E. S.; SANTOS, A. S.; BENTES, L. V. "Tudo a gente depende da floresta": saúde indígena, saberes tradicionais e territorialidade entre os Tenetehar-Tembé (Terra Indígena Alto Rio Guamá - Pará, Brasil). In: Célia Maria Coêlho Brito. (Org.). Investigação Científica Fibra - Farmácia. 1ed.Belém: Centro Universitário Fibra, v. 1, p. 13-67, 2021.

RÊGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. Ciência Hoje, Rio de Janeiro, v. 25, p. 62-65, 1999.

RENCTAS. Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. 1º Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres. 2001.

ROVERSI, C. A. Destinação dos resíduos sólidos no meio rural. Monografia de Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 49f., 2013.

SALES, N. P. Pressão e resistência: os índios Tembe-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território. Belém: Unama, 1999.

SANTOS, G. M. & SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. Estud. Av., 19(54): 165-182. 2005. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005000200010

SANTOS, H. N. R. Modos de Perceber e Representar o Ambiente e o Espaço no Ensino de Geografia Realizado por ´Professores Indígenas Tembé da Aldeia Cajueiro – Paragominas – PA. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SCOONES, I. Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis. IDS working paper, Brighton, n. 72., p. 1-22, 1998.

SEMA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará. Belém, 2012.

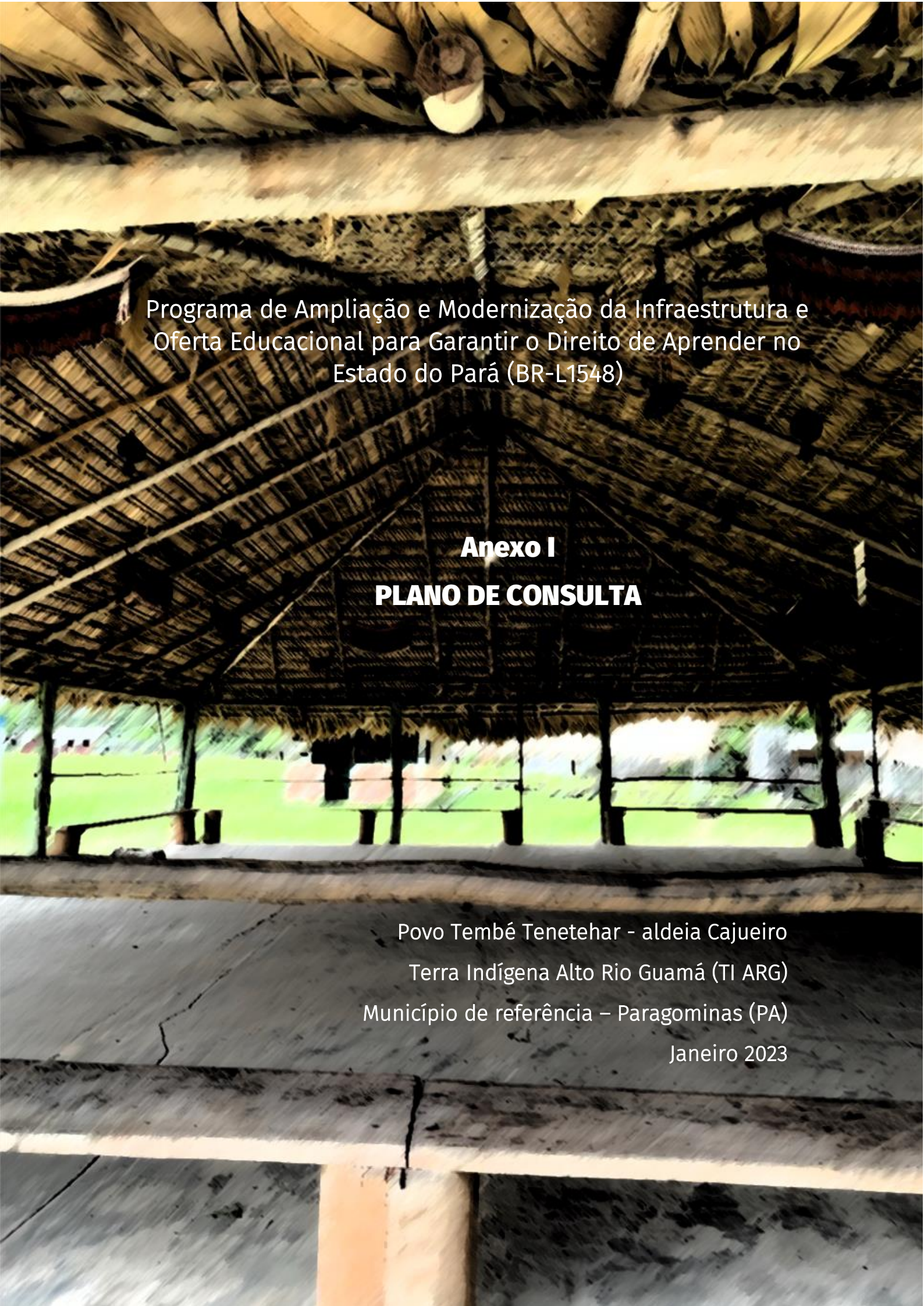
UNESCO. Plano Nacional e Educação-Brasilia: Senado Federal, 2001. Disponível em <http://mapeal.cippec.org/wp-content/uploads/2014/07/Plano-Nacional-de-Educacao-2001.pdf> Acessado em dezembro de 2022.

WAGLEY, C.; GALVÃO, E. Os índios Tenetehara: uma cultura em transição. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

ANEXO I

Plano de Consulta do Povo Tembé Tenetehar

Aldeia Cajueiro e aldeias do entorno



Programa de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantir o Direito de Aprender no Estado do Pará (BR-L1548)

Anexo I

PLANO DE CONSULTA

Povo Tembé Tenetehar - aldeia Cajueiro

Terra Indígena Alto Rio Guamá (TI ARG)

Município de referência – Paragominas (PA)

Janeiro 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS 7
3. ENGAJAMENTO DOS TEMBÉ DA ALDEIA CAJUEIRO 12
3.1 Desenho de Engajamento: Princípios e Abordagem 14
3.1.1 Princípio 1: Respeitar as características culturais dos Tembé 14
3.1.2 Princípio 2: Considerar a aldeia Cajueiro e representantes das aldeias do entorno como partes legítimas do processo. 14
3.1.3 Princípio 3: Considerar o deslocamento das partes interessadas 15
3.1.4 Princípio 4: Considerar aspectos de idade e gênero 15
3.1.5 Princípio 5: Reconhecer os direitos e o conhecimento dos Tembé 16
3.1.6 Princípio 6: Criar um processo de aprendizagem mútua 16
3.1.7 Princípio 7: Garantir transparência e comunicação dos resultados 16
3.1.8 Princípio 8: Construir sobre sistemas existentes 17
3.1.9 Princípio 9: Proporcionar oportunidades para reclamação e denúncias – Mecanismo de Reparação de Queixa (MRQ) 17
3.2 Aproximação e nível de participação 18
3.2.1 Atividades de engajamento 19
4. MODELO DE FACILITAÇÃO/MEDIAÇÃO 23
4.1 Facilitação de Reunião 24
4.2 Abordagem Participativa 25
5. IMPLEMENTAÇÃO 28
5.1 Engajamento inicial 29
5.2 Recursos humanos e materiais 29
6. MECANISMO DE REPARAÇÃO DE QUEIXAS (MRQ) 31
6.1 Objetivo 32
6.2 A construção do mecanismo de forma participativa 33
6.2.1 Etapa 1: receber e reconhecer uma reclamação 33
6.2.2 Etapa 2: avaliar, atribuir responsabilidade e investigar 33
6.2.3 Etapa 3: consultar e implementar a resolução 34
7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 35

Aviso: As fotos utilizadas neste documento foram tiradas pela equipe técnica com consentimento das comunidades.

1. INTRODUÇÃO

Esse Plano de Consulta faz parte da Avaliação Sociocultural (CSA em inglês) elaborada por consultoria independente para um empréstimo solicitado pela Secretaria de Educação do Estado do Pará a ser financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O objetivo é atender o Componente 1 do Programa BR-L1548 - Cobertura e Qualidade da Infraestrutura de Educação, a ser implementado nas comunidades indígenas e tradicionais indicadas e representadas por uma amostra. Desta forma este documento é parte da avaliação elaborada e deve ser executado em consonância com as questões apontadas.

A consulta transparente e significativa às principais partes interessadas é um elemento imprescindível tanto do processo decisório prévio e bem fundamentado, quanto da boa governança do Programa. No Brasil, o processo de consulta relacionado ao planejamento, aprovação e implementação de projetos que possam afetar povos indígenas e comunidades tradicionais é uma exigência legal. Além disso, o BID, como instituição financeira internacional, adota políticas e procedimentos para incorporar a consulta às partes interessadas, em especial quando se trata de povos indígenas e comunidades tradicionais, que devem ser cumpridas, monitoradas e registradas como parte importante dos documentos formais do contrato com o mutuário, conforme indica o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 7 (PDAS 7) Povos Indígenas.

Nos Programas financiados pelo BID, a consulta às partes interessadas é responsabilidade do mutuário. O BID tem a responsabilidade de assegurar que ele mantenha conformidade com as políticas e requisitos pertinentes ao longo de todo o ciclo do Programa, além de funções complementares às do mutuário, que são: explicar, assessorar, prestar assistência e verificar.

Entre os principais objetivos e benefícios da implementação do Plano de Consulta às partes interessadas destacam-se:

- Registra os pontos de vista e percepções das pessoas afetadas pelo Programa e oferece uma forma de levar em consideração suas opiniões e preocupações como contribuições para aprimorar o planejamento e a implementação do Programa, evitando ou reduzindo seus impactos adversos e ampliando os benefícios;
- Permite que as partes envolvidas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Programa;
- Transparência e participação das partes interessadas contribuem para aumentar a confiança, a aceitação do Programa e a apropriação local, que são essenciais para a sustentabilidade dos projetos e seus resultados no desenvolvimento, neste caso nos serviços de educação.

Neste contexto, de forma complementar, cabe evidenciar que muitas vezes o mutuário apresenta preocupação de que o processo de consulta possa atrasar o planejamento e a implementação do Programa, apontando aumento de custos, evidenciando tensões pré-existentes e/ou gerando expectativas desproporcionais à capacidade organizacional. Essas preocupações são válidas, mas evitar a interação participativa com as partes interessadas não elimina esses problemas. Pelo contrário, isso pode exacerbá-los e fomentar suspeitas

que geram conflitos, judicializações e até paralisação do Programa. O BID considera que a boa consulta às partes interessadas não é uma simples obrigatoriedade, mas também agrega valor real ao Programa e contribui para uma sociedade mais justa, que respeita os diferentes modos de vida. Como contribuição geral ao processo de consulta, esta equipe sugere:

a) Assegurar que a preparação e o processo de consulta às partes interessadas comecem o mais cedo possível no ciclo do Programa e não se limite a reuniões decisórias de meio período. A consulta às partes interessadas requer participação, o que demanda tempo adequado de escuta e negociação. Se o processo começar muito tardiamente, não haverá tempo suficiente para realizar as consultas de forma eficiente, o que essencialmente implica na consideração legítima das opiniões e preocupações dos Tembé vinculadas às decisões relacionadas ao planejamento e implementação do Programa. O momento das consultas e todo o processo precisam ser cuidadosamente mapeados e o cronograma deve coincidir com os requisitos de divulgação, aprovação e outros marcos do Programa. Um erro frequente é encarar a consulta como um item separado e não relacionado com outros elementos de planejamento do projeto, como adaptações culturais da arquitetura por exemplo, e considerá-la apenas um procedimento informativo;
b) Os atrasos e custos podem ser reduzidos se houver clareza em relação aos requisitos e boas práticas e assegurando que a comunidade e o mutuário, responsável pela consulta, disponha das competências e recursos necessários para gerir o processo. Não raro, os atrasos são causados por planejamento ou implementação deficiente do processo de consulta, em que a carência de competências ou a escuta insuficiente das considerações ambientais ou socioculturais no processo decisório podem levar a erros dispendiosos;
c) O princípio da proporcionalidade deve nortear o grau de esforço implementado no processo de consulta. No caso do Programa BR-L1548 em tela, definido como categoria B[1], o risco é moderado e deve contar com um diálogo de duas vias com as partes interessadas afetadas e não simplesmente divulgação de informação. Como descrito no documento de Avaliação Sociocultural (CSA), além dos Programas de Gestão Ambiental e Social obrigatórios para o componente de obras, tendo em vista os aspectos legais, normativas e políticas ambientais do BID, a análise da amostra representativa com povos indígenas e comunidades tradicionais indica diretrizes de medidas específicas, dadas as especificidades socioculturais, socioambientais e prerrogativas de direitos das comunidades e devem ser respeitadas e dialogadas no processo decisório junto às comunidades.

Por fim, destaca-se que este documento busca ser um guia para implementação do Plano de Consulta junto ao Povo Tembé da aldeia Cajueiro e aldeias do entorno que utilizam o serviço de educação, e destaca as principais informações que devem ser consideradas para o planejamento do mutuário e etapas que devem ser seguidas para sua implementação. Espera-se com isso contemplar itens importantes que não podem faltar e que são parte dos

[1] Programas que apresentam impactos ambientais e/ou sociais potenciais e riscos que são menos adversos do que os de uma categoria A e que são geralmente limitados ao local do projeto, em grande parte reversíveis e podem ser mitigados através de medidas disponíveis e viáveis de serem implementadas no ciclo do programa.

requisitos obrigatórios para um processo efetivo. Como trata-se de um plano direcionado para a aldeia Cajueiro, localidade visitada pela equipe técnica em etapa considerada de pré-consulta, ou diagnóstico sociocultural, ele sistematiza informações importantes que foram dialogadas em campo, relacionadas ao modo de vida da comunidade e suas principais vulnerabilidades, e aponta diretrizes dialogadas com as famílias, em especial as medidas sugeridas para reduzir riscos, mas que de forma alguma devem ser consideradas únicas e definitivas, pois devem ser abordadas com os Tembé no processo de diálogo e nos momentos decisórios quando da implementação do processo de consulta pelo mutuário.

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS

A identificação das partes interessadas requer a compreensão básica sobre a natureza do Programa e do contexto local. Um dos principais objetivos da análise das partes interessadas é identificar com clareza aqueles que podem ser afetados negativamente pelos riscos/impactos do Programa ou injustamente excluídos de seus benefícios. Pessoas, grupos, organizações, entes federativos, pessoas chave etc., a avaliação prévia indica quem são as partes interessadas que devem ser engajadas no Plano de Consulta.

Em diálogo com os Tembé da aldeia Cajueiro foi possível identificar um pequeno grupo de partes interessadas que deve ser engajado para o processo de consulta por se relacionar de alguma forma com o Programa de infraestrutura escolar a ser implementado na aldeia. Na *Tabela 1* seguem sistematizadas as partes interessadas, sua área de atuação, interesses e/ou contribuição ao processo. Cabe evidenciar que na primeira etapa do Plano de Consulta podem ser alinhadas as fases de participação de cada parte interessada, não sendo obrigatório a participação em todas as etapas. Cabe em diálogo esta definição e interesse dos Tembé e mutuário a participação em momentos decisórios.

Tabela 1 - Identificação das partes interessadas.

Partes Interessadas	Informações Adicionais	Área de Atuação	Potenciais Preocupações ou Contribuições com o Programa
Comissão Tembé da aldeia Cajueiro	Instância interna de governança da aldeia. Formada por 8 ou 10 indivíduos, que inclui o cacique e lideranças de notórios saber em diferentes temas: educação, saúde, representante das famílias, dos jovens, das mulheres e guerreiros e guerreiras, a depender do assunto que será tratado. Composta por homens e mulheres.	Instância interna de governança da aldeia. Tratam de todos os assuntos de interesse da aldeia.	Interesse nas reflexões acerca da obra em suas diferentes etapas. As preocupações são relacionadas a trazer a estrutura escolar para aldeia, contribuindo para o processo de mitigação de impactos e gestão participativa no monitoramento das decisões.
Associação da Aldeia Cajueiro-*Zemikaghaw*	A Associação é composta por homens e mulheres e é formada por um presidente, um vice, um tesoureiro, uma secretária e três pessoas no conselho fiscal. Estas pessoas são eleitas por votação a cada 4 anos.	Esta associação trata de diferentes temas que envolvem a vida na aldeia e possui um CNPJ que permite aos Tembé acessar recursos, projetos e outros benefícios.	Interesse nas reflexões acerca da obra em suas diferentes etapas. As preocupações são relacionadas a trazer a estrutura escolar para a aldeia na perspectiva de que este processo fomente formação dos jovens para entrada na universidade.
Grupo de Jovens	Grupo formado por jovens Tembé de ambos os sexos da aldeia.	Fortalecimento da identidade Tembé.	As preocupações são relacionadas a evidenciar a cultura Tembé no processo de construção da escola e trazer a estrutura escolar para a aldeia na perspectiva de que este processo fomente formação dos jovens para entrada na universidade.

Partes Interessadas	Informações Adicionais	Área de Atuação	Potenciais Preocupações ou Contribuições com o Programa
Famílias da aldeia Cajueiro	As Famílias representam a unidade de produção Tembé e mantém entre elas relação de parentesco, afinidade e reciprocidade.	Atuam na coesão social da aldeia.	Interesse na infraestrutura escolar (operação) e interesse que não sejam expostos a impactos que podem alterar seu cotidiano, suas atividades e o equilíbrio da aldeia. Em especial são preocupadas com as crianças.
Representantes das 12 aldeias que utilizam o Polo Cajueiro	Caciques e lideranças das 12 aldeias que utilizam os serviços de saúde e educação da aldeia Polo Cajueiro: Sussuarana, Mangueira do Uraim, *Ka´apitepehar, Ka´akyr, Nazatyw,* Igarapé Grande, *Wahutyw,* Três Furos, *Tyré, Koyaka,* Mangueira e *Piahu.* OBS: O mutuário é o responsável pelo deslocamento e alimentação destes representantes para as reuniões durante o processo de consulta.	Atuam na governança local das aldeias próximas. Os alunos destas aldeias estudam no SOME na aldeia Cajueiro.	O interesse está em participar de todo o Plano de Consulta pois os temas de educação afetam suas aldeias. Hoje os jovens das aldeias frequentam o SOME no período noturno e seus filhos acabam ficando a semana na aldeia Cajueiro. Tem interesse de dialogar sobre impactos da obra, pois circulam na aldeia e sobre a etapa de operação, especificamente como será o diálogo com a Seduc sobre deslocamento dos alunos após construção da escola.
Funai	Coordenação Infraestrutura Comunitária (COIC), vinculada à Coordenação Geral de Promoção dos Diretos Sociais da Diretoria de Promoção de Desenvolvimento Sustentável (DPDS) é a responsável pela articulação interinstitucional voltada à garantia do acesso diferenciado aos direitos sociais e de cidadania dos povos indígenas, por meio do monitoramento das políticas	A Coordenação regional (CR) da Funai é do Baixo Tocantins, que se localiza em Marabá. Segundo os Tembé a articulação com o órgão se dá através da Coordenação Técnica Local (CTL) vinculada à CR Baixo Tocantins, mas localizada em Belém.	1. Interesse no cumprimento do processo de consulta livre, prévia e informada; 2. Contribuir com sua experiência para as medidas de mitigação em relação ao modo de vida do Povo Tembé; 3. Articular processos institucionais relevantes para o Programa, como a responsabilidade da cessão de direitos do espaço físico ao estado do Pará.

Partes Interessadas	Informações Adicionais	Área de Atuação	Potenciais Preocupações ou Contribuições com o Programa
	voltadas à seguridade social e educação escolar indígena.		
Secretaria Municipal de Educação (Semec) de Paragominas	Secretaria responsável pelo ensino Fundamental I e II na aldeia Cajueiro e pelo prédio da escola municipal onde hoje funciona o SOME. *deve ser dialogado com a Comissão de Caciques a presença da secretaria e em que etapas do Plano.	Apesar de não ser considerada pelos Tembé como diretamente envolvida, a prefeitura é responsável por vários equipamentos públicos na aldeia e pode auxiliar em temas relacionados às medidas e aprender como se implementa um processo de consulta.	O interesse da secretaria não é vinculante, haja visto que os Tembé entendem que tem boa articulação com a gestão municipal. Apesar disso, esta equipe considera relevante sua participação devido à gestão dos equipamentos públicos na aldeia e seu poder de articulação com a gestão municipal, que pode ser necessário em relação à execução das medidas. No mais, sugere-se que sua participação é válida para gerar aprendizado sobre o Plano de Consulta.

3.ENGAJAMENTO DOS TEMBÉ DA ALDEIA CAJUEIRO

O objetivo geral do engajamento do povo Tembé no Programa proposto é garantir a aceitação[2] e efetiva inclusão[3] dos grupos que compõem a comunidade, além de terem participação, interesse e direitos relacionados à execução do Programa e aqueles que serão afetados positiva ou negativamente pelos impactos e medida. O principal objetivo deste plano é apresentar uma estratégia de engajamento do povo Tembé no processo de consulta do Programa.

O engajamento pode ser pensado por etapas do Programa, que de forma geral pode ser Planejamento, Instalação e Operação[4]. Cada uma dessas etapas pode ser subdividida em diferentes atividades de troca de informações, diálogo, reflexões e processos decisórios, seguindo um cronograma previamente dialogado e dotada de registros escritos e visuais.

Além desse objetivo geral, o engajamento pretende cumprir objetivos específicos, que seguem elencados a seguir:

a) Transparência. Quando os Tembé e partes interessadas souberem o que se espera deles em cada etapa do Plano de Consulta, terão mais confiança no Programa a ser executado (legitimidade). Como o Programa de infraestrutura ainda está em fase de pré-projeto, é importante fornecer informações adequadas e com tempo suficiente em cada etapa, captando contribuições e reclamações. No geral, a etapa de planejamento pode requerer mais tempo no que diz respeito à avaliação da engenharia responsável sobre a obra abandonada e sobre o projeto arquitetônico.

b) Capacitação. O engajamento das partes interessadas deve aumentar a capacidade de garantir que os indígenas possam participar, especialmente jovens, mulheres e idosos. Para isso, a cada etapa é importante evidenciar o conteúdo didático da atividade permitindo que fique claro que o objetivo é o pleno entendimento de todos.

c) Responsabilidade. Engajar a comunidade em todas as etapas do Programa para melhorar a apropriação e a corresponsabilização, em especial nos momentos decisórios. Cabe evidenciar que decisões podem ser revistas, principalmente no que tange às medidas, devendo essas serem reavaliadas ao longo de todo o processo. Mas quando estão relacionadas a processos estruturais deve ser evidenciado seu caráter definitivo e ser proposto maior tempo de reflexão, caso pertinente.

d) Consentimento livre, prévio e informado. Este consentimento será dado engajando ativamente os indígenas no planejamento, concepção, implantação e operação do Programa.

[2] Inclusão aceitável: as partes interessadas concordam com o processo e o método de engajamento das partes interessadas.
[3] Inclusão efetiva: as partes interessadas entendem o projeto proposto e podem dar uma contribuição valiosa de acordo com um papel definido.
[4] Caso o cronograma do mutuário contemple uma etapa prévia ao planejamento, onde o projeto arquitetônico será definido, considerar esta etapa no plano de consulta junto aos Tembé, em específico em relação às negociações sobre possíveis alterações culturais no projeto da escola e avaliação da obra abandonada. Estas atividades levam mais tempo de diálogo.

3.1 Desenho de Engajamento: Princípios e Abordagem

Um plano de engajamento das partes interessadas bem desenhado adere a vários princípios que devem estar alinhados com todos os responsáveis e envolvidos no Programa e no processo de consulta a povos indígenas e comunidades tradicionais da parte do mutuário. Esses princípios derivam de leis e normas nacionais e internacionais relevantes, do PDAS 7 Povos Indígenas do BID e da situação atual do povo Tembé da aldeia Cajueiro. Os princípios são discutidos a seguir.

3.1.1 Princípio 1: Respeitar as características culturais dos Tembé

O povo Tembé da aldeia Cajueiro tem governança própria e modo de vida dependente dos recursos naturais disponíveis no seu território, que são a base sociocultural da sua visão de mundo. Devido ao processo em tela, considerar como partes interessadas representantes das aldeias próximas, que utilizam os serviços e equipamentos públicos de educação, como legítimos na participação dos processos de consulta. Ainda, é importante lembrar que eles mantêm relações de aliança e de parentesco, as quais são fundamentais para coesão do grupo na região e parte de suas estratégias de defesa territorial.

Assim, é preciso alinhar a forma mais adequada para os momentos de tomada de decisão durante o processo, o que inclui: (i) as pessoas/grupos escolhidos para participar do processo. Esta questão é importante de ser alinhada no início do processo, para que as pessoas ou grupos estejam sempre presentes e possam tomar decisões e o façam de forma legítima. É preciso dialogar sobre as atividades já desempenhadas por esta pessoa e da disponibilidade de sua presença; (ii) o tempo necessário para a tomada de decisões. Decisões sem aderência podem ser prejudiciais e pressionar o grupo pode gerar conflitos, sendo um risco para o Programa. Recomenda-se evidenciar a possibilidade de dialogar sobre um prazo para o retorno nestes momentos mais críticos e contribuir com mais informações, escritas e visuais, sobre o tema para discutirem internamente; e (iii) o processo pelo qual as decisões são tomadas. As aldeias possuem governança diferente, e a depender do tema, muitos são os mecanismos de decisão, como consenso, voto por maioria ou imposição da liderança. Alinhar este formato é importante e apesar da necessidade de aceitar o que for definido, recomenda-se expor a necessidade de se contemplar neste momento a opinião de pessoas que representam os diferentes aspectos de gênero, de idade e de representatividade do grupo.

3.1.2 Princípio 2: Considerar a aldeia Cajueiro e representantes das aldeias do entorno como partes legítimas do processo.

A obra será implantada na aldeia Cajueiro, mas as aldeias do entorno utilizam os serviços de educação e saúde deste Polo e, portanto, circulam diariamente na aldeia, casas de parentes,

acessos, escola, posto de saúde entre outras atividades. Apesar dos riscos afetarem de forma desigual estes dois grupos, ambos precisam se sentir parte relevante no processo. Quando algum processo decisório evidenciar estas diferenças, recomenda-se auxiliar[5] para minimizá-las contribuindo para que o processo contemple os dois grupos nas decisões e reflexões. É preciso compreender que as aldeias do entorno podem se considerar desfavorecidas por não terem a mesma infraestrutura da Cajueiro. Caso estas diferenças guiem o processo, não haverá interesse na participação dos membros das outras aldeias, o que pode deflagar impactos não esperados pelo Programa. Reverter este quadro será uma prioridade para evitar os impactos negativos sobre coesão do grupo.

3.1.3 Princípio 3: Considerar o deslocamento das partes interessadas

Deve-se fazer um esforço extra e dispor de recursos e/ou meios para garantir presença dos representantes das outras aldeias nas reuniões no processo de consulta. Quando for elaborado um cronograma prévio de atividades com os envolvidos, deve-se garantir que eles estarão presentes, incluindo a garantia do deslocamento e se possível deve-se identificar um canal de comunicação. O processo de consulta e o Programa, haja visto sua operação, não devem discriminar aldeias e/ou grupos de partes interessadas devido à dificuldade de articulação e deslocamento. Estes grupos são afetados pela obra e também pela operação da infraestrutura escolar, e tem dúvidas que precisam ser ouvidas e incorporadas ao processo de consulta e decisões.

3.1.4 Princípio 4: Considerar aspectos de idade e gênero

A implementação da infraestrutura escolar, em especial durante sua etapa de implantação, afetará homens, mulheres e jovens de formas diferentes, especialmente porque eles têm diferentes papéis no modo de vida tradicional. Também afetará jovens e idosos de formas distintas porque eles têm ideias distintas sobre as possíveis medidas para os riscos, o que é valioso no processo de mitigação. O Programa, conforme descrito na avaliação sociocultural, deve considerar as diferenças de participação relacionadas a: (i) as inseguranças de homens e mulheres de diferentes idades; e (ii) papel que desejam desempenhar na gestão e monitoramento das medidas, em especial quando se trata de assuntos relacionados ao risco de possível assédio sexual.

[5] Este tema será abordado neste documento, mas é importante que seja instituída uma pessoa do mutuário como referência pela mediação e contato com a comunidade ao longo do processo, que pode contar com a ajuda de colegas e outras pessoas responsáveis que estarão presentes também fazendo contribuições. Outra pessoa importante será a responsável pelos registros do processo, haja visto que serão solicitadas evidências do cumprimento pelo BID.

3.1.5 Princípio 5: Reconhecer os direitos e o conhecimento dos Tembé

O Programa e o mutuário, em todas as fases do processo de consulta e de implementação na aldeia, devem conhecer e garantir os direitos fundamentais dos povos indígenas, em especial o direito de questionar, garantindo que as informações repassadas sejam adequadas e acessíveis, e de opinar, tendo como norteador sua autodeterminação[6]. Em virtude desse direito o Programa e as medidas devem ser dialogados respeitando a governança Tembé e seus conceitos sobre desenvolvimento econômico, social e cultural.

3.1.6 Princípio 6: Criar um processo de aprendizagem mútua

Os envolvidos diretamente no processo de consulta e nas atividades de engenharia do componente de infraestrutura do Programa devem se esforçar para compreender as inseguranças e os riscos aos quais os Tembé estão sujeitos com a circulação de máquinas e de trabalhadores externos durante um tempo estendido dentro de sua aldeia. Muitas vezes as referências externas tendem a minimizar os problemas elencados e por vezes os indígenas podem se sentir inseguros em apontar problemas onde o mutuário não enxerga, o que reflete a insegurança da comunidade com a possiblidade de que não seja construída a escola.

Esta questão deve ser de máxima atenção. Muitas vezes a comunidade, por precisar muito do serviço, acaba não participando do processo de reflexão sobre possíveis problemas. As pessoas envolvidas devem estimular tal reflexão e reforçar que o Plano de Consulta não tem o objetivo de validar a realização da obra, mas sim permitir que ela seja feita da melhor forma possível em respeito ao modo de vida e inseguranças dos Tembé. Ouvir e aprender uns com os outros será fundamental no Programa e a aprendizagem mútua estimula um processo de avaliação e feedback contínuos. Isso retorna para o mutuário no sucesso do Programa e na gestão do serviço ofertado após a obra concluída.

3.1.7 Princípio 7: Garantir transparência e comunicação dos resultados

O processo de consulta e as informações sobre a obra devem ser claras e acessíveis a todas as partes interessadas. As partes interessadas devem ser continuamente informadas sobre qual objetivo deste processo e o que é esperado delas. Esta questão é relevante quando forem previstas reuniões com grande espaço de tempo entre elas. A cada reunião deve ser informado o objetivo, retomar as etapas executadas, os resultados alcançados, a atual etapa e os objetivos daquela reunião. Estimular acordos e reforçá-los, disponibilizar alimentação e transporte e providenciar a cada finalização um processo de avaliação, onde todos possam se expressar em relação ao que acharam da reunião e o que vem entendendo do processo são práticas recomendadas. Estas avaliações serão indicadores sobre o processo geral, para

[6] A autodeterminação dos povos é o princípio que garante aos povos indígenas o direito de se autogovernar, realizar suas escolhas sem intervenção externa, exercendo o direito de determinar sua governança dentro de seu território e entre sua população.

compreender o grau de entendimento e as questões que precisam ser reforçadas ou revistas. Isso significa não apenas o único componente em que o stakeholder se engaja, por exemplo, mas também todos os outros componentes do Programa.

3.1.8 Princípio 8: Construir sobre sistemas existentes

O Programa deve se basear em estruturas sociais existentes para engajamento das partes interessadas. Os professores e jovens são respeitados internamente e já se articulam para diversas atividades e compõem uma rede junto com alunos que circulam das outras aldeias. Estes indivíduos podem ser chave para informar, facilitar discussões e estimular a contribuição das partes interessadas. Esses grupos/indivíduos devem ser identificados nas reuniões de consulta e deverão ser acessados estrategicamente para promover o engajamento.

3.1.9 Princípio 9: Proporcionar oportunidades para reclamação e denúncias – Mecanismo de Reparação de Queixa (MRQ)

O Programa deve criar oportunidades para que os Tembé, considerados seus aspectos de gênero e idade, possam fazer reclamações e denúncias, anônimas ou não, e que seja efetivo, adequado culturalmente e que tenha um espaço específico reservado ao retorno pelo mutuário de respostas às reclamações e denúncias. Muitas denúncias requerem reparação e/ou medidas específicas e imediatas e elas devem ser efetivas em respeito às salvaguardas e ao processo de participação e confiança que está sendo estimulado. Denúncias como de assédio a mulheres são temas sensíveis, envolto em tabus e inseguranças. Da mesma forma, denúncias relacionadas à má conduta de trabalhadores e barulho excessivo, por exemplo, no geral não são realizadas por receio que o Programa seja cancelado.

O mutuário deve estimular o uso de mecanismos de denúncia e reclamação e reforçar que este mecanismo não tem o objetivo de paralisar a obra, mas sim permitir que ela seja executada com respeito ao modo de vida e inseguranças dos Tembé. As equipes do Programa, do Plano de Consulta e de engenharia, precisam estar preparadas para ouvir as queixas das pessoas sem se colocar na defensiva, sem levantar dúvidas e dar retorno adequado. O mecanismo de Reparação de Queixas (MRQ) no nível da obra constitui uma parte formal[7] e importante da prevenção e gerenciamento do risco ambiental e social e deve ser desenhado com o povo Tembé, sendo uma das atividades do Plano de Consulta Programadas para a etapa de planejamento.

Neste quesito é imprescindível expor aos Tembé que se algo não foi respondido ou resolvido de forma adequada, eles podem acessar as instituições de defesa para fazer uma denúncia,

[7] Em alguns momentos o BID solicitará um relatório sobre as reclamações e denúncias, bem como a descrição do retorno dado pelo mutuário aos povos indígenas.

quais sejam: Funai ou Ministério Público Estadual. Esta transparência no diálogo dá segurança e promove um laço de confiança no Programa.

3.2 Aproximação e nível de participação

O ponto de partida do esforço de engajamento das partes dentro do processo de consulta é a fase de planejamento da obra proposta. Esta etapa envolve questões importantes relacionadas ao alinhamento de propósito do Plano de Consulta, a forma de participação das partes interessadas, cronograma adequado à realidade da comunidade, diálogo sobre o projeto arquitetônico, avaliação do local da obra e medidas que interfiram no planejamento da obra, como alojamento de trabalhadores, medidas de isolamento da área usando comunicação culturalmente adequada etc. Todas as atividades que devem ser previstas para etapa de implantação da obra. Em geral essa é a etapa que dura mais tempo, no entanto o engajamento dos Tembé ocorrerá em todas as fases do Programa - planejamento, construção, operação - até que o projeto esteja totalmente operacional.

Cabe evidenciar que se o cronograma do mutuário envolver uma etapa de definição de projeto anterior ao planejamento, isso deve ser considerado como também uma etapa de consulta aos Tembé, em especial se englobar negociações sobre o projeto arquitetônico da escola e avaliação da obra abandonada na aldeia. A participação deve ser contemplada em diferentes níveis, devendo ocorrer em toda e cada etapa, seguindo um contínuo:

a) O primeiro nível é **o compartilhamento de informações** e permite que as partes interessadas conheçam o Programa e se mantenham informadas sobre as etapas previstas, cronograma previsto da obra, número de pessoas envolvidas etc. Essa ação implica transferência de informações unidirecionais: do Programa para os indígenas. Com isso os Tembé têm a oportunidade de dialogar internamente e de forma prévia e informada sobre o Programa, pois estão fazendo perguntas ao mutuário para processar informações e contribuir, nas próximas etapas, com as reflexões sobre riscos e medidas.
b) O segundo nível inclui **consulta**. As consultas são momentos decisórios que serão previstos nas diversas fases de cada etapa. Nestas etapas, o mutuário, a partir de informações prévias sobre o Programa, os riscos identificados, medidas sugeridas na avaliação sociocultural e diálogo estabelecido de forma prévia sobre o Programa, sugere medidas e/ou propõe alguma ação e ouve o retorno dado pelos Tembé e partes interessadas. Essa ação implica transferência bidirecional de informações: o Programa oferecerá opções e ouvirá as partes até que haja uma decisão. Destaca-se que esta etapa toma mais tempo e não necessariamente, a depender do tema, deve ser decidida na mesma reunião. Atentar para os princípios descritos no item anterior para este nível de participação.
c) O terceiro nível inclui **o diálogo contínuo**, com as partes interessadas. Neste nível de participação, o mutuário deve criar uma rotina sobre o andamento do Programa e

medidas e estimular que os indígenas se envolvam por meio de diálogos, reflexões, questionamentos, denúncias etc. Caso os diálogos entrem em colapso, é uma evidência de que algum erro e/ou falha foi cometida e a sugestão é fazer, junto com os Tembé, uma avaliação global e/ou a apresentação de uma reclamação formal através do mecanismo de reparação de queixas.

Abaixo seguem detalhadas as atividades sugeridas para os diferentes níveis de engajamento das partes interessadas.

3.2.1 Atividades de engajamento

3.2.1.1 Compartilhamento de Informações

O compartilhamento de informações é o ponto de partida do esforço de engajamento das partes interessadas. O objetivo é fornecer informações adequadas sobre o Programa, sobre as etapas previstas, fases de engajamento, temas relacionados, riscos previstos para comunidade etc. Este processo unilateral pretende introduzir o Programa na comunidade e em específico, evidenciar o que é um processo de consulta que atua de forma paralela à obra. Cabe evidenciar que o Povo Tembé não tem experiência com processos de consulta, portanto nunca foram chamados a participar e opinar em Programas que podem afetar seu cotidiano, mesmo de forma positiva.

Neste contexto vale evidenciar que o mutuário deve fornecer as informações sem exaltar a importância da obra para comunidade, nem fazer julgamentos sobre os riscos previstos e a possibilidade ou não de continuidade da obra. Juízo de valor, como descrito, não faz parte dos princípios a serem adotados nos planos de consulta. O objetivo das atividades de engajamento é que as partes interessadas possam obter informações relevantes e detalhadas sobre o Programa que será implementado na comunidade.

As seguintes atividades são propostas para compartilhar informações com as partes interessadas:

a) Formalização do início do processo com as partes interessadas.

Nesta etapa deve-se considerar formalizar o início do processo às partes interessadas para que as pessoas, grupos e instituições possam se Programar e entender o que está sendo proposto. Sugere-se formalizar informações básicas sobre o Programa, o início do processo de consulta e indicar que será marcada uma primeira reunião de informação na aldeia Cajueiro.

- ✓ Ofício direcionado à comissão Tembé. Esta comunicação formal é importante para registrar o início do processo, dar a devida importância ao processo de consulta e consultar a comissão sobre a melhor data da primeira reunião, que deve durar no mínimo o dia inteiro. Neste ofício considerar a importante presença dos representantes das aldeias Sussuarana, Mangueira do Uraim, *Ka´apitepehar, Ka´akyr, Nazatyw,* Igarapé

Grande, *Wahutyw,* Três Furos, *Tyré, Koyaka,* Mangueira e *Piahu*. Após o ofício, uma ligação e/ou mensagem deve dialogar sobre datas e o deslocamento dos representantes das aldeias próximas deve ser encaminhado;

- ✓ Ofício à Funai - Coordenação Regional do Baixo Tocantins. Este ofício deve ser direcionado a convidar a Funai para participar da primeira reunião do processo de consulta, com a data já definida pelos Tembé, e deve descrever minimamente do que se trata o processo e os envolvidos. Lembrar que o órgão deve ter tempo de solicitar deslocamento e deve-se considerar estes prazos num cronograma da equipe;
- ✓ Ofício à Secretaria de Educação do município de Paragominas. Este ofício deve ser direcionado a convidar a Secretaria a participar da primeira reunião do processo de consulta, com a data já definida pelos Tembé, e deve descrever minimamente do que se trata o processo e os envolvidos. Lembrar que o órgão deve ter tempo de solicitar deslocamento e deve-se considerar estes prazos num cronograma da equipe.

b) Reuniões de Informações

A primeira reunião tem o objetivo de compartilhar informações, tirar dúvidas e informar as partes sobre cronograma, etapas da obra, trabalhadores previstos e evidenciar que será desenvolvido um Plano de Consulta junto aos Tembé da aldeia Cajueiro e partes interessadas para diálogo sobre as etapas, possíveis riscos e medidas. Nesta reunião, que deve durar no mínimo um dia inteiro, pretende-se explicar na primeira parte o que é o Plano de Consulta e como ele estará integrado à obra. Na segunda parte deve-se expor a planta do projeto e de preferência deixá-la com os Tembé para que possam conversar acerca de proposições que possam fazer ao projeto arquitetônico, o que é garantido na etapa de planejamento. Esta ação nesta etapa estimula a participação e evidencia o caráter participativo e consultivo do Programa. Deve-se também considerar a alimentação dos participantes nas reuniões como responsabilidade do mutuário.

Lembra-se que reuniões com duração de no mínimo um dia inteiro e no máximo dois são o melhor formato para compartilhar informações com os Tembé, haja vista sua dificuldade de escrever e considerando que são sociedades onde a oralidade é a principal forma de reprodução de conhecimentos. A maioria dos Tembé, incluindo os mais velhos, falam e entendem o português, mas considera-se relevante perguntar se eles querem traduzir a reunião na língua, como forma de respeitar e valorizar as estratégias de fortalecimento da identidade na aldeia e porventura atender ao pedido de algum ancião que virá das outras aldeias do entorno.

Deve ser evitado informações relevantes via mensagem de aplicativo. Esta comunicação só deve ser utilizada para confirmação de datas e informações específicas. Esta comunicação centraliza informação e coloca a responsabilidade sobre uma só pessoa, o que deve ser evitado quando se trata de povos indígenas em respeito à sua instância de governança.

Reuniões serão marcadas ao longo do processo, nas diferentes etapas, e servem para fornecer informações direcionadas a etapa e fase do Programa. Reuniões específicas para partilhar Informações sobre o Programa, riscos identificados, medidas consideradas pertinentes e cronograma para monitoramento, avaliação da obra e medidas, durante a etapa de implantação, são consideradas relevantes para maior tempo de troca de informação entre mutuário e os Tembé.

Por fim, se existe a previsão de uma etapa anterior ao planejamento, que necessite da vistoria de engenheiro ao local da obra para avaliação, esta primeira reunião tem o objetivo de avisar os Tembé o que será feito, quando e quem será o responsável, sendo que deve ser fortemente evitado que qualquer atividade seja feita sem o conhecimento e a anuência dos Tembé. Os indígenas têm suas atividades diárias e sua forma de governança, e a pessoa destacada precisará se organizar para receber alguém na aldeia.

c) Material visual a ser elaborado junto com os Tembé

O recurso visual é uma relevante ferramenta para explicar processos e socializar a informação. Só a fala muitas vezes confunde e cai no esquecimento, em especial quando são muitas e diversificadas informações. Durante as reuniões pode e deve ser feito uso do Flip Chart, mapas e desenhos para evidenciar a explicação. Nesse sentido, pode ser solicitado o apoio de professores e jovens, caso entenda necessário. Após as reuniões, toda a informação que for considerada relevante de ser refletida entre os Tembé a fim de preparar uma etapa de consulta, ou um cronograma que precisa estar disponível para eles se Programarem, sugere-se requisitar o apoio deles (professores e jovens) para elaborar desenhos e também que sejam entregues folhetos explicativos aos Tembé, inclusive com estímulo do uso da língua materna neste material.

3.2.1.2 Consulta

Durante as reuniões de consulta, ou seja, reuniões marcadas com o objetivo decisório, para obter o consentimento e seguir para a próxima etapa ou atividade proposta, os Tembé e demais partes interessadas apresentarão suas considerações, pontos de vista e dúvidas. As reuniões de consulta podem ocorrer em qualquer etapa em diferentes fases e devem seguir o mesmo formato das reuniões de informação, com exceção de que o conteúdo é diferente. O recomendado é que tudo que precisa ser decidido para o bom andamento do cronograma e planejamento do mutuário, deve ser concentrado na etapa anterior ao planejamento e também na etapa de planejamento, deixando a etapa de implantação do Programa para execução das medidas, monitoramento e avaliação. Nem sempre as etapas de consulta chegam a um consentimento em pouco tempo, dependerá das etapas anteriores. Deve ser previsto tempo no cronograma do mutuário para estas pausas (que podem durar horas ou dias) para se chegar a um consentimento sobre certo assunto.

Os conteúdos que devem ser tratados nesta etapa, de forma geral são: (i) O projeto arquitetônico da escola; (ii) possível contratação de mão de obra local e medidas direcionadas aos trabalhadores externos (protocolo sanitário, alojamento fora da terra indígena, elaboração do código de conduta Tembé); (iii) medidas associadas a cada risco social; (iv) avaliação ao fim de cada etapa, para obter consentimento de seguir com o Programa; (v) reuniões para tratar de medidas de reparação de queixas e denúncias[8] e outras definições a serem dialogadas, sendo que tudo deve ser documentado.

A cada reunião de consulta, deve ser previamente definido o tema e como será dado o consentimento de todos, pois opiniões contrárias podem permanecer firmes até o fim da reunião. Alinhar o formato pode ser relevante para momentos cruciais do cronograma da obra.

3.2.1.3 Diálogo

Nas fases de implantação (construção) da obra o mutuário deve manter diálogo constante com o Povo Tembé. Nesta etapa deve ser definido um cronograma de reuniões de avaliação e monitoramento (da obra e das medidas) com tempo curto entre elas, com o objetivo de que problemas sejam capturados no início e permaneçam no nível local gerando resultados positivos e não causem novos impactos e/ou aumentem a significância dos identificados na avaliação sociocultural. Medidas podem causar impactos, devido a este fato medidas devem ter caráter adaptativo e devem ser revistas e monitoradas com este fim, mudarem ou se adaptarem em algum aspecto para evitar e/ou minimizar os impactos.

[8] No caso de denúncias relacionadas ao assédio a mulheres e/ou crianças por trabalhadores, estimular uma conversa complementar só entre mulheres Tembé e deve ser dada preferência a uma mediadora para tal atividade.

4. MODELO DE FACILITAÇÃO/MEDIAÇÃO

4.1 Facilitação de Reunião

A facilitação que envolve povos indígenas é um processo diferente do que se costuma ver em reuniões organizacionais do mundo dos não indígenas. Normalmente cada grupo tem um modelo de governança onde as decisões são tomadas em diferentes formatos, a depender do tema que está sendo discutido e a depender das oposições marcadas pelo grupo. Este processo deve ser respeitado pois faz parte das estratégias de coesão do grupo e das alianças forjadas historicamente na região.

O Programa deve incluir os seguintes aspectos para ser eficaz e cumprir as normas de consulta:

a) **Seleção de um facilitador/mediador de reunião que deve ter as seguintes características:**

- ✓ Compreender a visão de mundo e a história cultural dos Tembé;
- ✓ Entender a situação local e as experiências pretéritas para usar conceitos e exemplos que podem facilitar em momentos de falta de entendimento. Neste caso pode também solicitar na reunião que eles tragam exemplos de situações similares e/ou se valer de exemplos do universo do futebol, pois homens e mulheres Tembé amam futebol.
- ✓ Apoiar a discussão horizontal, valorizando a fala e contribuição de todos, e estimular a participação de homens, mulheres, jovens e idosos;
- ✓ Ter paciência para escutar e sensibilidade para captar de forma objetiva o que o interlocutor traz de contribuição ao que está sendo discutido;
- ✓ Evitar palavras de difícil compreensão a todos e quando elas forem necessárias explicar didaticamente e de forma objetiva seu significado;
- ✓ Usar de meios gráficos para apoiar as negociações, como desenhos e indicadores gráficos com o apoio do flip chart;
- ✓ Ter sensibilidade para entender momentos de pausa da reunião, momentos em que os Tembé precisem conversar entre eles e momentos em que é necessário decidir caminhos. Propor o encaminhamento e deixar os participantes decidirem a melhor opção para o momento;
- ✓ Caso pertinente, um bom jogo, dinâmica ou atividade lúdica ajuda as pessoas a se animarem e participarem de forma mais ativa nas reuniões. Lembra-se que este formato “eu falo e vocês sentados escutam” não estimula a participação e dá sono, em especial nos povos indígenas que são muito ativos;.

b) **Observar e estimular** que as reuniões, em especial nos momentos de consulta, contemplem uma quantidade representativa de homens, mulheres, anciãos, jovens e lideranças. Estimular o diálogo sobre quórum mínimo das reuniões é uma estratégia para evitar esvaziamentos e/ou que as reuniões, em especial as de consulta, fiquem

centralizadas somente em algumas pessoas. Lembra-se que medidas são efetivas quando existe informação e responsabilidade de todos, e consentimentos são válidos quando respeitam as salvaguardas e tem a representatividade de todas as partes interessadas;

c) Horário e local do encontro:
As reuniões também devem ser agendadas em horário apropriados que permitam a participação de todos. Caso alguns grupos, em especial representantes das outras aldeias e/ou instituições não participem, são necessárias consultas separadas para solicitar suas opiniões sobre o tema discutido;

d) Comunicado:
A reunião deve ser formalmente anunciada de forma apropriada e prévia, no mínimo uma semana antes. Geralmente o acordo sobre data, horários e diálogo com as partes é feita com o cacique da aldeia Cajueiro e ele direcionará o aviso formal às outras partes, ou demandará a alguém esta tarefa. Deve-se procurar saber calendários de reuniões externas, encontros e outras atividades já Programadas pelas lideranças que não permitiria a participação;

e) Idioma:
Os encontros devem ser realizados preferencialmente em português, conforme dialogado com os Tembé. No entanto, recomenda-se que esta pergunta seja feita em plenária, solicitando um tradutor caso os Tembé queiram fortalecer sua língua e facilitar o entendimento para alguns anciãos de outras aldeias;

f) Tempo adequado:
Como já descrito, a tomada de decisão coletiva pode levar um bom tempo, a depender do tema. O Programa deve dar aos indígenas tempo suficiente para deliberar questões entre todos os grupos de interesse;

g) Relatório/registro da reunião: Os responsáveis devem elaborar a cada reunião um relatório com as seguintes informações, no mínimo: (i)temas discutidos; (ii) lista de preocupações levantadas para o temas discutidos; (iii) lista de decisões tomadas durante a reunião; e (iv) lista de participantes, com informação da aldeia de origem, sexo e idade.

4.2 Abordagem Participativa

A abordagem geral da facilitação é uma *abordagem participativa*, a qual permite que: todos participem, não apenas alguns; as pessoas permitem ao outro o espaço para pensar e falar, mesmo que ele demore ou reproduza a mesma fala de outra pessoa; pontos de vista opostos podem coexistir, e devem ser valorizados; as pessoas podem respeitar o ponto de vista um do outro, mesmo quando eles não concordam com elas.

O facilitador se concentrará em mover as partes interessadas de baixo nível de comprometimento com o processo para altos níveis de comprometimento. O método de facilitação depende do que é culturalmente aceitável pelos Tembé. No entanto, o facilitador

deve mediar sem interferir nas regras internas do grupo e incluir alguns procedimentos para contemplar o cumprimento das diretrizes internacionais e nacionais descritas no Capítulo 3 da Avaliação Sociocultural, o que inclui:

- ✓ **Regra básica**. Explicar as regras básicas da reunião. Explicar os direitos dos povos indígenas em relação ao direito de consulta livre, prévia e informada, o direito de dizer não, inclusive. Explicar que alguns momentos serão decisórios e que deve ser estimulado que eles dialoguem sobre a forma como o acordo e consentimento de todos será alcançado. Para ajudar sugere-se ir inserindo os pontos no flip chart para visualização de todos;
- ✓ **Visão geral.** O facilitador apresenta o assunto, o objetivo do diálogo ou decisão e explica a contribuição de cada parte neste processo. Dessa forma, as partes interessadas entenderão qual é a sua contribuição de forma clara e onde se pretende chegar;
- ✓ **Compartilhamento de informações.** Compartilhar informações sobre o Programa proposto. Isso inclui uma discussão geral, após a qual a comunidade identifica os pontos importantes a serem discutidos. Essa fase termina com uma discussão sobre o conteúdo e execução do que está sendo proposto;
- ✓ **Identificar práticas e regras internas ao grupo**. Identificar de forma participativa as práticas e regras que devem ser consideradas na formulação e implementação do Programa e das medidas. Solicitar e documentar regras, bem como riscos associados e possíveis flexibilidades para remediar ou eliminar riscos potenciais;
- ✓ **Tomada de decisão.** Considerar tempo suficiente para a comunidade avaliar riscos, ameaças e oportunidades na definição sobre as medidas e durante a execução da obra e das medidas. Explicar detalhadamente o processo, incluindo as fases onde a participação da comunidade é necessária;
- ✓ **Mecanismo de reparação de queixas.** Tratar com clareza a necessidade de mecanismos de reparação de queixas, e estimular a reflexão sobre a necessidade e importância em relação à obra e a oportunidade dada a todos de se manifestarem, considerando a vergonha e insegurança de falar em plenária. Muitas vezes as regras internas associadas a mecanismos de queixas se concentram no cacique, o que pode ser validado como um canal de reclamação, mas criar um mecanismo independente que inclua a reparação de reclamações e denúncias da obra, um evento atípico da realidade Tembé, deve ser responsabilidade do mutuário e pode ser valioso para corrigir problemas logo que eles ocorram;
- ✓ **Relatório de resultados**: O facilitador informa aos participantes como o relatório da reunião será compartilhado ou divulgado. Deve ser uma prática padrão compartilhar e discutir os resultados das reuniões e atividades;
- ✓ **Avaliação da reunião:** O facilitador reúne informações dos participantes para ver se as metas do encontro foram atingidas e avalia de forma colaborativa. Caso não tenha sido atingida, deve-se identificar pontos relevantes e estimular a reflexão de como eles podem ser melhorados nas próximas reuniões;

- ✓ **Próximos passos**: O facilitador explica aos participantes o que foi feito naquela reunião, expõe novamente o cronograma e as etapas do processo, atualizando seu momento atual e fala sobre os próximos passos que serão dados no processo, incluindo acordos de horário e melhor dia para o próximo encontro.

5. IMPLEMENTAÇÃO

5.1 Engajamento inicial

Para início do processo deve ser respeitada a regra Tembé de contato com o cacique, a liderança da aldeia onde o processo deve ocorrer. Deve ser evidenciada a necessidade de que ele articule os representantes de todas as aldeias que usam o serviço de educação no Polo Cajueiro e ressaltar que os deslocamentos serão de responsabilidade do mutuário. Em seguida deve-se solicitar uma resposta em relação à melhor forma para que isso aconteça (disponibilizar combustível, disponibilizar um barco, uma van ou ônibus. As aldeias são acessadas via terrestre e via fluvial)

- **Hora marcada.** Deve ser agendada uma primeira reunião sobre o início do processo com o cacique e as partes interessadas, incluindo instituições que podem contribuir com o processo. Deve-se também avisar ao cacique sobre esta abordagem e esperar sua resposta;
- **A pauta.** Nesta reunião inicial deve ser sugerida a pauta e averiguar se as lideranças tenham outros temas a serem discutidos na reunião;
- **Participação.** É imprescindível especificar que tipo de participação é necessária para os Tembé e partes interessadas nas diferentes fases do Programa: antes do planejamento, no planejamento, construção e operação. Em relação às instituições, elas não precisam estar em todas as etapas, mas espera-se que pelo menos a Funai esteja nas etapas importantes de consulta, em especial nas reuniões de consentimento sobre projeto arquitetônico da escola e consentimento sobre medidas.

Esta primeira reunião será importante para alinhar informações básicas de engajamento das partes para outras reuniões, em especial se for possível validar um cronograma de médio prazo com as atividades previstas de engajamento da etapa inicial.

5.2 Recursos humanos e materiais

A responsabilidade geral pelo processo de engajamento das partes interessadas no processo de consulta é do mutuário. Os recursos necessários para a implementação devem ser previstos antes do início do processo, para que seja feito um planejamento inicial e compromissos possam ser acordados em campo, evitando cancelamentos e/ou descumprimento de acordos, pois isso seria colocar em risco todo o processo. Não esquecer que a palavra tem muita força entre os povos indígenas, que são sociedades tradicionalmente ágrafas, e se você se compromete deve cumprir para não quebrar os laços de confiança que estão sendo construídos.

Aqui citam-se alguns itens importantes que não devem ser esquecidos, mas com certeza eles serão acrescidos de muitos outros necessários ao mutuário para articular o processo. Para o engajamento das partes considerar:

a) Recursos Materiais:

- ✓ Recursos para deslocamento dos participantes das aldeias próximas, como recursos monetários para combustível ou transporte para deslocamento. As aldeias são acessadas via terrestre e fluvial. Atentar para meses de muita chuva, que podem inviabilizar os acessos até as reuniões;
- ✓ Considerar uma previsão para alimentação dos participantes, em específico os Tembé. Lembra-se que algumas lideranças estarão o dia todo disponíveis, deixarão suas atividades e não estarão na sua aldeia. Considerar dialogar com o cacique na primeira reunião para alinhar este ponto. De qualquer maneira, o mutuário deve prever uma alimentação durante a reunião, para pausas durante o processo de diálogo. Café, sanduiches e até um açaí ou outro produto comprado da aldeia é bem-vindo e contribui com a renda comunitária;
- ✓ Material de apoio para as reuniões: Flip chart, desenhos, canetas, papel A0, lápis de cor etc.;
- ✓ Verba para impressão de informativos importantes, cronograma e registro das reuniões para entregar aos participantes.

b) Recursos humanos:

- ✓ Especialista em processos de consulta para facilitar e executar o processo. De preferência alguém com formação em antropologia e/ou no mínimo três anos de experiência nestes processos na Amazônia;
- ✓ Assistente do especialista. Sua função será apoiar o especialista, registrar as reuniões, elaborar documentos e ofícios, verificar a lista de participantes, tirar fotos com consentimento sobre o processo, que devem ser usadas só para registro do processo em tela.

6. MECANISMO DE REPARAÇÃO DE QUEIXAS (MRQ)

6.1 Objetivo

O objetivo do MRQ é canalizar uma reclamação ou denúncia para um mecanismo aceitável e institucionalizado para resolver conflitos decorrentes da implementação do processo de consulta, da obra e das medidas. O mecanismo deve focar no diálogo como uma forma neutra para as partes interessadas discutirem problemas e chegarem a uma solução e/ou reparação, quando necessário.

Para o Programa em tela, sugere-se que o mecanismo seja simples, com poucos processos, e seja elaborado em diálogo com os indígenas. Considerando que o povo Tembé tem regras próprias para resolver problemas internos da aldeia, a ideia é construir em colaboração e/ou assimilando suas regras, um procedimento neutro que possa ser relevante para o ciclo do Programa, no qual as reclamações não estejam sujeitas a um possível "filtro" das lideranças, por medo em relação ao cancelamento da obra e/ou por expor uma questão muito particular da comunidade.

Quando foi abordada a questão junto aos Tembé, não se identificou aderência em relação a um mecanismo estranho ao deles para abordar temas de denúncias que a princípio entendem que não ocorrerão. As lideranças têm um papel muito importante na coesão do grupo, e evidenciar que problemas ocorrerão e que será necessário um mecanismo externo para resolvê-las, desvaloriza as funções da liderança e da instância de governança Tembé, que existe justamente para este fim.

Neste contexto, esta equipe entende que não é aconselhável conceber um modelo sem um diálogo mais aprofundado com os Tembé e lideranças. Será necessário um espaço de diálogo para expor a necessidade do mutuário, na perspectiva de fazê-los compreender que este mecanismo é do não indígena, para que os acordos feitos e direitos indígenas sejam respeitados, haja visto que nem sempre os gestores estarão na obra, e para que se possa monitorar melhor os acordos feitos em reunião, a obra e trabalhadores externos. Desta forma a ideia é construir junto com os Tembé um mecanismo misto, que possa contemplar suas regras e inserir elementos onde as reclamações e denúncias cheguem até o mutuário.

Recorrer a alguns princípios básicos na sua elaboração será importante:

- O MRQ deve ser projetado para funcionar em nível local, durante a vida útil do Programa, até a entrega da obra. Deve ser dialogado que as reclamações recebidas oferecem oportunidades para informar e melhorar o modo como o mutuário conduz o processo dentro da "casa" dos Tembé;
- O mutuário deve estar comprometido com um relacionamento de trabalho consultivo, participativo, justo e equitativo com os membros da comunidade que expressam preocupações;
- O mutuário também deve se comprometer em garantir que nenhum reclamante seja sujeito à retaliação por parte do mutuário, da empreiteira ou de outros membros da comunidade quando manifestarem suas preocupações e participarem do processo de resolução de queixas;

- O mutuário deve estimular os indivíduos a terem voz no Programa, em especial pessoas que por diferentes motivos não se expõem, mas tem muito a contribuir;
- O MRQ oferece uma oportunidade para esses povos, historicamente violados em suas formas de se expressar e decidir sobre atividades que os afetam, apresentarem queixas, defender seu ponto de vista e seu modo de vida;
- O mutuário deve estimular os Tembé a defender seus direitos, mesmo que o Programa esteja relacionado com um serviço tão importante para eles, violações podem ser cometidas por descuido, negligência ou falta de informação. É preciso que o mutuário, mesmo em pequena escala, considerando a dimensão da obra, possa cumprir as normas internacionais e legislação nacional.

6.2 A construção do mecanismo de forma participativa

O âmbito, a dimensão e o tipo de mecanismo de queixa serão proporcionais à natureza e à dimensão dos possíveis riscos e impactos do Programa, conforme elencado na matriz de riscos do CSA. O mecanismo de queixa deve conter minimamente três etapas básicas.

6.2.1 Etapa 1: receber e reconhecer uma reclamação

Meios diferentes e culturalmente adequados pelos quais os Tembé podem colocar ou expor as suas queixas, incluindo, entre outros: diálogo direcionado a este tema, uma reunião específica; uma caixa fechada na Ramada que pode receber desenhos e papéis com as queixas, de forma anônima ou não; relatos feitos em particular pela liderança, entre outros a serem construídos em colaboração com os Tembé. Importante dialogar com os Tembé sobre uma rotina para falar sobre este assunto específico, uma sugestão é a cada reunião o mediador dedicar uma hora para avaliação e possíveis queixas das etapas em andamento. Deve-se estimular as pessoas com perguntas variadas, levando em conta a avaliação de cada risco descrito no CSA; considerar que poucos Tembé conseguem escrever o português. Desenhos, cartões previamente elaborados pelo mutuário e outras formas a serem discutidas junto aos Tembé devem ser estimuladas.

- ❖ Lembre! Será necessário o registro das queixas pelo mutuário.

6.2.2 Etapa 2: avaliar, atribuir responsabilidade e investigar

Dialogar sobre os procedimentos que serão seguidos para resolução da queixa. Muitas vezes a mediadora do Plano de Consulta não tem poder para conduzir uma resolução. Deve-se estabelecer um procedimento transparente a ser cumprido: registro da queixa, prazo para resolução e responsável para resposta.

- ❖ Lembre! O quanto antes as queixas forem resolvidas, menores as chances de impactos sociais, conflitos e denúncias aos órgãos de defesa.

6.2.3 Etapa 3: consultar e implementar a resolução

Resolução da queixa. Este procedimento deve levar em conta a gravidade da queixa, reclamação ou denúncia. O mutuário deve estar preparado institucionalmente para substituir trabalhadores, adaptar medidas, resolver de forma imediata impactos ambientais causados pela empreiteira e até recorrer a outras instituições para auxiliar na melhor resolução do problema. Por exemplo, como descrito no CSA a aldeia Cajueiro tem um grande problema na rede de energia elétrica. Caso seja evidenciado um problema de queda geral de energia devido à obra, ou que impacte a obra, o mutuário deve estar pronto para receber uma reclamação urgente via mensagem de aplicativo, por exemplo, e tomar providências junto à empresa responsável.

- Lembre! Mesmo que a denúncia possa gerar penalidades à empreiteira ou ao mutuário, é recomendado o registro, enfrentamento e resolução efetiva e rápida do problema, pois a depender da gravidade da denúncia e da não resolução, os Tembé devem ser encorajados a denunciar a sua rede de apoio, no caso, a Funai e Ministério Público Estadual.

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A seguir o **Quadro *1*** apresenta um guia com perguntas e informações relevantes, adaptado de Kvam (2017)[9] que podem ser usadas para monitorar as fases do processo de consulta e engajamento, como também serve de orientação para redação do relatório resumido do processo de consulta às partes interessadas. Normalmente ele é solicitado pelo BID como evidência sobre o cumprimento das salvaguardas nacionais e internacionais pelo mutuário durante as etapas do Programa.

Este roteiro de perguntas para monitoramento deve ser elaborado a cada etapa do Programa (Pré-planejamento, Planejamento, Implantação da obra e Operação) e deve ser orientado pelas fases e conteúdos descritos neste Plano de Consulta.

Destaca-se que o mutuário terá muitas fontes de informação para não se levar por "achismos". A avaliação sociocultural e este Plano de Consulta em tela deve ser um apoio real para contextualização geral da realidade da comunidade.

[9] Kvam, Reidar. Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais / Reidar Kvam. p. cm. — (Monografia do BID ; 545). 2017.

Quadro 1 - Quadro guia para o monitoramento do Plano de Cconsulta Tembé e engajamento das partes.

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
1. Quando o Programa interagiu com as partes interessadas?	Transmitir os princípios que fundamentam o engajamento e decisões em relação à efetiva interação com as partes interessadas.	• Em que ocasiões/horários/com que frequência o mutuário interage com as partes interessadas? • Por exemplo: se em determinados pontos do ciclo de um Programa: periodicamente (por exemplo, as fases de cada etapa); em resposta a requisitos legais ou outros; em resposta a pedidos das partes interessadas; • Quantificar estas interações em relatório com evidência de fotos e listas de presença; • De que maneira o compromisso com os níveis de participação (compartilhar informação, consulta e diálogo) com as partes interessadas durante a execução do Programa foi contemplado (dividir por etapas).
2. Que objetivos foram definidos para os processos de interação com as partes interessadas?	Transmitir a justificativa e objetivos do Plano de Cconsulta.	• Quais recursos (custos, responsáveis, outros) foram destinados ao processo de consulta? • Dados de referência e indicadores usados no monitoramento e avaliação da capacidade institucional adicional necessária para tornar a execução mais eficaz; • Plano de Consulta: principais categorias e subcategorias de partes interessadas. Natureza de sua participação no Programa, principais características, como o Programa interagiu com cada um dos diferentes grupos; • Exemplos de como o Plano de Consulta se baseou nos resultados da análise das partes interessadas (CSA); • Medidas/estratégias especiais aplicadas para assegurar a participação efetiva das partes;

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
		• Possíveis atualizações feitas no Plano de Consulta; • Evidências de apoio ou oposição de instituições envolvidas, nos casos pertinentes; • Exemplos de diferentes opiniões entre as partes interessadas (Por exemplo evidências de acordo ou discordância em relação a momentos de consulta – projeto arquitetônico da escola e medidas para reduzir riscos); • Em que base as comunidades entram em consentimento nos momentos decisórios – mecanismos e interação (por exemplo, aceitação, compreensão, discordância, negociação de medidas)?
3. Com quais partes interessadas a equipe do Programa interagiu?	Fornecer exemplos concretos e dados qualitativos e quantitativos; Exemplos podem ser extraídos preferencialmente de situações em que há desafios reais, em oposição àquelas que envolverem um problema restrito e/ou fácil de resolver.	• Subgrupos específicos de partes interessadas com participação especial: mulheres, idosos e jovens; • A lógica geral guiando as interações; • As finalidades específicas de diferentes interações e a medida em que essas finalidades foram alcançadas ou promovidas; • Se as interações foram eventos únicos (reservados) ou eram parte de um processo de interação contínuo; • Quantas partes interessadas interagiram ou quantas sessões de consulta ocorreram em momentos decisórios; • Possíveis alterações feitas no plano de interação e motivos das alterações; • Feedback na integra por escrito indicando de modo resumido as iniciativas do Programa/mutuário relacionadas às preocupações e inseguranças.

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
4. Que formatos de interação foram priorizados?	Demonstrar que a forma de consulta foi adaptada às especificidades socioculturais da comunidade e como se baseou no Plano de Consulta e CSA.	• Breve descrição de eventos e discussões (local, formato, número de participantes, questões-chave e preocupações levantadas), como foi documentado, se foi alcançado um consenso; • Informações fornecidas aos grupos de partes interessadas antes das reuniões de consulta; • Horários, duração, idiomas e formatos escolhidos e por que motivo; • Documentos fundamentais divulgados às partes interessadas; • Divulgação dos resultados do processo de consulta; • Quantidade de tempo concedida às partes interessadas para examinar e discutir as informações; • Medidas para assegurar que o processo respeita as opiniões das diferentes partes interessadas; • Exemplos de partes interessadas aderindo ao processo e desenvolvendo confiança em que o processo de interação era justo e legítimo; • Métodos dialogados e aplicados ao processo de consentimento nas reuniões de consulta; • Diferenças mais marcantes entre as partes interessadas (por ex. Preocupações das pessoas da aldeia Cajueiro e das aldeias do entorno e/ou da Funai, quando estiver presente).
5. De que maneira os pontos de vista das partes interessadas influenciaram o	Demonstrar, por meio de exemplos concretos, em que medida o processo de	• As opiniões, anseios e contribuições específicas das partes interessadas sobre as diferentes questões sobre a obra; • Contribuições prestadas pelas partes interessadas as medidas para reduzir riscos identificados;

Pergunta de apoio	Objetivo e orientação	Informações relevantes a monitorar
planejamento e execução do Programa (nas diferentes Etapas)?	interação com as partes interessadas cumpriu o objetivo proposto de dialogar sobre salvaguardas relacionadas aos riscos, sobre os riscos identificados e sobre medidas a serem executadas.	• Decisões ou medidas da equipe do Programa em relação a questões que tenham sido embasadas pelas contribuições das partes interessadas (por exemplo, uma decisão de não prosseguir com uma medida com base em contribuições de comunidades, uma mudança no planejamento da obra com base em uma negociação); • Motivos para a decisão de não incorporar ou abordar questões significativas levantadas por partes interessadas; • Se e como as partes interessadas foram informadas acerca das decisões, medidas ou outras mudanças resultantes de suas contribuições.
6. De que maneira o Programa estabeleceu mecanismos de reparação de queixas? Como eles estão funcionando?	Explicar os processos aplicáveis quando as partes interessadas afetadas têm questões ou dúvidas; quando há necessidade de mediação; ou quando o Programa for considerado o causador de algum impacto negativo ou contribuiu para que ocorresse.	• Meios/mecanismo pelos quais o Programa recebe queixas ou dúvidas acerca dos impactos, reclamações e denúncias do Programa/obra e efetividade das medidas; • Tipo de Mecanismo de Reparação de Queixas criado e como agregou regras internas do grupo? • Tipos de queixas recebidas e se não recebeu a que atribui? • Esforços para a mediação ou solução de problemas; • Critérios para avaliar a eficácia das soluções encontradas; • Tendências e padrões em queixas ou dúvidas e respectivas soluções; • Exemplos significativos de reparação para uma queixa, reclamação ou denuncia real.